

ANÁLISE DE CONJUNTURA

A DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL



ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO (ORG.)

Volume
1

ΦPhillos

As manifestações de junho de 2013 demonstraram para a burguesia que os governos petistas não possuíam o controle absoluto do movimento de massa no país e que novas personificações do capital deveriam entrar em cena. Desde então, os setores mais reacionários da burguesia passaram a disputar cada espaço do movimento de massa e a revelar como os trabalhadores se achavam destituídos de organizações capazes de enfrentar a ofensiva do capital contra o trabalho, uma vez que as organizações sindicais e políticas (PT e CUT) haviam assumido deliberadamente a condição de correias de transmissão dos interesses do capital e da possibilidade de oferecer uma face humana ao capitalismo.

O movimento de massa de 2013 claramente se configurou como expressão da crise profunda que acometia o sistema econômico mundial, desvelando como a classe trabalhadora constitui a fração da sociedade mais prejudicada pela crise. A luta contra o reajuste das passagens fez eclodir uma série de reivindicações e transcendeu as organizações existentes, desnudando a incapacidade dos instrumentos coercitivos da burguesia para assegurar o controle cabal do movimento de massa.

ISBN 978-855296210-6



Φ Phillos
www.editoraphillos.com



**ANÁLISE DE CONJUNTURA:
A DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES
NO BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE
DO CAPITAL**

VOL 1

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshita

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCuyo (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO (ORG.)

**ANÁLISE DE CONJUNTURA:
A DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES
NO BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE
DO CAPITAL**

VOL 1

Goiânia-GO
2018

Editora
Φ Phillos

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank

DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira

DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira / Willames Frank

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia- GO

www.editoraphillos.com

editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S249p

SANTOS NETO, Artur Bispo dos (Org.).

Análise de conjuntura: a dinâmica da luta de classes no Brasil no contexto da crise do capital (Volume 1) [recurso eletrônico] / Artur Bispo dos Santos Neto – Goiânia, GO: Editora Phillos, 2018.

ISBN: 978-85-52962-10-6

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Luta de Classes. 2. Neoliberalismo. 3. Capital. 4. Política Social. 5. Economia.

I. Título.

CDD: 360

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviços e problemas Sociais 360

*Na luta de classes, todas as armas são boas: pedras,
noite e poemas.*
(Paulo Leminski)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Artur Bispo dos Santos Neto	
PRIMEIRA PARTE	
CAPITAL FICTÍCIO, FUNDOS DE PENSÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR	22
CAPÍTULO I	
Capital fictício, fundos públicos e fundos e pensão	
Artur Bispo dos Santos Neto	23
Layana Lima	
CAPÍTULO II	
A aristocracia operária e os fundos de pensão	46
Artur Bispo dos Santos Neto	
Glaucya Núbia Barros dos Santos	
CAPÍTULO III	
Neoliberalismo e seus reflexos na política de saúde no Brasil	82
Glaucya Núbia Barros dos Santos	
Fernanda Sâmea Silva Rodrigues	
CAPÍTULO IV	
As condições de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas	97
Thays Rosa dos Santos	

SEGUNDA PARTE

A UNIDADE CAMPESSINO-OPERÁRIA CONTRA O CAPITAL	117
---	------------

CAPÍTULO V

A burguesia agrária apropria-se de terras públicas e “terras devolutas” no Brasil	118
--	------------

Artur Bispo dos Santos Neto

CAPÍTULO VI

Desindustrialização do Brasil no contexto da crise do sistema do capital	144
---	------------

Artur Bispo dos Santos Neto

CAPÍTULO VII

A necessidade da unidade campestre-operária contra o capital	158
---	------------

Artur Bispo dos Santos Neto

TERCEIRA PARTE

INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL	174
--	------------

CAPÍTULO VIII

Os governos petistas e a continuidade do neoliberalismo	175
--	------------

Marcos de Oliveira Silva

CAPÍTULO IX

Empreendedorismo como ideologia do capital contra o trabalho 187

Kamilla Karinne de Oliveira Almeida

Artur Bispo dos Santos Neto

CAPÍTULO X

Escola livre ou escola do pensamento único 212

Artur Bispo dos Santos Neto

CAPÍTULO XI

Processo de criminalização dos movimentos sociais 230

Vírginio Gouveia

Alexandre da Silva Santos

Artur Bispo dos Santos Neto

CAPÍTULO XII

A ascendência do movimento de ocupação das escolas no Brasil 240

Artur Bispo dos Santos Neto

CONCLUSÃO 246

Artur Bispo dos Santos Neto

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 demonstraram para a burguesia que os governos petistas não possuíam o controle absoluto do movimento de massa no país e que novas personificações do capital deveriam entrar em cena. Desde então, os setores mais reacionários da burguesia passaram a disputar cada espaço do movimento de massa e a revelar como os trabalhadores se achavam destituídos de organizações capazes de enfrentar a ofensiva do capital contra o trabalho, uma vez que as organizações sindicais e políticas (PT e CUT) haviam assumido deliberadamente a condição de correias de transmissão dos interesses do capital e da possibilidade de oferecer uma face humana ao capitalismo.

O movimento de massa de 2013 claramente se configurou como expressão da crise profunda que acometia o sistema econômico mundial, desvelando como a classe trabalhadora constitui a fração da sociedade mais prejudicada pela crise. A luta contra o reajuste das passagens fez eclodir uma série de reivindicações e transcendeu as organizações existentes, desnudando a incapacidade dos instrumentos coercitivos da burguesia para assegurar o controle cabal do movimento de massa.

A intensificação da crise econômica revelou sua gravidade e colocou a necessidade de o capital intensificar seus ataques aos direitos dos trabalhadores, pois somente o trabalho produz riqueza, já que dinheiro não gera dinheiro, nem subsiste autonomia do capital financeiro e de nenhum complexo da totalidade social em relação ao trabalho. Toda a riqueza social

emana do trabalho, tornando-se imprescindível para o capital aprofundar o processo de intensificação da jornada de trabalho e ensejar novas contrarreformas para retirar direitos sociais dos trabalhadores.

A crise econômica deflagrada em 2008 revelou os limites das políticas neoliberais e acentuou a necessidade da intervenção do Estado para repassar o ônus da crise aos trabalhadores. Nos EUA, as políticas de austeridade foram efetivadas sem que houvesse uma resistência tenaz da classe operária e dos trabalhadores assalariados. Na Europa o quadro foi diferente, devido ao histórico de resistência da classe operária, acumulado ao longo dos anos, que reanimou as ações de massas, no sentido de barrar algumas políticas de austeridade ensejadas pela Troika.

Num quadro de agravamento da crise econômica e ante a necessidade de resistência da classe trabalhadora para interceptar as políticas de austeridade ensejadas pela Troika, surgiram organizações à esquerda como o Syriza na Grécia, o Podemos na Espanha, o NPA francês e o *Die Linke* alemão. No entanto, essas organizações acabaram se enredando no cretinismo parlamentar, porquanto priorizaram as saídas nos marcos da institucionalidade burguesa, e não a necessidade de superar o sistema do capital. Os movimentos sociais, como os “Indignados” na Espanha, também acabaram se enredando nessa perspectiva.

Nota-se um crescimento vertiginoso de organizações de direita e extrema direita em todo o mundo: Frente Nacional de Marine Le Pen (França), Aurora Dourada (Grécia), Partido Independente do Reino Unido (Reino Unido) etc. A esquerda no Reino Unido adotou uma política de defesa da manutenção da Zona do Euro; o setor que conseguiu cooptar o sentimento de recusa dos trabalhadores à política de ajuste da Troika foi a

ultradireita, na qual predominou a noção de que os trabalhadores seriam contrários à presença de imigrantes e defenderiam o sentimento nacional. Além do Reino Unido, os trabalhadores na Grécia (julho de 2015), os dinamarqueses (dezembro de 2015), os holandeses (abril de 2016), os islandeses e os suíços disseram não ao processo de integração à zona do Euro.

Em meio à deterioração do regime político francês, nota-se que a Frente Nacional se fortalece com a “xenofobia” e a promessa de abandonar a Zona do Euro. Apesar disso, também cresce a resistência da classe trabalhadora na França contra a “reforma trabalhista” e a possibilidade de ampliação da jornada de trabalho de 40 horas para 60 horas semanais. As paralisações atingiram, entre 2015 e 2017, os principais setores econômicos do país, como usinas nucleares, refinarias, depósitos de combustível, metrô, portos, aeroportos, escolas, universidades, serviços em geral. Enquanto isso, os professores protestam contra as políticas de destruição da escola pública no México e mostram para os trabalhadores que o capital não conseguirá avançar sem passar por cima deles.

No Brasil, como se não bastasse o aparato midiático (Rede Globo, Veja, Isto é, Exame, Folha de São Paulo etc.) e ideológico da burguesia, com suas distintas organizações (igrejas, escolas privadas, universidades, velhos partidos políticos), ganha destaque o aparecimento da extrema direita, alimentada pelos teóricos neoliberais e neofascistas (neonazistas, xenóforos, *skinheads* etc.). Nessas organizações intensifica-se não apenas a ideologia da necessidade de ascendência social, mas a ideologia da meritocracia, da valorização do empreendedorismo, da supervalorização do individualismo, do consumismo, do racismo contra o nordestino, da homofobia, da superioridade dos brancos

etc.

As classes intermediárias assumiram a pauta reacionária da defesa da privatização, do ideário nacional contra o “socialismo” ou o “comunismo” (Cuba e Venezuela), orquestrado pelos meios de comunicação da burguesia e pelas novas organizações constituídas pela burguesia ávida de mais trabalho ou mais-valia. Entre elas merecem destaque o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados *Online*, Vem pra Rua, SOS Forças Armadas, Instituto von Mises, Instituto Millenium, Escola sem Partido, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Mídia sem Máscara etc. Essas organizações encontraram em Jair Bossonoro o corifeu de seus interesses.

A emergência dessas organizações fortalece o conjunto de ataque aos direitos dos trabalhadores, como se observa nas medidas anunciadas pelos governos Dilma e Temer, na perspectiva de salvar banqueiros e empresários. Enquanto o governo Dilma cortou (2015) 79,4 bilhões nas áreas sociais – 12,4 bilhões da Educação pública, 12 bilhões na Fiocruz, 13 bilhões na Saúde, 17,2 bilhões no Ministério das Cidades, 5,7 bilhões nos Transportes, 1,8 bilhão na Ciência e Tecnologia etc. –, liberou, também em 2015, recursos para diferentes setores do empresariado, como 15 bilhões para o FIES e mais 1,3 trilhão para pagar os títulos dos juros da dívida pública. No contexto do programa de contenção de despesas para operar o processo de acumulação de capital visando ao superávit primário, o governo Dilma colocou em curso os programas Agenda Brasil (privatização do SUS), PPE (Plano de Proteção ao Emprego), Lei Antigreve, Lei Antiterror, PEC 395, PL 4.530, PL 4.530, PL 6.330, PL 257/16 etc.

O programa de ataques aos trabalhadores foi radicalizado

pelo governo Temer, que anuncia uma nova “Reforma da Previdência Social”, a ampliação da jornada de trabalho de 40 horas para 80 horas semanais, PEC 241/055, PL 746/16 etc. Assim, o ciclo histórico de convivência harmoniosa entre capital e trabalho postulado pelos governos petistas foi quebrado devido à intensificação da crise econômica e ao processo de endividamento dos setores intermediários da sociedade, que passaram a sentir os efeitos da crise econômica no seu cotidiano. A queda do PIB a um patamar negativo de -3,8% (2016) e as perspectivas céticas em relação ao destino da economia brasileira serviram como pano de fundo para o *impeachment* de Dilma e o avanço das organizações de direita no Brasil.

A **primeira parte** deste livro trata do capital fictício, dos fundos públicos e da saúde do trabalhador. No primeiro capítulo, abordamos a relevância do capital fictício no contexto de intensificação da crise do sistema do capital, que requisita mediações mais complexas para assegurar o crescimento da taxa de lucro do capital, porquanto o modo de produção capitalista se impõe no processo de financeirização. No circuito financeiro atual, destaca-se o papel fundamental dos fundos de pensão como alavancas para valorizar o capital fictício. Este estudo pretende situar os fundos de pensão como componentes essenciais do mercado financeiro. Para esse fim, intenta-se elucidar desde o fundamento do capital fictício nas fases evolutivas do capitalismo até sua expressão contemporânea como capital parasitário. O referido estudo fundamenta-se na matriz teórica marxista, uma vez que se entende o sistema capitalista como um processo histórico que se encontra em movimento e cuja atualidade exhibe aspectos de sua emergência com traços modernos.

No decorrer do segundo capítulo buscar-se-á entender o processo de constituição da aristocracia operária na Inglaterra e sua formação no desenvolvimento do tardio capitalismo brasileiro, explicitando como essa fração da classe operária desempenha papel essencial para subordinar o conjunto da classe trabalhadora aos propósitos do capital. Notar-se-á como a aristocracia operária consegue deslocar o desiderato de enfrentamento do capital para uma posição de adequação e acomodação ao *status quo* pela mediação da apologia da contrarreforma da Previdência Social e da constituição da Previdência complementar, em que os fundos de pensão comparecem como reflexo da inócua tentativa de humanização do capitalismo, mediante a governança corporativa, a responsabilidade social, a sustentabilidade socioambiental, os fundos éticos e a aposentadoria por capitalização. Através da ideologia da inclusão social e da necessidade de redistribuição de renda, a aristocracia operária desempenha função elementar nas obras orquestradas pelos governos Lula e Dilma Rousseff. No entanto, a crise econômica desvela a impossibilidade de oferecer uma face humana ao capitalismo e evidencia a verdadeira essencialidade do sistema do capital, em que a gestão empresarial com responsabilidade social se manifesta como uma administração fraudulenta dos gestores envolvidos nas denúncias da Lava Jato e na ilícita administração da Previdência complementar dos trabalhadores, como, por exemplo, na Postalís.

O terceiro capítulo tem como objetivo descrever o cenário da história da política de saúde no Brasil em tempos neoliberais, identificando as consequências que esse processo de transformação política no país ocasionou e caracterizando a

relação entre a universalidade e a focalização na saúde na década de 1990. Com base em diferentes autores, o que se evidencia é uma trajetória marcada por embates sociais e políticos, na qual o projeto de reforma sanitária e o projeto de saúde privatista entram em disputa, e a focalização de serviços na saúde é direcionada ao atendimento básico, contrariando o que preconiza o modelo assistencial de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

O quarto capítulo busca identificar as relações entre capital/trabalho na agroindústria canavieira brasileira e averiguar as transformações das condições de trabalho nos canaviais, oriundas do processo de reestruturação produtiva, bem como seus impactos sobre a saúde dos cortadores de cana. Para compreender a peculiaridade do modo de produção capitalista e o desenvolvimento do complexo canavieiro alagoano, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, mediante a recorrência à produção teórica desenvolvida por pensadores como Marx, Engels, Mészáros, Mazzeo, Verçosa e Iamamoto, assim como a pesquisa documental referente às legislações, decretos e documentos que expressem a ação estatal perante as condições de trabalho no âmbito canavieiro e permitam a exposição de dados concernentes ao processo de superexploração e seus efeitos deletérios sobre a saúde dos trabalhadores canavieiros no Estado de Alagoas.

A **segunda parte** do livro versa sobre a necessidade da unidade campesino-operária contra o capital. No decorrer do quinto capítulo será possível observar como a burguesia agrária se constitui como entrave ao processo de efetivação da reforma agrária e como os governos que marcaram a história do Brasil nos últimos 26 anos não conseguiram atender às demandas dos camponeses sem terra. A configuração de 1,3 milhão de assentamentos é muito mais resultado da correlação de força

estabelecida entre os movimentos sociais e o latifúndio do que propriamente produto da disposição dos governos em atender à demanda reprimida de mais de 5 milhões de famílias camponesas. A política de reforma agrária instituída nos últimos 26 anos não flexibilizou a tendência ascendente do latifúndio e do agronegócio, cujo vértice fundamental reside na apropriação de terras públicas e devolutas existentes no país. Nesse processo, o papel do Estado tem sido beneficiar a burguesia agrária, uma vez que silencia sobre as ocupações desmedidas das terras devolutas e desconsidera as demandas efetivas dos camponeses sem terra, indígenas e quilombolas, como assegura o dispositivo constitucional.

No sexto capítulo, tratamos do processo de desindustrialização da economia brasileira como elemento fundamental para entender a guinada à direita da classe média brasileira e a falência do projeto de conciliação de classes dos petistas.

O sétimo capítulo salienta a topografia do campesinato na história do Brasil; o desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas implicou a contraposição à existência desta classe social. É relevante superar as idiossincrasias que intentam sustentar a possibilidade da conciliação de classes entre camponeses e burguesia, porque inexiste a possibilidade de conciliação entre a pequena propriedade e a grande propriedade, entre a classe que vive de seu trabalho e a classe social que tem sua essencialidade na apropriação da mais-valia. Este texto procura demonstrar como reina o antagonismo entre o agronegócio e o campesinato, pois o primeiro está fundado na degradação da natureza e na expropriação do trabalho alheio, enquanto o segundo procura desenvolver a produção mediante

uma relação de equilíbrio e harmonia com a natureza. Em sua contraposição ao latifúndio e ao agronegócio, os camponeses devem constituir um projeto estratégico com o proletariado, que tenha como horizonte o socialismo enquanto superação do sistema do capital e suas relações alienadas de articulação do homem com a natureza.

A **terceira parte** trata da intensificação da luta de classes no Brasil. O oitavo capítulo discorre sobre “Os governos petistas e a continuidade do neoliberalismo”. O projeto fundamental de oferecer uma face humana mediante as políticas de redistribuição de renda e inclusão social, orquestrado pelo PT, representa uma linha de continuidade com o projeto do PSDB. O Programa de governo do PT de 2002 demonstra como o capital e a burguesia constituem aliados estratégicos essenciais para a proposta de desenvolvimento do país. A mudança do nome dos programas desenvolvidos não oblitera o caráter também neoliberal dos governos petistas e como eles consistem em vetores fundamentais da exploração do trabalho pelo capital.

O nono capítulo tem como propósito operar uma crítica ao empreendedorismo a partir da perspectiva marxiana, apontando de que forma este se apresenta como uma ideologia do capital contra o trabalho. Na atualidade, o capital enfrenta uma crise que denuncia seu esgotamento enquanto ordem sociometabólica. A fim de reverter este quadro, o capital investe em estratégias que impactam de forma negativa a classe trabalhadora, embora em alguns casos, como no do incentivo ao empreendedorismo, isto constitua uma fantasia capaz de trazer benefícios para o trabalhador, em face de uma conjuntura caracterizada pelo crescente aumento do desemprego. Com o intuito de apresentar reflexões sobre o empreendedorismo, este texto empreende uma

análise sobre esta categoria como ideologia e, posteriormente, realiza apontamentos sobre a relação do Serviço Social com a superação da ideologia burguesa. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental.

O décimo capítulo trata da natureza coercitiva do capital pela mediação da análise da “Escola Sem Partido”. A aprovação do Projeto “Escola Livre” em Alagoas denota como o capital tenta recorrer aos mecanismos repressivos no interior da escola pública. Como se não bastasse uma constelação de medidas que submetem as escolas aos preceitos inexoráveis do capital, o programa “Escola Livre” tenta interceptar a possibilidade da existência de movimentos estudantis e docentes de resistência contra o processo de desmonte da educação pública. A subordinação dos professores aos propósitos do mercado é somente uma pequena expressão da natureza autoritária do sistema do capital, poderio este plenamente revelado no chão da fábrica e no interior de qualquer propriedade da burguesia agrária ou financeira. A subordinação que deve ser legalizada no interior das escolas é expressão da repressão que perpassa de alto a baixo o proletariado no chão da fábrica e os trabalhadores assalariados em todas as empresas capitalistas.

O décimo primeiro capítulo enfoca o processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Através de seus meios de comunicação de massa, a burguesia tenta desmoralizar os movimentos sociais, construindo uma teia de acusações que visa deslegitimar as reivindicações pelo direito elementar dos trabalhadores a terra, trabalho, saúde, educação, moradia, transporte etc. Para isso, procura reformular seus preceitos jurídicos e institucionais, na perspectiva de impedir o avanço do movimento de massa. Isso revela que o sistema do

capital precisa dialeticamente combinar medidas persuasivas com práticas coercitivas, a fim de interceptar a ascensão da consciência das massas, num projeto estratégico que aponte o socialismo como efetiva alternativa para a humanidade. A tentativa dos trabalhadores de ultrapassar a linha demarcada pela institucionalidade burguesa, a fim de transcender a sua condição de submissão e subserviência, é considerada como crime ao direito e à institucionalidade do capital.

O capítulo décimo segundo trata do movimento de ascensão das ocupações das escolas públicas no Brasil como expressão do mais amplo movimento de massa da sociedade brasileira desde junho de 2013. A luta tenaz dos estudantes secundaristas contra a PEC 055/241 e a MP 746/16 despertou os servidores públicos dos diferentes estados para uma pauta de reivindicações que transcende suas pautas pretéritas economicistas e corporativas, abrindo o caminho para a constituição de um movimento de massa nacional.

Artur Bispo dos Santos Neto

PRIMEIRA PARTE
CAPITAL FICTÍCIO, FUNDOS DE PENSÃO E
SAÚDE DO TRABALHADOR

CAPÍTULO I

CAPITAL FICTÍCIO, FUNDOS PÚBLICOS E FUNDOS DE PENSÃO¹

Artur Bispo dos Santos Neto²

Layana Lima Silva³

Apesar do caráter incompleto d’*O capital*, Marx deixou os elementos fundamentais para a compreensão essencial dos fenômenos econômicos – tanto os relacionados ao mundo da produção, quanto os relacionados ao mundo da circulação –, ou seja, os fenômenos produtivos monetários, financeiros e especulativos. Isso denota a possibilidade de se encontrar, nos livros primeiro e terceiro d’*O capital*, os elementos basilares para a compreensão do caráter abstrato do trabalho, do capital-mercadoria, do capital-dinheiro, do capital-produto, do capital-financeiro e do capital-fictício.

A compreensão abrangente da essencialidade do capital-fictício presume o entendimento do trabalho abstrato como fundamento da sociabilidade capitalista e do sistema do capital, enquanto uma totalidade que se exprime como síntese de

¹ A produção deste capítulo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

² Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor Associado do Curso de Filosofia e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e em Letras da UFAL. E-mail: <arturbisponeto@gmail.com>.

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

múltiplas contradições. Uma vez que o trabalho que serve de fundamentação da sociabilidade burguesa plasma-se de maneira abstrata, o trabalho concreto resta subordinado aos seus propósitos e o próprio capital resulta como capital fictício – sua forma fantasmagórica, por excelência, na contemporaneidade.

A peculiaridade do capital fictício somente pode ser elucidada mediante o entendimento da natureza do capital como uma totalidade dinâmica e perpassada por contradições. O capital não se constitui como um ser estático, pelo contrário, revela-se como uma entidade social profundamente dinâmica e em permanente processo de transformação. O ser e o não-ser cortam como uma diagonal todo o seu processo de estruturação. A capacidade de metamorfosear-se revela como quintessência da mais poderosa maquinaria de apropriação de mais-valia que existiu na história da humanidade. Por isso, a elucidação da essencialidade do capital-fictício não pode ser efetuada caso se desconsiderem as profundas metamorfoses experimentadas pelo capital, cujo vértice fundamental requer a intensificação da apropriação de mais-valia.

Ao concentrar sua atenção na análise do sistema financeiro, mediante a análise dos bancos e, particularmente, das formas de acumulação da poupança dos trabalhadores e das companhias de seguros, Marx desconhecia o intenso crescimento do sistema de crédito ao consumidor ou dos fundos de pensão. No entanto, ele estabelece as bases para que se entenda todo o movimento abrangente e abstrato do capital na contemporaneidade. No decorrer desta análise da composição do fundamento abstrato do capital como capital fictício, consideram-se os fundos públicos e os fundos de pensão públicos como aspectos nodais deste texto.

1.1 O trabalho abstrato como fundamento do capital

Marx inicia *O capital* elucidando o caráter reificado e alienado do trabalho, no qual se ancora o sistema capitalista, a partir da análise da mercadoria. Esse ponto de partida deve-se ao fato de a mercadoria ser a forma mais simples de manifestação do capital, em que a riqueza da sociedade consiste numa “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1985a, p. 45). A natureza abstrata da mercadoria somente exprime o caráter misterioso do trabalho abstrato mediante a igualdade estabelecida entre trabalhos profundamente desiguais.

A natureza metafísica da mercadoria é expressão da própria natureza do valor. Esclarece Marx: “Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social” (MARX, 1985a, p. 72). O elemento que denota a grandeza de valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Prossegue Marx (1985a, p. 59): “a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor” porque o valor é determinado pelo *quantum* de trabalho realizado.

O trabalho, na qualidade de trabalho humano abstrato ou equivalente, é a essência do valor; já o trabalho como trabalho útil e concreto é uma necessidade eterna dos homens, algo que precede à sociedade capitalista. É porque o trabalho é abstrato e controlado completamente pelo capital, que os distintos trabalhos são trabalhos privados e independentes uns dos outros. É porque o capital assume a posição de ser social que congrega, reúne e convoca os trabalhadores, e as relações sociais que se estabelecem “não são relações diretamente sociais entre pessoas em seus

próprios trabalhos, senão relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1985a, p. 71).

O trabalho abstrato é expressão duma forma específica de produção que incide sobre a totalidade da existência dos indivíduos e que torna todas as relações sociais alienadas e abstratas. O trabalho abstrato é uma universalidade desprovida de concretude, enquanto o trabalho concreto é uma universalidade rica de determinações, que permite entender não somente a forma como o capital organiza a produção ou o capital produtivo, mas também elucidar a natureza do capital financeiro e especulativo. O capital, enquanto totalidade, inexistente sem o trabalho abstrato.

No livro terceiro de *O capital*, Marx demonstra a conexão íntima entre mais-valia e lucro: o que é mais-trabalho para o proletariado é lucro para o capitalista. O processo de circulação do capital oblitera a natureza do lucro e encobre sua relação orgânica com a mais-valia, pois está vinculado ao processo de produção e à relação diretamente estabelecida entre capital e trabalho. No entendimento de Harvey, por ser o lucro sinônimo de mais-valia – outra denominação de tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista no reino da produção de mercadorias –, não se pode desconsiderar a peculiaridade do lucro.

Harvey (2006, p. 136) assinala:

O mais-valor é convertido em lucro mediante o processo social da concorrência. O lucro, por sua vez, é dividido nos componentes do lucro sobre o capital mercantil, do juro sobre o capital monetário, da renda derivada da terra e do lucro da empresa. A tarefa de qualquer teoria da distribuição é explicar a necessidade social para essa distribuição do mais-valor, e os processos sociais que a realizam.

O lucro está relacionado à composição orgânica do capital-dinheiro investido na produção de mercadorias; a transformação do capital-dinheiro em capital-produtivo e capital-mercadoria tem como quintessência sua nova conversão em capital-dinheiro agregado de mais-valor. No lucro desaparece a distinção existente entre capital constante e capital variável, e somente o capital investido na compra da força de trabalho é capaz de assegurar um valor acima do originalmente investido.

Esclarece Marx (2008a, p. 59):

Só pode converter em valor maior o valor que adianta, trocando-o por trabalho vivo, explorando o trabalho vivo. Mas só pode explorar o trabalho, adiantando ao mesmo tempo as condições requeridas para se efetivar esse trabalho: meios e objeto de trabalho, maquinaria e matérias-primas, isto é, transformando em condições de produção, soma de valor em seu poder. E só é capitalista, podendo empreender o processo de exploração do trabalho, por ser o dono das condições de trabalho e encontrar o trabalhador que possui apenas a força de trabalho.

Como é impossível operar o processo de apropriação do tempo de trabalho excedente sem que o capitalista invista também em capital constante, as duas formas de composição do capital têm uma mesma natureza e servem para reforçar a sua tese de que o lucro não emana da apropriação de mais-trabalho ou mais-valia. Esclarece Marx (1985a, p. 112): “a taxa de lucro é a relação da mais-valia com o capital global adiantado, enquanto a taxa de mais-valia é a relação da mais-valia com a parte apenas variável desse capital”.

O fundamento do lucro revela-se de uma maneira completamente fantasmal tanto para o capitalista quanto para o trabalhador, pois “O valor excedente – ou mais-valia – realizada

com a venda da mercadoria assume para o capitalista a aparência de excesso do preço de venda sobre o valor da mercadoria” (MARX, 2008a, p. 53). A disjunção entre mais-valia e lucro isenta os capitalistas da responsabilidade perante o processo de superexploração da força de trabalho. A própria natureza do capital, assentada no trabalho abstrato, acaba por fetichizar o fato de que o capital sustenta-se na produção e realização permanente de mais-valia; sem a criação e recriação de mais-valia, o capital deixaria de existir.

A relação entre produção e circulação torna-se fundamental, porque o capital-dinheiro transformado em capital-produtivo precisa novamente se converter em capital-dinheiro pela mediação do capital-mercadoria. O valor produzido deve imediatamente converter-se em mais-valor, por isso o capital-dinheiro transformado em mercadoria precisa retornar à sua condição de capital-dinheiro. O tempo de rotação do capital-produtivo e capital-mercadoria em capital-dinheiro pode afetar a taxa de lucro dos capitalistas quando demora para completar o circuito estabelecido socialmente, pois o tempo de rotação (circulação) do capital pode implicar a redução do valor da mais-valia produzida e, conseqüentemente, diminuir o lucro dos capitalistas no processo de produção e circulação. A circulação não cria valor, apenas se apropria de uma parte do valor produzido no mundo da produção.

O caráter fantasmal do capital a juros e, conseqüentemente, do capital fictício, é desmistificado quando se investiga a sua essencialidade na fórmula $D-d-M-d'-D'$. Há uma duplicação do dinheiro desembolsado como capital e do dinheiro convertido em capital. A fórmula D muda de mãos duas vezes, porque comparecem as figuras do capital-dinheiro e do capital-produtivo.

A capacidade de dinheiro gerar dinheiro desaparece quando se observa a relação intrínseca estabelecida entre capital-dinheiro ou capital financeiro e capital-produtivo. O capital que rende juros, que se apresenta como uma coisa que emana do nada, deixa de ser a expressão de si mesmo para configurar-se como traço essencial do sobretrabalho expropriado pelo capitalista.

Mediante a recorrência ao capital produtor de juros, a fórmula $D-M-D'$ converte-se em $D-d-M-d'-D'$; o capital-produtivo (d) recorre ao capital produtor de juros (D) para poder comprar força de trabalho e meios de produção (M). Assim, sem a figura do capital produtor de juros não subsistiria o processo de produção de mercadoria ($M... (p)... M'$). No entanto, em vez de operar diretamente o processo de apropriação do trabalho excedente, o representante do capital-dinheiro empresta seu dinheiro ao representante do capital-produtivo. Ele mesmo poderia realizar as tarefas da compra de meios de produção e força de trabalho, mas prefere delegar essa tarefa a uma terceira pessoa, que atua como personificação do capital-produtivo. Por isso, verifica-se um duplo desembolso do dinheiro como capital e um duplo retorno do capital; desta vez, como capital realizado na fórmula $d-D'$.

Na fórmula acima, observa-se que o capital passa por um processo em que o capital-dinheiro é convertido em capital-mercadoria e novamente transformado em capital-dinheiro, dessa vez convertido em capital dotado de mais-valor ($d' - D'$). Desse modo, o capital exerce as funções de capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. No entanto, quando considerados isoladamente, há somente dinheiro ou capital, e não o processo que permite elucidar os fundamentos de onde emergem os juros que o capitalista paga ao outro capitalista.

Conforme Marx (2008b, p. 459):

O dinheiro, portanto, afasta-se do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor-de-uso de produzir mais-valia.

No capítulo XXIV do livro terceiro d'*O capital*, Marx (2008b) salienta que o capital produtor de juros é a forma mais reificada ou mais fetichizada do sistema do capital, pois desconsidera completamente a mediação que permite a transformação de capital em mais capital, de valor em mais-valor. Por isso, chama atenção para a necessidade de superar a disjunção fenomênica estabelecida entre capital portador de juros (capital-dinheiro) e capital industrial (capital-produtivo), em que o capital produtor de juros é considerado como uma espécie de chaga para o bom funcionamento do sistema capitalista. É preciso entender a relação intrínseca que subsiste entre o capital produtor de juros e o capital industrial, superando a compreensão inteiramente exteriorizada do universo da produção em relação ao capital portador de juros. Na verdade, o capital produtor de juros (D), enquanto capital emprestado, é o ponto de partida da relação; sem ele não haveria a eclosão do processo de conversão de capital-dinheiro (d) em capital-produtivo (M) e capital-mercadoria (M'), e novamente em capital-dinheiro (d' – D').

O pagamento dos juros (D') representa o retorno do capital ao seu ponto de partida, acrescido de mais-valia. No entanto, geralmente se considera o pagamento dos juros como uma coisa estranha e que “não parece mais resultar do processo de produção, pois tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse

perdido a forma dinheiro” (MARX, 2008b, p. 465). É preciso entender que não se trata simplesmente de uma transação jurídica que envolve cessão e restituição de direitos entre prestamista e prestatário, mas de um movimento efetivo do capital, em que “o retorno é um componente do processo de circulação” (MARX, 2008b, p. 465).

No movimento efetivo do capital, expresso na fórmula original $D-M-D'$, configura-se o fundamento do capital produtor de juros, pois o dinheiro, adiantado como capital, “tem a propriedade de retornar a quem o adianta, a quem o desembolsa como capital” (MARX, 2008b, p. 465). E a fórmula assegura não somente o retorno do dinheiro ao seu ponto de partida, depois do movimento de exteriorização, mas um retorno ao seu ponto de partida que amplia o seu valor. O capital produtor de juros é somente a duplicação do ponto de partida e de chegada do capital, e mantém completamente intacto seu ponto intermediário. É no ponto intermediário que se forja a quintessência do sistema do capital como a forma mais poderosa de extração de mais-valia que existiu na história da humanidade.

1.2 O capital fictício e os fundos sociais

A passagem do capital concorrencial ao capital monopolista exacerba o papel do capital-dinheiro ou capital financeiro sobre o capital-produtivo no final do século XIX e culmina na hipertrofia do capital financeiro na década de 1970. O desenvolvimento do capital monopolista representa o crescimento do capital-dinheiro em sua forma capital-fictício e especulativo, implicando a superação daquele estágio histórico em que o capital a juros estava subordinado ao capital produtivo, ou seja, ao predomínio

econômico do capital industrial sobre o capital comercial e o capital produtor de juros.

Calcanholo e Nakatani (2015, p. 52) ressaltam a distinção fundamental entre capital fictício e capital produtor de juros: enquanto o capital a juros exerce função indispensável à circulação do capital industrial, o capital não se mostra essencial ao processo de reprodução do capital industrial, configurando-se como pura oneração. O capital fictício auferir ganhos mediante a apropriação do valor excedente produzido por outras formas de composição do capital (capital-industrial e capital a juros). O capital fictício não produz diretamente valor ou mais-valia; no entanto, vive da apropriação da mais-valia produzida por outras formas de composição do capital, por isso tem uma natureza especulativa e parasitária. O fundamento do capital fictício subjaz nos fundos públicos, na venda de títulos privados, nas ações das bolsas de valores, nas letras de câmbio, em debêntures etc.

Embora seja distinto do capital produtor de juros, o capital fictício exprime a submissão do capital produtivo ao capital financeiro desde o advento do imperialismo e do capital monopolista. Isso é exacerbado com a quebra do padrão monetário de *Bretton Woods* na década de 1970, quando o capital industrial revela-se completamente tutelado pelo capital especulativo e sua lógica destrutiva. A exacerbação do sistema de crédito resulta numa intensificação da exploração da força de trabalho e na ampliação desmedida da taxa de utilização decrescente das mercadorias, expressa na obsolescência dos objetos produzidos e no aguçamento da presença do complexo industrial-militar.

Neste processo de valorização, a dívida pública é um dos vetores fundamentais de constituição e desenvolvimento do

capital fictício ou do sistema de crédito. Os pagamentos dos serviços da dívida pública pelos países da América Latina, por exemplo, são assegurados pelos fundos públicos. Estes servem para alimentar a ciranda financeira dos “investidores” dos bancos, mercados financeiros completamente globalizados, dos fundos de pensão, dos grandes aglomerados financeiros, das sociedades de seguros, das bolsas de valores etc.

Marx revela como o sistema de crédito e a dívida pública emergem na etapa da acumulação primitiva como manifestação do capital fictício (1985b, p. 288, grifos nossos):

O crédito público torna-se o credo do capital [...]. A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. *Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, deste modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e usurária [...].* A dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.

Se o capital a juros tem uma natureza ilusória e fantasmal que parece brotar do nada, como se dinheiro gerasse dinheiro, o capital fictício exacerba essa caracterização, assumindo corolários que parecem completamente destituídos de materialidade ou substancialidade. Isso se deve ao fato de seu ponto de partida revelar-se no processo de expropriação do trabalho realizado pelo Estado mediante os créditos públicos e a dívida pública. O capital fictício intensifica a ilusão que perpassa o capital a juros, de que o lucro emerge do nada ou do mero esforço particular do capitalista acionista.

O endividamento do Estado é um mecanismo de

transferência futura para credores privados dos direitos estatais sobre os impostos e tributos cobrados à sociedade (classe trabalhadora). Escreve Marx (1985b, p. 289): “Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem, ainda assim, como consequência, a elevação de impostos”. Pela mediação da venda dos títulos da dívida pública, os governos entregam aos representantes dos capitais fictícios o direito de auferir lucros provenientes da receita de seus impostos e da venda de serviços (água, luz, saneamento básico). Os títulos da dívida pública podem ser vendidos para financiar a construção de obras públicas (como faz o capital a juros) e, consequentemente, gerar riqueza material para a sociedade, pois podem ser comercializados no mercado de ações da bolsa de valores como mecanismo de rolagem da dívida pública.

A supertributação é parte estratégica de um sistema eficiente fundado no processo de subordinação da classe trabalhadora, mantendo esta classe sempre sobrecarregada. Paulatinamente os governos encarecem os serviços públicos e se desobrigam das tarefas prementes de educação e da seguridade social.

A venda dos títulos públicos e o pagamento da dívida pública são poderosos mecanismos de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores. O pagamento da dívida pública serve como mecanismo de “punção” das riquezas produzidas pela classe trabalhadora mediante cessão expressiva de fundos públicos direcionados para atender às demandas do trabalho no ciclo histórico de expansão do capital. A dívida pública configura-se como mecanismo poderoso de apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores para entregar ao capital

portador de juros ou capital fictício. O pagamento da dívida pública constitui um mecanismo relevante de devolução da mais-valia apropriada pelo Estado aos capitalistas do sistema financeiro.

Os fundos públicos resultam da apropriação do trabalho, ou seja, da riqueza produzida pelos trabalhadores e partilhada na forma de juros e rendas entre os capitalistas não diretamente envolvidos na produção do valor. Os tributos incidentes sobre os salários, juros e rendas não passam de uma apropriação da máquina estatal da riqueza produzida pelos trabalhadores, em que grande parte deve retornar as mãos dos capitalistas. Deste modo, serviços oferecidos pelo Estado não podem ser considerados como antimercedorias ou antivalores (FELIPPE, 2015), pois resultam da riqueza produzida pelos trabalhadores.

É fundamental entender o movimento realizado pelo capital fictício no sentido de valorizar o capital a juros pela mediação dos fundos públicos, bem assim como a crise estrutural do capital forja as condições para a intensificação da apropriação dos fundos públicos pelo capital, aspecto desvela a necessidade da intensificação da exploração da força de trabalho, via implementação de contrarreformas⁴ e ampliação da carga tributária. Não é à toa que Marx afirma (1985b, p. 288): “O crédito público torna-se o credo do capital”.

Num contexto de crise econômica, os fundos públicos são vetores essenciais para salvaguardar os interesses do capital. Nos

⁴ A intensificação da primazia do capital financeiro nas últimas décadas acha-se plenamente articulada à subordinação do fundo público aos interesses privatistas. A desregulamentação da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e dos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro salário, jornada de oito horas semanais, FGTS, licença maternidade etc.) desempenha papel essencial.

denominados governos de esquerda da América Latina, por exemplo, eles emergem com uma roupagem distinta, tentando obliterar sua verdadeira essencialidade. Articulados aos fundos de pensão e ao capital rentista, os fundos públicos devem incentivar as políticas de emprego e renda, mediante a constituição das parcerias público-privadas.

Os benefícios propiciados pelos programas de transferência monetária de renda ou combate à pobreza foram instituídos tanto pelos governos de esquerda da América Latina (Brasil, Venezuela, Uruguai, Argentina, Bolívia etc.) como pelos governos de direita (Colômbia, Chile, Peru etc.). Os programas de combate à pobreza fazem parte do projeto de subordinação do trabalho ao capital, constituído pelos organismos internacionais (BIRD, Banco Mundial, FMI etc.). Não consistem em nenhum mecanismo de ruptura com a ordem sociometabólica hegemônica do sistema do capital.

A intensificação da onda privatista e de ataques aos direitos históricos dos trabalhadores deve ser articulada à preservação das políticas compensatórias (Programa Bolsa Família), essenciais para obstaculizar a revolta das populações completamente lançadas na miséria. Neste processo, as políticas de assistência social em nada alteraram o processo de concentração de riqueza pelos grandes aglomerados econômicos, nem a intensificação da expropriação dos trabalhadores.

Os governos declaradamente neoliberais (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso) conseguiram operacionalizar a expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores mediante a privatização e o cotejamento das políticas de retirada dos direitos dos trabalhadores. Os governos petistas (Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff) seguiram essa cantilena mediante a

preservação da escalada das concessões públicas aos setores privados e a continuidade das privatizações (sob a forma de concessões públicas), as contrarreformas da previdência social e as inúmeras concessões de terras aos representantes do agronegócio.

Por meio das inúmeras parcerias entre os setores público e privado, o capital adentrou de forma irreversível no complexo hospitalar e consolidou o poder das corporações de seguros privados e dos fundos de pensão. Desse modo, ergueu-se uma maquinaria econômica orquestrada pelo Estado, fundamental para expropriar os trabalhadores mediante o desmantelamento das políticas sociais relacionados à seguridade social (previdência social, saúde e assistência social).

1.3 Relação entre capital fictício e fundos de pensão

O advento do capital industrial permitiu a transmutação do capital mercantil em capital financeiro; os bancos passaram então a assumir as funções creditícias inerentes ao processo de expansão do capital. Como na época do capital mercantil, pequenos volumes de capital ociosos são entregues às instituições financeiras, que decidem a forma de investimentos desses recursos financeiros; estes, não se convertem em capital devido a seu reduzido aporte financeiro. Segundo Harvey (2006), nesse processo, os pequenos capitalistas, rentistas, proprietários de terra, governos, trabalhadores e administradores perdem a sua identidade social e tornam-se poupadores.

Uma determinada fração da classe trabalhadora não deixa de ser trabalhadora pelo simples fato de depositar uma pequena parte de seu salário numa instituição financeira; pelo contrário, a

poupança visa assegurar a preservação de sua existência nos tempos adversos. Trata-se de um mecanismo para enfrentar as intempéries decorrentes de enfermidades, desemprego, licença médica, gravidez, óbito etc. Os fundos de pensão são, portanto, unidades eficientes para agregar e agrupar os distintos recursos privados dos trabalhadores, de forma análoga às companhias creditícias ou às associações de poupanças, visando converter dinheiro em mais dinheiro. O processo de conversão passa necessariamente pela mediação do mercado e por toda a sua lógica degradante de expropriação do trabalho.

Sob determinadas circunstâncias, uma fração da classe trabalhadora acaba formando uma espécie de aristocracia e gozando de privilégios que a maioria de sua classe desconhece (HOBSEBAWM, 2016). Essa capacidade econômica emerge do fato de que com o desenvolvimento das relações de produção, os capitalistas passam a fazer algumas concessões aos trabalhadores, na perspectiva de uma conciliação entre capitalistas e trabalhadores. A política de conciliação de classe age para subordinar uma parte da classe trabalhadora aos propósitos do sistema do capital.

A constituição de um excedente emanado das concessões feitas pelo capital à aristocracia dos trabalhadores assalariados permite a formação de uma poupança comum. Na forma de fundos de pensão ou poupança comunitária, esses trabalhadores buscam as instituições financeiras para aplicar o excedente obtido.

Escreve Harvey (2006, p. 397, grifos nossos):

[...], na medida em que as poupanças dos trabalhadores se transformam em uma fonte importante de capital monetário, as organizações de

trabalhadores adquirem um poder econômico considerável – *daí a luta pelo controle dos fundos de pensão sindicais, fundos de seguro etc. Toda uma nova dimensão é introduzida na luta de classes.*

A poupança dos trabalhadores, pela mediação dos fundos de pensão converte-se em capital, e os trabalhadores passam a ganhar ou a perder com os rendimentos investidos no sistema financeiro. Apesar de persistir como trabalhadora, essa parcela se deixa induzir pela lógica rentista à medida que realiza investimentos no mercado financeiro. Isso significa que os trabalhadores devem apostar na preservação do sistema econômico vigente, haja vista que a subversão deste sistema implicaria a ruína de seus negócios.

Nesta lógica, o sistema requisita a subsunção da subjetividade operária e sindical aos propósitos da reprodução ampliada do capital. Ao invés de os fundos de pensão consistirem em estratégias de resistência, no caso de greves, por exemplo, passam a aderir às formas de atenuação da crise financeira forjada pelo antípoda essencial do trabalho. Nesse processo, a aristocracia operária e sindical passa à condição de apologista do sistema econômico vigente e tenta disputar com os capitalistas privados uma maior taxa de juros nos investimentos realizados.

Os fundos de pensão têm como *modus operandi* o sistema de crédito e a hipertrofia do capital fictício na contemporaneidade. Nesse contexto, a poupança dos trabalhadores deve ser ampliada mediante o sistema de crédito, pouco importando a destinação do dinheiro emprestado. Na busca de taxas de juros exitosas, os administradores dos fundos de pensão buscam aqueles agentes que apresentem taxas mais elevadas; por isso, seus clientes preferenciais são os governos, mediante a compra dos títulos da dívida pública. É dessa maneira

que os fundos de pensão se constituíram como vetores essenciais no financiamento das obras públicas encetadas pelos governos petistas, o que viabilizou empreendimentos como aeroportos, rodovias, hidrelétricas, moradias etc. Deste processo, os fundos de pensão participaram em plena articulação com os grandes aglomerados financeiros nacionais e internacionais (JARDIM, 2008).

Os três maiores fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) no Brasil sobressaíram no período dos governos petistas (2003-2016) como vetores essenciais das obras do PAC e das obras da Copa Mundial de Futebol, bem como da construção dos aeroportos, rodovias, hidrelétricas, sistema de moradias (Minha Casa Minha Vida) etc. Pela mediação dos fundos de pensão, os governos petistas conseguiram subjugar a subjetividade sindical e operária aos propósitos do capital, oferecendo uma face humana ao capital-produtivo, ao capital-comercial e ao capital a juros (JARDIM, 2008).

Os fundos de pensão serviram não somente financiar as obras do Estado brasileiro mediante a compra de títulos da dívida pública, mas também com a aquisição de títulos da dívida pública argentina, colombiana etc. No âmbito nacional, o discurso de que os fundos de pensão se constituíam como agentes do desenvolvimento econômico e de programas de sociais de combate à pobreza e geração de renda encontrava pleno espaço de irradiação, mas quando se observa a aplicação dos recursos dos fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) na compra dos títulos podres da dívida pública argentina, colombiana etc., o referido discurso perde sua sustentação, pois o propósito era claramente especulativo e parasitário.

Os governos petistas trataram de divulgar a natureza social

dos fundos de pensão, tentando encobrir sua natureza especulativa e incentivando a sua participação no mercado, como capital produtivo. É possível observar a participação dos fundos de pensão na construção de casas, portos, navios, automóveis. O capital fictício se constitui como síntese de múltiplas determinações. O ser e o não-ser cortam como uma diagonal todo o seu processo de estruturação; ele tanto é produtivo quanto especulativo. Incorporados ao capital fictício, os fundos de pensão são tanto produtivos quanto especulativos.

Forjados no interior do capital fictício, os fundos de pensão não se destinam a fazer caridade ou resolver os problemas dos trabalhadores. As empresas que contam com aportes volumosos de recursos dos fundos de pensão em nada se distinguem das empresas que não contam com recursos dos fundos de pensão. É claro que no interior do sistema do capital nenhum capitalista pode administrar meios de produção e força de trabalho sem intensificar suas taxas de mais-valia e, conseqüentemente, sem buscar assegurar para si a taxa de lucro mais elevada.

Os fundos de pensão também são parceiros dos capitalistas na captação de taxas de lucro e mais-valia mais elevadas; eles constituem uma estratégia do capital para aprofundar a expropriação da classe trabalhadora. O aspecto paradoxal deste itinerário tão só desvela a natureza contraditória do capital. Os fundos de pensão, forjados com recursos dos trabalhadores, se erguem contra os trabalhadores no circuito financeiro, da mesma maneira que o trabalho morto se ergue contra o trabalho vivo no circuito produtivo.

Os fundos de pensão não podem obliterar o vínculo existente entre capital financeiro e capital produtivo, nem como ambos se acham articulados no processo de apropriação do

sobretaxa ou mais-trabalho. Os fundos de pensão foram criados e vêm ao mundo para atender aos interesses do capital financeiro; a sua lógica não pode ser alterada pela vontade política dos sindicalistas, dos trabalhadores “poupadores” ou dos governos chamados de esquerda da América Latina.

O sistema do capital não pode ser controlado; ele somente pode ser superado e destruído. Tentar reformar o sistema do capital é tentar o impossível. Os fundos de pensão estão alocados no coração do capital fictício como parte inerente da intensificação da forma do capital que vive de juros ou renda. São o fundamento da natureza insana do capital, em que tudo comparece como produto da imaginação, podendo ser duplicado, triplicado etc.

Os trabalhadores poupadores não possuem nenhum dispositivo de controle para o gerenciamento dos fundos de pensão, que são administrados pelos especialistas do universo financeiro. Neles, os sindicalistas são amoldados à nova divisão social do trabalho e transformados em executivos, assessorados, sempre que preciso, por renomados financistas, banqueiros, corretores de ações e contadores (OLIVEIRA, 2003). Isso resulta na elevação dos ex-sindicalistas a uma fração específica no interior da burguesia financeira; no entanto, a classe trabalhadora continua sendo classe trabalhadora, pois não há a mínima possibilidade de desaparecer a contradição entre capital e trabalho, já que os novos parceiros econômicos não podem abolir as contradições do sistema do capital.

Ao analisar a sociedade capitalista, Marx não vislumbra a preponderância do capital fictício sobre o processo de produção e circulação de mercadorias, como se dá na contemporaneidade; no entanto, ele traçou as balizas necessárias para a compreensão da

natureza do capital fictício. A crise estrutural ensejada desde a década de 1970 inaugurou uma etapa profundamente destrutiva do capital, exacerbando a expropriação do trabalho pela mediação dos fundos públicos e dos fundos de pensão. Embora essas sejam apenas uma das modalidades de expropriação do trabalho, não se pode de forma alguma esquecer que o trabalho permanece como o único elemento com capacidade de conferir valor ao capital.

Na verdade, a predominância do capital financeiro na atualidade não se constitui como saída para a crise, mas representa o alargamento da hipertrofia dos mercados financeiros e o aprofundamento da crise do sistema do capital, porque os lucros desenfreados alcançados pelo capital fictício não podem provir do nada, como se dinheiro gerasse dinheiro. O capital fictício não pode evitar a crise, pois chega um momento em que a riqueza real e a riqueza fictícia são confrontadas. O aspecto irreal do capital fictício tem então de prestar contas de seu aspecto real e concreto. Neste processo, a natureza fantasmal acaba por revelar seus limites e o mundo real da produção pede contas aos especuladores do sistema creditício.

Nesse contexto, coloca-se a necessidade de superação do capital fictício e de todas as formas de constituição do capital (capital-dinheiro, capital-produtivo, capital-mercadoria, capital-financeiro, capital fictício). Neste processo, é fundamental decifrar o código secreto do sistema do capital em todas as suas variantes, desvelando como a essência da sociabilidade capitalista se caracteriza como trabalho abstrato e como a essência do sistema do capital se configura como apropriação de mais-valia. Cumpre decifrar o código secreto da peculiaridade do capital fictício enquanto parte da tática do trabalho contra o capital, na estratégia da construção da ofensiva de massa socialista.

Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo A., NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In. GOMES, Helder (Org.). *Especulação e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- FELIPPE, J. M. S. Fundo público e orçamento da política de assistência social de 2010 a 2012 no Brasil. *Revista Holos*, ano 31, vol. 6, 2015.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Lenin e a “aristocracia operária”*. Endereço eletrônico: <http://acomuna.net/index.php/contracorrente/4542-lenine-e-a-aristocracia-operaria-por-eric-eric-hobsbawn>. Acesso em 3 de abril de 2016.
- JARDIM, Maria A. Chaves. *Fundos de pensão no Brasil: novo ethos sindical?* Focus, Unicamp, 10/2008. Endereço eletrônico: <https://www.fe.unicamp.br/focus/textos/JARDIM%20-20Fundos%20de%20pensao%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2017.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985a.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985b.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro terceiro. Vol. IV. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro:

- Civilização Brasileira, 2008a.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro terceiro. Vol. V. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social e Sociedade*, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

CAPÍTULO II

A ARISTOCRACIA OPERÁRIA E OS FUNDOS DE PENSÃO⁵

SANTOS NETO, Artur Bispo dos⁶
SANTOS, Glaucya Núbia Barros dos⁷

O processo de colaboração de classe intensifica-se com o desenvolvimento das relações essencialmente capitalistas propiciadas pela superação do capital mercantil pelo capital industrial e a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios, em que a Revolução Industrial implica a subordinação real dos trabalhadores aos propósitos do capital.

A subordinação do trabalho ao capital passa a contar com mediações cada vez mais sofisticadas de controle, nas quais a persuasão irradia-se por todos os poros da sociabilidade capitalista e os mecanismos coercitivos exercem papel secundário no processo de regulamentação da produtividade. Essas formas sofisticadas de controle, em que o direito comparece como elemento imprescindível, não implica que o capital não recorra

⁵ Este capítulo resultou da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) sobre os fundos de pensão.

⁶ Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor Associado do Curso de Filosofia e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e em Letras da UFAL. E-mail: <arturbisponeto@gmail.com>.

⁷ Graduada em Serviço Social. Membro do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social da UFAL. E-mail: <glaucyanubia@hotmail.com>.

aos mecanismos coercitivos sempre que a classe trabalhadora ultrapasse a linha de atuação demarcada pelo capital.

2.1 A aristocracia operária como força auxiliar do capital

O movimento ascendente do capitalismo exige a subordinação da classe operária de maneira cada vez mais expressiva; por isso o capitalista, enquanto personificação do capital, procura obliterar o antagonismo essencial que perpassa a relação entre capital e trabalho, a constituir formas mais elaboradas de controle e subordinação do proletariado. O capital inicia um processo sofisticado de cooptação de determinada fração do proletariado a partir do fim do século XIX, fazendo algumas concessões e estabelecendo alguns privilégios.

Lenin chegou ao conceito de aristocracia pela mediação da compreensão do desenvolvimento histórico do capitalismo inglês, enquanto capitalismo mais desenvolvido da Europa. Não se trata de uma categoria que emana do intelecto de Lenin (Marx e Engels), mas do desenvolvimento imanente da economia mais desenvolvida da época, em que uma fração da classe operária, que começa a afastar-se do conjunto da classe, usufrui de melhores salários e melhores condições de vida. Essa fração da classe correspondia à fração da classe operária mais bem-preparada e mais bem-organizada na forma de sindicatos e associações (*trade unions*) existentes na Inglaterra. Lenin considerava que o fundamento do revisionismo e do reformismo do proletariado inglês estava localizado no imperialismo da Inglaterra, que permitia algumas concessões à sua classe operária pela mediação da expropriação dos trabalhadores em outras regiões do mundo (HOBSEBAWM, 2013).

Ainda segundo Lenin, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo permitia a emergência de um proletariado essencialmente economicista e corporativista. A pauta economicista das lutas orquestradas pelas diferentes categorias do proletariado leva à sua fragmentação, fazendo com que algumas se destaquem perante outras devido à sua pauta egoísta e em cooperação com os capitalistas para assegurar seus propósitos. Como consequência, assinala Hobsbawm (2013 p. 2), “um tal movimento puramente ‘economicista’ leva a quebrar a unidade e consciência política do proletariado e a enfraquecer ou neutralizar o seu papel revolucionário”. A aristocracia operária brota quando o capitalismo reúne condições para fazer “concessões significativas ao proletariado, dentro do qual certas camadas conseguem, por meio da sua especial escassez, engenho, posição estratégica, força organizacional, entre outros, estabelecer muito melhores condições para si em detrimento das restantes” (HOBBSAWM, 2013, p. 2).

O crescimento do capital na época do imperialismo possibilita que os capitalistas repartam uma fração do excedente apropriado com uma elite dos trabalhadores, na perspectiva de estabelecer uma aliança de interesses contra os trabalhadores em geral. É uma espécie de aliança dos trabalhadores de um país contra os trabalhadores de outros países e de seus próprios países, em que uma fração da classe é claramente subornada para jogar no time da burguesia.

Hobsbawm salienta que uma fração da aristocracia operária acaba por se constituir como uma camada superior e se aburguesa. Esse fenômeno reverbera em todas as potências imperialistas e caracteriza a natureza dos principais partidos socialistas que integram a Segunda Internacional. No entanto, ao mesmo tempo

que o imperialismo generaliza as condições para o surgimento de uma aristocracia operária, ele “também produz as condições para o seu desaparecimento” (HOBSEBAWM, 2013, p. 2).

A análise de Lenin serve, segundo Hobsbawm (2013), para justificar por que os partidos integrantes da Segunda Internacional acabaram por se converter em partidos da ordem burguesa e em agentes profissionais da administração do capital. Essa fração corrompida do proletariado é plenamente integrada aos propósitos da burguesia e amoldada ao processo de reprodução do sistema do capital; ela não pretende, em sua consciência, renunciar aos interesses do capital, porque está muito bem-amoldada ao sistema instituído, como assinala Hobsbawm (2013, p. 3):

[...] ‘regressar’ ao proletariado revolucionário, embora pudessem “jurar em nome de Marx”, onde o marxismo fosse popular entre os trabalhadores. Assim, os revolucionários devem rejeitar uma unidade fictícia entre o proletariado revolucionário e a fração filistina oportunista dentro do movimento dos trabalhadores.

Nota-se que a gênese da aristocracia operária brasileira está relacionada especialmente ao advento do parque industrial, ao estabelecimento das multinacionais no Brasil e à necessidade de criar mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. O caráter colonial e hipertardio do capitalismo brasileiro permite observar a presença duma aristocracia operária semelhante àquela que se desenvolveu nas economias capitalistas mais desenvolvidas do globo somente no período histórico de declínio do regime empresarial-militar de 1964 e no processo de reconfiguração do regime “democrático” no Brasil na década de 1980 (LESSA, 2014).

O surgimento da aristocracia operária no Brasil se inscreve num tempo histórico em que o capital apresenta sintomas de crise profunda em seu processo de expansão e acumulação. Enquanto no mundo inteiro se observa a adoção de medidas draconianas contra os trabalhadores, nota-se que o capital sente necessidade de fazer concessões a uma fração da classe operária brasileira para conter a ascendência do operariado e a resistência ao processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho na década de 1990.

A adesão das centrais sindicais, no decorrer da década de 1990, ao movimento de administração sindical pode ser constatada na constituição das câmaras setoriais, na apologia do sistema tripartite, na formulação dos conselhos das empresas estatais e de capital misto. Esse processo evolui para a formulação dos fundos de pensão como forma exemplar para assegurar a participação da aristocracia sindical na gestão das empresas estatais e no processo de privatização efetivado a partir do Governo Collor.

As contrarreformas da Previdência Social, orquestrados pelos governos FHC e Lula, estavam plenamente amoldadas ao processo de privatização das estatais e as políticas neoliberais que foram instituídas em todo o mundo naquele ciclo histórico. O processo de desmonte da seguridade social está diretamente articulado à privatização; a contrarreforma da Previdência Social é seguida pelo fortalecimento dos sistemas de Previdência complementar e esses fundos exercerão um papel exemplar nos leilões privatizantes dos aeroportos, das rodovias, das empresas públicas e na constituição de empresas prestadoras de serviços para a Petrobras etc. Vejamos isso mais detalhadamente.

2.2 A privatização da Previdência Pública e os Fundos de Pensão

A história da Previdência Social está relacionada à gênese do proletariado brasileiro no começo do século XX, quando os operários constituíram uma rede própria de proteção para enfrentar as adversidades orquestradas pelo sistema do capital. Os sindicatos e as associações anarcossindicalistas criaram as sociedades de ajuda mútua para enfrentar os momentos das colisões e das greves operárias, bem como as situações de enfermidade e abandono dos trabalhadores pelos patrões. As caixas ou sociedades mutualistas eram constituídas segundo os preceitos autogestionários e serviam como mecanismo para fortalecer a unidade dos trabalhadores ativos com os trabalhadores inativos. A base desses fundos de ajuda mútua era a solidariedade de classe e a necessidade de constituição de uma nova sociabilidade.

Os capitalistas conseguiram quebrar a unidade da classe operária pela mediação de medidas repressivas contra o movimento anarcossindical e pela constituição de medidas persuasivas, em que os fundos de ajuda mútua foram transformados na previdência pública. Esse processo foi marcado por conflitos e tensões, tanto na Europa, quanto no Brasil. Escreve Manzano (2012, p. 1):

Claro que os trabalhadores não entregariam seus recursos ao Estado sem qualquer reação, portanto, houve um processo de cooptação, política e administrativa, para que as caixas de previdência se tornassem públicas e sob a administração do Estado. O acordo envolvia a contribuição patronal e do Estado (em vários países) e a administração tripartite. Ou seja, os trabalhadores aceitaram transferir seus fundos para a administração do Estado desde que os patrões também

contribuíssem e que seus sindicatos tivessem participação na administração do uso desses recursos. Formou-se assim a maior parte dos sistemas previdenciários.

Através do controle do Estado, o sistema de Previdência Social foi instituído no Brasil tendo como princípio a filosofia de que os trabalhadores dos tempos hodiernos financiam os trabalhadores das gerações passadas e que os trabalhadores das futuras gerações financiam os trabalhadores da atualidade. Assim como os trabalhadores do presente financiariam seus pais e avós, eles seriam financiados pelos seus filhos e netos. Um sistema que tinha como preceito a ajuda mútua das gerações. Além dos próprios trabalhadores, os empregadores entrariam com uma parte, o que significaria uma redução da taxa de mais-valia apropriada pelo capitalista.

A crise estrutural do sistema do capital no começo da década de 1970 impôs a necessidade de atacar os direitos sociais alcançados pelos trabalhadores. Nesse contexto, apresenta-se a necessidade da contrarreforma da Previdência Social e a constituição dos fundos de pensão. Para isso, será fundamental afirmar o caráter deficitário da previdência social e a necessidade de constituição da previdência complementar.

Na verdade, a previdência pública brasileira nunca foi deficitária. O problema é que os governos do PSDBAS⁸ e do PT⁹ adotaram o discurso do *déficit* da previdência pública e sua desarticulação da Seguridade Social.

O desrespeito ao dispositivo constitucional acontece através da Desvinculação das Receitas da União (DRU), em que os recursos da Seguridade Social (previdência pública) são desviados para assegurar o superávit primário e o pagamento da dívida pública.

O fortalecimento dos fundos de pensão representa um duro golpe na previdência social e na entronização da previdência privada para atender às demandas do mercado, e não aos trabalhadores. Os fundos de pensão estão fundamentados na lógica do individualismo possessivo, no empreendedorismo, na

⁸ A reforma encetada por FHC propiciou a primeira alteração substancial no processo de acesso à aposentadoria, ao estabelecer a distinção entre o processo de aposentaria por tempo de serviço e a aposentadoria por tempo de contribuição. Além disso, estabeleceu teto para o valor dos benefícios, alterando os critérios de cálculos através da constituição do fator previdenciário, a criação do regime de previdência complementar e o fim dos incentivos existentes aos servidores públicos que se aposentavam. A adoção do critério de tempo de contribuição acaba por discriminar os inúmeros trabalhadores lançados no mundo da informalidade e do desemprego (ARAÚJO, 2009).

⁹ No prazo de oito meses (agosto de 2003), o governo Lula conseguiu aprovar a segunda reforma da previdência, extinguindo o direito dos servidores públicos à aposentadoria integral, a paridade entre os reajustes dos servidores ativos e inativos, e estabelecendo o teto para o valor dos benefícios aos servidores (novos ingressantes) equivalente ao do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), a taxação dos servidores inativos e dos pensionistas etc. Assim, os aposentados passaram a ter seus salários reduzidos numa etapa da vida em que mais careciam de recursos financeiros para cuidar de sua saúde (TEIXEIRA, 2006).

apologia do sistema financeiro, e não na solidariedade dos trabalhadores entre si.

Embora possamos encontrar vestígios dos fundos de pensão em épocas remotas, eles foram regulamentados pela primeira vez na época da ditadura militar-empresarial – Lei 6.435, de 15 de julho de 1977 (BRASIL, 1977) –, e reconfigurados através das Leis Complementares 108 e 109/2001¹⁰. A alteração da natureza dos fundos de pensão no começo do século XXI contou com a participação ativa de setores da aristocracia sindical, como Luiz Gushiken¹¹ (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), Ricardo Berzoini (ex-presidente do Sindicato dos Bancários São Paulo, Osasco e região), José Pimentel (Diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e Secretário-Geral da CUT), Sérgio Rosa, João Vaccari etc. O interesse da aristocracia sindical pelos fundos de pensão cresceu na época da privatização iniciada pelo governo Collor de Mello, quando Luiz Gushiken e seus

¹⁰ As Leis Complementares que tratam da previdência complementar estabeleceram as seguintes diretrizes e normatizações: “* criou a figura do ‘instituidor’ (sindicatos, associações profissionais, cooperativas etc.); * assegurou a participação dos trabalhadores nos órgãos deliberativos e diretivos; * introduziu a modalidade ‘contribuição definida’; * inibiu desmandos administrativos mediante fortes penalidades aos dirigentes” (JARDIM, 2010, p. 32).

¹¹ O ex-dirigente do Sindicato dos Bancários e da CUT, especialista em previdência privada, ficou conhecido pela atuação exemplar exercida como principal consultor de Fernando Henrique Cardoso para os projetos de privatização da Previdência Social. O velho quadro da aristocracia sindical tornou-se proprietário, em 2002, da empresa Gushiken & Associados – que prestava assessoria aos fundos de pensão. O faturamento da referida empresa chegou a R\$ 1,5 milhão em 2003. Ao ascender à condição de ministro, Gushiken afastou-se do comando da empresa, que passou a se chamar Globalprev. A referida empresa alcançou um faturamento de R\$ 2 milhões em 2004, e de R\$ 969 mil, em 2005 (CRUZ, 2005).

asseclas passaram a fazer a apologia aberta à sua adesão no interior da CUT e do PT.

O processo de formação dos sindicalistas na administração dos fundos de pensão passou a ser veiculado numa cartilha elaborada pela aristocracia sindical concentrada no setor bancário no começo da década de 1990 e evoluiu para eletricitários, telefônicos, petroleiros e alguns segmentos dos metalúrgicos. Nesse contexto, as principais Centrais Sindicais do país (Central Única dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores e Força Sindical) “passaram a reivindicar a criação de previdência privada para seus associados e, sobretudo, a exigir a participação ativa dos trabalhadores nos conselhos dos fundos” (JARDIM, p. 2008, p. 1).

Além de exercer papel importante no comando da contrarreforma da Previdência Social de 2003, a aristocracia sindical teve função exemplar na elaboração da Carta de Brasília (2000), que reivindicava a ampliação do segmento de Previdência complementar no país. Para a aristocracia sindical, os fundos de pensão são duplamente positivos para os trabalhadores, pois tanto asseguram uma renda maior na previdência, quanto possibilitam o fortalecimento da poupança interna e asseguram investimentos que geram emprego e renda. A participação da aristocracia operária na administração dos fundos foi postulada como a forma para acabar com a malversação dos recursos e assegurar transparência no gerenciamento dos recursos contraídos (JARDIM, 2010).

Os fundos tiveram participação ativa no processo de privatização das empresas estatais na época de FHC, como no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e das Companhias Telefônicas. Os fundos de pensão encontraram sua

plena aplicabilidade no governo Lula. De acordo com Jardim (2010), o fundo de pensão brasileiro foi constituído segundo o modelo francês, mediante intenso diálogo estabelecido “entre a CUT e a CFDT francesa, quando da implantação do dispositivo no Brasil, em 2003” (JARDIM, 2010, p. 24).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003, a aristocracia sindical assumiu 11 dos 33 ministérios e partilhou a direção de Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Correios com os aliados de PMDB e PTB. Ricardo Berzoini foi para o Ministério da Previdência e Luiz Gushiken ficou com o Ministério da Comunicação e Gestão Estratégica; Sérgio Rosa assumiu o controle da Previ, Guilherme Lacerda, a Funcef, e Wagner Pinheiro, a Petros. O ministro chefe da secretaria-geral do Governo Lula, ex-dirigente do Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Minas Gerais, Luiz Dulci, insistiu na necessidade de que as centrais apoiassem a contrarreforma da previdência e a constituição dos fundos de pensão. Afirma Luiz Dulci¹² (2003, p. 1):

Se as centrais sindicais querem contribuir para que um país como o Brasil se desenvolva – gerando emprego, renda e fazendo inclusão

¹² O ex-ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, reunido em São Paulo, dia 05 de junho de 2003, com representantes de mais de 60 organizações sindicais internacionais, durante o 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), afirmou: "Se as centrais sindicais querem contribuir para que um país como o Brasil se desenvolva – gerando emprego, distribuindo renda e fazendo inclusão social – uma das maneiras pode ser essa: influenciar os fundos de pensão dos quais fazem parte a investir mais no Brasil". E acrescentou: "várias dessas centrais que estão aqui presentes têm um peso muito significativo nos fundos de pensão de seus respectivos países". Como exemplo, o fundo norte-americano Calpers, segundo maior do mundo (AGÊNCIA BRASIL, 2003, p. 1).

social –, uma das maneiras pode ser esta: influenciar os Fundos de Pensão dos quais fazem parte a investir mais no Brasil.

Em 2010, os fundos de pensão brasileiros movimentavam um montante de 504 bilhões, o equivalente a 17,5% do PIB nacional, num mercado formado por 369 entidades, das quais 64,7% eram fundos de patrocínio público e 35,3% eram de procedência privada (JARDIM, 2010, p. 24). Segundo Jardim (2010, p. 25):

É na direção/gestão desses fundos que se encontram alguns sindicalistas oriundos do setor bancário e petroleiro, os quais influenciam sobremaneira as carteiras de investimentos dos fundos, consolidando novas formas de investimento com critérios de sustentabilidade e reforçando desenhos institucionais, como os Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), que são direcionados para a construção de uma possível “economia social.

A aristocracia operária brasileira encontrou na administração dos fundos de pensão um espaço significativo para demonstrar a possibilidade de oferecer uma face humana ao capital. A tentativa de humanizar o capitalismo manifesta-se na tentativa de constituição de uma “economia social” ou de uma “economia solidária”, enquanto mediação do “modo petista de governar”. O discurso centrado na possibilidade de equalizar as desigualdades sociais existentes no país e na geração de emprego e renda oblitera a verdadeira essencialidade dos fundos de pensão, ou seja, que esses fundos tratam os trabalhadores segundo a lógica do capital, em que cada trabalhador é um investidor que, ao fim de sua vida, “poderá receber, em parcelas calculadas de acordo com sua expectativa de vida, os recursos de sua conta” (MANZANO, 2012, p. 1).

E, enquanto uma pequena fração da classe trabalhadora se beneficia mediante a participação na gestão dos fundos de pensão, a grande maioria deve entregar uma parte de seu salário para assegurar uma aposentaria complementar ao fim de sua vida, quando deveria estar utilizando a totalidade de seu salário para reproduzir a existência imediata enquanto trabalhador. No entanto, uma parte de seu salário é desviada da reprodução imediata para servir à reprodução do capital, ampliando a taxa de mais-valia capitalizada. Através dos fundos de pensão, os trabalhadores são duplamente explorados. Escreve Manzano (2012, p. 1): “Assim, os trabalhadores estão contribuindo ainda mais – além da mais-valia que produzem ao trabalhar – para a acumulação de capital, ao fornecerem um acúmulo de recursos para investimentos capitalistas”.

A superação da Previdência Social pelos fundos de pensão representa a subsunção dos trabalhadores aos propósitos do capital. Os fundos de pensão significam a conversão da velha solidariedade dos operários entre si para a solidariedade da classe operária ao capital financeiro e privatista. No entanto, os dirigentes do PT (José Genoíno, José Dirceu, Lula etc.) e a aristocracia sindical afirmavam que a contrarreforma da previdência e a constituição dos fundos de pensão tinham como mote a necessidade de os trabalhadores assegurarem garantias eficientes e pragmáticas às futuras gerações. O presidente da CUT, João Antônio Felício, defendeu a contrarreforma da previdência de 2003 nos seguintes termos:

Porque, na proposta do governo, não significa privatização o fato de haver um teto de dez salários mínimos e a possibilidade de criação do fundo de pensão público sem fins lucrativos, fechado e com administração quadripartite. A CUT sempre foi contra o processo de

privatização feito pelos governos anteriores. Portanto, seria um absurdo nos posicionarmos favoráveis à criação de fundos de pensão privados. Mas, francamente, não vemos isso na proposta do governo. (FELÍCIO, 2003, p. 152)

A participação da aristocracia operária no processo de administração do capital pode ser observada na natureza dos fundos de pensão que foram constituídos de maneira mais precisa na época do Governo Lula. Escreve Jardim (2010, p. 17):

A preponderância dos fundos de pensão faz parte de um contexto de soberania das finanças e de seus subprodutos, tais como a governança corporativa, a responsabilidade social, a sustentabilidade socioambiental, os fundos éticos e a aposentadoria por capitalização. Além disso, ocasiona o surgimento de novos atores no mercado financeiro (sindicalistas, empresários éticos, trabalhadores acionistas, dirigentes de ONGs), o que acarreta, em certa medida, a recomposição das elites nacionais, especialmente no caso do Brasil.

Os fundos de pensão representam uma significativa regressão no conceito de seguridade social e previdência social e um avanço na construção duma previdência (privada) plenamente subordinada aos propósitos do mercado, em que o sucesso do novo sistema privado de previdência passa pela mediação do sistema financeiro, do processo de capitalização e da conexão com os propósitos do mercado. Os fundos de pensão têm como propósito essencial operar a capitalização da mais-valia indiretamente apropriada do trabalhador, na qual os recursos captados fazem girar tanto o sistema especulativo, quanto o teatro do sistema especulativo. Os ideólogos e executores dos fundos de pensão têm clareza da finalidade última dos fundos de pensão: servir ao processo de “recomposição das elites nacionais”. A

finalidade central é transformar setores da aristocracia sindical em partícipes do teatro da grande burguesia nacional.

Para isso, o movimento sindical deve abandonar o terreno da luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e redução da jornada de trabalho, para adentrar no universo da administração do capital sob a clivagem do discurso da moralidade, da pureza de princípios e da gestão “responsável”. A nova estratégia sindical tem como eixo a “moralização” do capital, a preocupação com a diminuição da desigualdade social e a afirmação dos preceitos de uma administração com responsabilidade social. É a tentativa inócua de reformar o capital. A necessidade de unir-se ao capital ao invés de contrapor-se a ele foi afirmada por Jair Meneguelli (apud SILVEIRA, 2003) na apologia estabelecida aos lucros das empresas, em que afirmou: “o lucro é legítimo dentro do capitalismo”; e completou: “sem ele, a empresa não se mantém, não investe, não gera empregos”.

Jair Meneguelli (2003) e a aristocracia sindical assumiram integralmente o ditado popular que afirma: “se você não pode com o inimigo, melhor se juntar a ele”. O arrefecimento das greves operárias de enfrentamento do capital na década de 1990 é ditado pela necessidade de aliar-se ao capital. Nesse processo, os sindicatos e as centrais devem dialogar com o mercado financeiro e desenvolver uma posição favorável ao “trabalho abstrato e alienado”.

Essa é a configuração hegemônica do movimento sindical brasileiro desde a década de 1990. Um movimento que entende a si mesmo como reciclado e adaptado aos novos tempos. A aristocracia sindical deve desempenhar as funções de “domadores do capital” pela mediação do controle dos fundos de pensão e dos

conselhos administrativos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), da gestão do Estado e da administração do capital. Reconhecendo a impossibilidade do socialismo, a tarefa que cabe ao novo sindicalismo, representado pela CUT (Força Sindical, CGT, CBT e consortes), é modernizar-se e adaptar-se aos novos tempos mediante a inserção na lógica do mercado, ou seja, os sindicatos devem manter-se articulados às suas bases pela mediação do dinheiro e das possibilidades de uma aposentaria afortunada.

A ascendência dos petistas ao governo central representou o ponto culminante da política conciliatória da aristocracia operária sindical com o capital, em que os fundos de pensão são administrados segundo os propósitos do capital. É pela mediação do mercado que se tenta operar a agenda política da redistribuição de renda e da inclusão social. Os fundos de pensão são parceiros tanto do capital especulativo, quanto do capital produtivo. Anota Jardim (2010, p. 21):

Portanto, estimulados institucionalmente e cognitivamente durante o governo Lula, os fundos de pensão têm como prioridade o investimento em atividades produtivas, de forma a gerar emprego e renda, cujo destaque ocorre nos seguintes setores: infraestrutura, energia, transporte e meio ambiente.

Na tentativa de efetivar a proposta de redistribuição de renda no país, os fundos de pensão passaram a apoiar os projetos de infraestrutura, energia, transporte, agronegócio e meio ambiente nos governos de Lula e Dilma. Os fundos de pensão dos servidores das estatais são os principais agentes dos investimentos realizados pelo governo Lula (Minha Casa Minha

Vida, Bolsa Família etc.). Ao participar dos conselhos das empresas como acionistas, os representantes dos trabalhadores (aristocracia operária) passaram a gerir essas empresas como uma nova personificação do capital. Na condição de proprietários-acionistas das empresas compradas no processo de privatização estatal ou como compradores das ações de determinadas empresas, os representantes dos fundos de pensão são gestores que têm de aplicar os preceitos inexoráveis do capital sobre o trabalho, em que o lucro não passa de um mecanismo de obliteração da mais-valia expropriada dos trabalhadores, com a anuência da própria classe expropriada. Assinala Jardim (2010, p. 66): “Pela lógica da governança corporativa, os fundos de pensão exercem poder disciplinador e de vigilância sobre as empresas, uma vez que são seus principais credores”. Oliveira (2003, p. 148) descreve a anatomia da aristocracia sindical:

Não se trata de equívoco nem da tomada de empréstimo do programa do PSDB, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”.

Os fundos de pensão são ainda credores ou “agiotas” e se apresentam como entidades que financiam as atividades do Estado. Na condição de credores, os fundos são partícipes também da gestão do Estado. Desempenham funções de agentes da dívida pública e são favorecidos pelas elevadas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras ao Estado brasileiro.

Para legitimar a participação da burocracia sindical e da aristocracia na administração dos fundos de pensão e das empresas por estes partilhadas, há todo um discurso fundado na necessidade da transparência das contas, na responsabilidade social das instituições envolvidas e na possibilidade de minimizar as distorções sociais e as injustiças cometidas contra os mais pobres no Brasil. O discurso da responsabilidade social das empresas circunscreve-se à política de combate à discriminação de gênero, ao trabalho infantil e ao racismo. No entanto, a principal responsabilidade social dos fundos de pensão no Brasil, segundo o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, é com os cotistas dos fundos de pensão. O interesse do trabalhador cotista está acima do trabalhador não cotista, pois os lucros dos fundos de pensão devem assegurar a responsabilidade com o pagamento das aposentarias de seus filiados (JARDIM, 2010). Para assegurar isso, todos os mecanismos ensejados pelo capital são pertinentes. Nos EUA, por exemplo, os fundos de pensão investiram nas últimas décadas vultosos recursos financeiros na indústria armamentista e na indústria tabagista.

Vejamos mais detalhadamente o movimento patrimonial e financeiro dos dois principais fundos de pensão existentes no Brasil, enquanto mera expressão da constelação formada por mais de 300 fundos. As primeiras posições são controladas pelos empreendimentos Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa). Dessas empresas, somente a Caixa Econômica Federal é uma empresa ainda plenamente estatal; as demais são de economia mista. Os fundos de pensão que seguem os três primeiros são: Funcesp, Fundação Itaú Unibanco, Valia, Sistel, Forluz, Real Grandeza, Banesprev, Fundação Atlântico, Fapes, Postalis, Fundação Copel, Centrus, Previdência Usiminas, Telos,

HSBC Fundo de Pensão, Fachesf, Eletroceee, Visão Prev, Economus, Serpros, Ceres, CBS Previdência etc.

PREVI

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), criada em 1904, constitui o maior fundo de pensão existente na América Latina e é o 24º no *ranking* mundial. Possuía, em setembro de 2015, um patrimônio de 164 bilhões. A Previ desempenhou posição destacada no processo de privatização orquestrado pelos governos do PSDB e do PT, constituindo-se como importante acionista de empresas, como Companhia Siderúrgica Nacional e Embraer. Conta com participação no sistema financeiro com ações no Banco do Brasil, no Bradesco, no Itaú Unibanco etc. e com significativa participação no complexo produtivo, com ações em empresas estatais e privadas, como Tupy, Sauipe, Paranapanema, Vale, Embraer, CPFL Energia, Fiago, Fras-Le, Petrobras, Sete Brasil, Jereissati Telecom etc.

Eis a listagem com percentuais de participação da Previ em cada empresa do complexo produtivo e do sistema financeiro.

Tabela 1: Quadro geral com percentuais de participação da PREVI 30/06/2016)

POSIÇÃO EM 30/09/2015			
Empresas	% PREVI	Empresas	% PREVI
521 PARTICIPAÇÕES	100,00	JEREISSATI PARTICIPAÇÕES	18,42
AFLUENTE GERAÇÃO	2,29	JEREISSATI TELECOM	19,78
AFLUENTE TRANSMISSÃO	2,29	KEPLER WEBER	17,47
AMBEV	2,49	KLABIN	0,11
BANCO DO BRASIL	10,38	MAGAZINE LUIZA	1,76
BB SEGURIDADE	0,67	METALÚRGICA GERDAU S.A.	1,61
BRADESCO	1,44	NEOENERGIA S.A.	49,01
BRF – BRASIL FOODS S.A.	10,03	NEWTEL PART.	22,53
COELBA	2,29	OI S.A.	0,75
COSERN	1,54	PARANAPANEMA	23,96
CPFL ENERGIA	29,45	PETROBRAS	2,81
EMBRAER	5,31	RANDON	6,80
FIAGO	51,89	RUMO LOGÍSTICA	2,67
FIBRIA CELULOSE	0,96	SAUÍPE	100,00
FORJAS TAURUS	6,78	SETE BRASIL	2,30*
FRAS-LE	22,50	SUL 116 PARTICIPAÇÕES	11,17
GERDAU	0,68	SUZANO PAPEL E CELULOSE	0,64
INVEPAR	25,56	TUPY	26,70
INVITEL LEGACY	19,99	ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES	5,52
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	1,59	VALE	15,61**
ITAU	2,14	WEG	0,07

* Participação via Fundo de Investimentos em Participações Sondas – FIP Sondas.

** Reflete a participação direta (Previ Futuro) e indireta (Plano 1), considerando ações resgatáveis.

Fonte: Site da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI).¹³

A Previ constituiu-se como modelo de administração dos fundos de pensão para a constelação de fundos instituídos no decorrer da década de 1990 e nos governos petistas, nos quais Luiz Gushiken exerceu função singular na sua efetivação. A Previ plasma-se como espaço para que a aristocracia sindical possa claramente assumir a condição modelar de personificação do capital sob a roupagem ideológica da cooperação de classe. Pela mediação dos fundos de pensão, a aristocracia sindical participou das atividades fraudulentas, que perpassaram as privatizações orquestradas pelos governos Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma, e estão todas envolvidas nas denúncias da Lava Jato. É bastante conhecida, por exemplo, “a participação da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), junto com o banco Opportunity, nas privatizações do sistema Telebras. Atualmente, os diretores da Previ participam do conselho gestor que controla a empresa que reúne a Brasil Telecom, Tele Norte Leste, Telemig Celular e a Tele Norte Celular” (CRUZ, 2005). Além disso, a atuação dos diretores desse fundo de pensão exerceu função basilar para quebrar a espinha dorsal do movimento sindical que apresentava resistência à contrarreforma da Previdência Social.

FUNCEF (CAIXA)

A Fundação dos Economiários Federais (Funcef) foi criada em 15 de junho de 1977 e constitui o terceiro maior fundo de

¹³ Disponível em: <<http://www.previ.com.br/investimentos/empresas-participadas>>. Acesso em 4 de abr. 2016.

pensão do país, achando-se entre os maiores da América Latina. A Previdência complementar dos funcionários da Caixa Econômica Federal, conforme quadro abaixo, conta com a participação de 136 mil funcionários e possuía, em 2014, um patrimônio ativo de mais de 54 bilhões de reais. A Funcef procura colaborar no desenvolvimento do “capitalismo nacional” mediante investimentos em setores diversos, como imóveis, renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e operações com participantes.

Tabela 2: Mapa de investimentos realizados pelo Funcef em 2014

Rentabilidade por segmento de aplicação - 2014				
Segmentos	Saldo	Participação %	Rent. Acum. 2014	Referencial
Renda Fixa	25.550.100	557,04%	12,61%	12,07%
Renda Variável	15.272.429	332,97%	-11,83%	-2,91%
Investimentos Estruturados	5.881.649	128,23%	7,62%	12,07%
Investimentos Imobiliários	5.222.410	113,86%	16,77%	12,07%
Operações com participantes	2.334.253	50,89%	16,29%	12,07%
Outros Investimentos	12.603	0,27%	5,28%	12,07%
Total¹	54.274.320	1183,29%	4,44%	12,07%

¹Está incluso no total o valor de R\$ 866 mil referente ao Disponível.

Fonte: Site da Fundação dos Economiários Federais (Funcef).¹⁴

O relatório do quadro geral dos fundos de pensão apresentado pela Abrapp, em novembro de 2015, afirma que “os ativos dos fundos de pensão atingiram R\$ 729 bilhões, equivalente a 12,5% do PIB” (ABRAPP, 2016, p. 1), com mais de 2,5 milhões de participantes ativos, 3,9 milhões dependentes e 736 mil pessoas assistidas (ABRAPP, 2016). Houve momentos do cenário nacional em que os fundos de pensão alcançaram

¹⁴ Disponível em: <<https://www.funcef.com.br/sobre-a-funcef/principais-numeros/>>. Acesso em: 5 de abr. 2016.

percentuais acima dos 17% (2007) do PIB nacional. Essa foi a taxa mais baixa alcançada nos últimos 10 anos (2005-2015), o que significa que os fundos sofreram perdas nos investimentos operacionalizados, especialmente na bolsa de valores e nos negócios realizados com as empresas envolvidas nas denúncias da Lava Jato, como Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão etc. Mesmo assim, a sua participação na economia nacional é bastante expressiva e merece uma consideração especial.

Tabela 3: Relação dos 13 maiores fundos de pensão do Brasil – 2014

	Fundos de Pensão	Investimento (R\$)	Participantes ativos
1º	PREVI	174.073.275	100.421
2º	PETROS	68.883.077	100.695
3º	FUNCEF	57.168.825	99.359
4º	FUNCESP	22.845.007	15.465
5º	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	19.373.152	25.283
6º	VALIA	17.762.428	80.039
7º	SISTEL	14.490.571	1.925
8º	FORLUZ	12.320.497	8.652
9º	REAL GRANDEZA	11.775.494	4.374
10	BANESPREV	11.739.510	2.932
11º	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	9.025.473	14.720
12º	FAPES	8.5999.716	3.108
13º	POSTALIS	7.969.716	120.180

Fonte: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP,2015).

	Fundos de Pensão	Investimento (R\$)	Participantes ativos
1º	PREVI	164.910.394	100.485
2º	PETROS	65.655.637	96.747
3º	FUNCEF	57.499.091	100.381
4º	FUNCESP	23.248.835	15.534
5º	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	22.032.289	39.397
6º	VALIA	19.249.009	80.200
7º	SISTEL	15.564.065	1.962
8º	FORLUZ	13.275.721	8.702
9º	BANESPREV	12.806.497	2.751
10	REAL GRANDEZA	12.048.127	4.249
11º	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	9.4777.161	13.905
12º	FAPES	8.935.782	3.103
13º	POSTALIS	8.522,075	117.057

Fonte: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP, 2015).

Uma análise comparativa das tabelas acima apresentadas aponta que houve uma mudança de posição entre Banesprev e Real Grandeza. Esses fundos de pensão tiveram um aumento nominal nos valores recebidos, mas apresentaram queda no número de participantes ativos. Ver tabela abaixo.

A queda mais significativa foi observada nos dois principais fundos de pensão: Previ e Petros. A Previ teve uma queda de mais de 9 bilhões de reais, e a Petros, uma queda mais de 3 bilhões de reais, enquanto o Itaú Unibanco teve um crescimento de mais de 3 bilhões.

Tabela 5: Queda dos fundos de pensão

	Fundos de Pensão	Investimento (R\$)	Participantes ativos
1º	PREVI	174.073.275	100.421
2º	PETROS	68.883.077	100.695
1º	PREVI	164.910.394	100.485
2º	PETROS	65.655.637	96.747
9º	REAL GRANDEZA	11.775.494	4.374
10º	BANESPREV	11.739.510	2.932
9º	BANESPREV	12.806.497	2.751
10º	REAL GRANDEZA	12.048.127	4.249

Fonte: ABRAPP, 2015.

A CRIAÇÃO DO FUNPRES

As contrarreformas da Previdência Social encetadas pelo Governo FHC (1998) e pelo Governo Lula (2003) encontraram seu coroamento no Governo Dilma, com a aprovação da Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), que acabou com a aposentadoria integral dos servidores públicos e estabeleceu o teto do INSS de 10 salários mínimos para todos os servidores. Com isso, repassa-se para o setor privado o controle duma parte substancial da riqueza produzida pelos trabalhadores, de forma que a seguridade social deixa de constituir-se como direito para assumir declarado caráter de investimento financeiro e mercadológico.

A criação do Funpresp, segundo Manzano (2012, p. 2), “encaixa-se na lógica de avançar na financeirização capitalista e precariza ainda mais as condições de remuneração e vida dos trabalhadores do serviço público brasileiro”. Os fundos de pensão servem como mecanismo de acumulação de riqueza pela

mediação da expropriação dos trabalhadores; os recursos que deveriam servir para a aposentadoria são transferidos para a burguesia e a aristocracia sindical. Os prejuízos financeiros envolvendo os maiores fundos de pensão nos últimos anos demonstram o itinerário que deve percorrer a Funpresp, haja vista que os fundos não passam de instrumentos para alimentar a ciranda do capital financeiro e especulativo mediante a expropriação dos trabalhadores.

Como se não bastasse o conjunto de medidas aplicadas contra os trabalhadores pela mediação da privatização da Previdência Social, o governo Dilma acaba de encaminhar ao Congresso Projeto de Lei Complementar 257/2016, que trata do refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal através da supressão de mais de 50 direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. No seu artigo 4º, que trata do reajuste das contribuições previdenciárias e da constituição de novos fundos de pensão, afirma:

I – **instituição do regime de previdência complementar** a que se referem os incisos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição, caso ainda não tenha publicada outra lei com o mesmo efeito; III – elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% (quatorze por cento) e 28% (vinte e oito por cento) respectivamente, podendo ser implementada gradualmente em até 3 (três) anos. (BRASIL, 2016, p. 3)

O Governo Dilma Rousseff encaminha esse projeto ao Congresso no momento que precede seu *impeachment*, o que denota que nem mesmo no instante em que precisava do apoio popular foi capaz de proporcionar qualquer concessão substancial

à classe trabalhadora, mas continuou sendo um fiel defensor dos interesses do capital e da aristocracia sindical.

Os fundos de pensão alcançaram um *status* inimaginável nos governos petistas, o que fortaleceu a conexão entre sindicatos e empresas, sindicalistas e nova burguesia. Os fundos de pensão se revelam como uma forma exemplar da ascendência duma fração da classe trabalhadora à condição de administrador de empresas, financiador das atividades capitalistas, nova burguesia. Escreve Jardim (2010, p. 69):

[...] os sindicatos criam suas justificativas para investir em fundos de pensão; os fundos de pensão criam justificativas para investir em atividade produtiva; o governo cria suas justificativas para seus projetos de inclusão social, via mercado; e, por fim, as empresas criam justificativas para que se tornem credoras dos fundos de pensão.

A parceria entre os fundos de pensão e o governo fortaleceu a capacidade de convencimento do Governo Federal (Lula e Dilma) aos setores do empresariado que apresentavam resistências à forma petista de governar e que consideravam o governo do PT um governo de esquerda e uma ameaça ao poder do capital.

Nota-se um amálgama de interesses em que o capital se realiza através dos fundos de pensão, dos sindicatos, do governo e dos empresários; o ponto de partida de suas ações assenta-se na expropriação dos trabalhadores. Para isso, reforça a afirmação dos preceitos da democracia, da cidadania, da inclusão social e da necessidade de redistribuição de renda. Esse discurso foi plenamente incorporado na agenda da CUT; todas as lutas dos trabalhadores são reduzidas à plataforma da necessidade de inclusão social e geração de emprego e renda, por meio de uma

retórica que robustece a ideologia burguesa do empreendedorismo.

2.3 A crise dos Fundos de Pensão

Enquanto principais avalistas do governo petista, pela mediação da aristocracia operária, os fundos de pensão (Previ, Petros, Funcef etc.) passaram a investir os recursos tanto nas obras públicas, na perspectiva de gerar emprego, como nas obras do PAC, em ações públicas voltadas para a classe trabalhadora (na mistificação das classes C, D e E)¹⁵, mediante o financiamento de programas como Minha Casa Minha Vida e nos negócios relacionados à alimentação, ao consumo, ao varejo etc.

O investimento da poupança dos “trabalhadores acionistas” no setor produtivo é considerado problemático pelos próprios representantes da burguesia, especialmente aquele que é direcionado ao setor imobiliário, bem como no financiamento das obras públicas de infraestrutura, como hidroelétricas, aeroportos, estradas etc., pois o cenário de crise econômica torna a possibilidade de retorno dos investimentos realizados incerta e pode colocar em risco a aposentaria complementar de milhões de trabalhadores brasileiros. No entanto, os maiores perigos

¹⁵ Segundo dados do Serasa (2015), o número de inadimplentes no Brasil alcançou, em 2015, a taxa de 56,4 milhões de pessoas, sendo 6,99 milhões com mais de 61 anos, o que representa 12,4% do total. Em 2013, 62,9% da população ativa brasileira estava endividada. A denominada “classe C” perdeu seu fôlego nas compras em 2014, caindo para 26% sua participação, enquanto, em 2007, era de 30%. A população mais endividada é aquela que ganha entre 5 e 10 salários mínimos. Ainda segundo Serasa (2015, p. 1), “Quando avaliadas as dívidas atrasadas há mais de 90 dias e com valores acima de R\$ 200,00, os inadimplentes totalizam 35 milhões, o equivalente a 22,4 da população se encontram nessa situação”.

decorrem dos investimentos realizados no setor especulativo (bolsa de valores), na Vale (parceira da Samarco), na Petrobras (Sete Brasil), na Invepar (aeroporto de Guarulhos), nas empresas de Eike Batista etc.

Os prejuízos dos maiores fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) chegaram a R\$ 49,2 bilhões em 2015. No total, o prejuízo ultrapassou os R\$ 120 bilhões: os fundos estatais (mistos) representam 77% do rombo do setor e o privado fica com 27%. Os prejuízos podem se intensificar devido à participação desses fundos nos projetos Sete Brasil (construção de sondas para Petrobras)¹⁶, Inepar (construção do aeroporto de Guarulhos em parceria com a OAS – envolvida na Operação Lava Jato), Belo Monte (o BNDES exige novas garantias para liberar recursos), Oi etc. A Petros contabiliza prejuízos nos diversos investimentos, inclusive na Lupatech (setor de petróleo) e no grupo Galileo. Na busca por lucros elevados, os fundos de pensão investiram desmedidamente em aplicações com elevada taxa de risco.

A Postalis acumulou um déficit de R\$ 5,7 bilhões entre 2012 e 2015. Os maiores prejuízos vieram das aplicações em papéis da dívida da Argentina e da Venezuela. As aplicações deficitárias foram feitas através do Bank of New York Mellon. Para cobrir os rombos da Postalis, os gestores do capital estão repassando o ônus para os trabalhadores, que terão de arcar com uma contribuição extra de R\$ 17,92 de seus saldos pelos próximos 26 anos.

¹⁶ O prejuízo da Petrobras foi de 23% em 2015, ou seja, ela perdeu R\$ 15 bilhões. As ações da petroleira estão avaliadas em R\$ 112,1 bilhões neste ano, ante R\$ 127 bilhões no fim de 2014. No auge, em maio de 2008, o conjunto de ações da Petrobras na Bovespa somou R\$ 510,4 bilhões. As perdas resultantes da Operação Lava Jato chegam a 6,1 bilhões.

Os gestores dos fundos de pensão buscam socializar com os trabalhadores tão somente os prejuízos, e nunca os lucros expressivos alcançados nos investimentos; esses lucros têm sempre uma finalidade privada e beneficiam exclusivamente os gestores, enquanto personificação do capital. Esses fundos tiveram, nos últimos 10 anos, um crescimento entre 265,66% e 307,78% (MAIA, 2015), lucro que jamais chegou ao bolso dos “trabalhadores acionistas”.

A natureza empreendedora dos fundos de pensão pode ser observada no indiciamento de alguns de seus administradores, como, por exemplo, na figura do ex-presidente Alexej Predtechensky e do ex-diretor Florêncio da Costa, por gestão fraudulenta da Postalis, apropriação indébita no sistema financeiro e lavagem de dinheiro; além disso, a Polícia Federal solicitou a prisão do empresário Fabrizio Neves, pelos prejuízos causados aos trabalhadores que financiam a Postalis. O prejuízo dos fundos de pensão estende-se ao fundo de investimento do FGTS, haja vista que 30% dos recursos do FI-FGTS foram aplicados nas empresas relacionadas aos escândalos da Lava Jato.

A prisão desses indivíduos revela a quintessência do “modo petista de governar”, da inusitada “governança corporativa com responsabilidade social”, da administração dos recursos públicos em consonância com os “preceitos éticos”. Realmente, a forma petista de assegurar a aposentadoria confortável dos trabalhadores pela mediação do sistema de capitalização revela seu desiderato fundamental: “o surgimento de novos atores no mercado financeiro (sindicalistas, empresários éticos, trabalhadores acionistas, dirigentes de ONGs), o que acarreta, em certa medida, a recomposição das elites nacionais, especialmente no caso do Brasil” (JARDIM, 2010, p. 17). Por promover a transformação da

aristocracia operária numa nova burguesia é que se torna possível entender por que frações da burguesia nacional e internacional se engueram contra o modo petista de governar e impulsionaram o movimento político que conduziu ao *impeachment* de Dilma Rousseff.

A aristocracia operária insere-se plenamente no processo de administração do capital e arrasta consigo a CUT, a CGT e a Força Sindical. Isso atenuou a luta de classes e flexibilizou a contraposição entre capital e trabalho. Através do desvelamento da natureza dos fundos de pensão e da participação da aristocracia operária na constituição dos fundos de pensão, pode-se chegar às motivações do arrefecimento do movimento sindical brasileiro nas últimas décadas e entender por que o lema da greve geral desapareceu da agenda do sindicalismo brasileiro. Através dos fundos de pensão, afirmou-se a possibilidade de um *ethos* sindical distinto daquele forjado pelas lutas contra os patrões e as distintas representações do capital.

A análise dos fundos de pensão serve para demonstrar o caráter subserviente da burocracia operária brasileira nas últimas décadas e sua função motriz no processo de desmobilização da classe, em nome da constituição de uma agenda positiva consubstanciada na preservação dos postos de trabalhos e na difusão de uma ideologia fundada no empreendedorismo e na possibilidade de humanizar o capital. Pela mediação dos fundos de pensão, as greves operárias foram suplantadas pela possibilidade de capitalização e de transformação do trabalhador num empreendedor.

Através da administração dos fundos de pensão e da participação do gerenciamento do Estado burguês, a aristocracia operária plasmou a possibilidade de operar uma redistribuição de

renda e inclusão social pela via do mercado, transformando frações da classe trabalhadora em agentes financeiros e em peças essenciais para subsidiar os projetos estatais de infraestrutura, energia etc.

Parece claro que a aristocracia sindical e operária constituiu a base fundamental de sustentação do modo petista de governar pela mediação dos fundos de pensão. Essa fração da classe trabalhadora acabou por se converter numa nova fração da burguesia; por isso a disputa parlamentar (*impeachment* de Dilma Rousseff) na atualidade consiste numa peça da disputa entre as frações da burguesia para assegurar o controle do Estado e o processo de expropriação da classe trabalhadora. Ao consolidar-se como gestora dos fundos de pensão, a aristocracia operária assumiu um discurso estereotipado de defesa dos trabalhadores, em que o mercado e a necessidade de capitalização dos recursos expropriados dos trabalhadores devem estar em plena consonância com os propósitos de expansão e acumulação do capital, num contexto histórico de crise profunda do sistema.

A crise econômica que arrasta a economia brasileira – reflexo da crise econômica mundial – coloca a necessidade de um novo rearranjo da distribuição da riqueza no Brasil. Isso significa que os bilhões concentrados nas mãos da aristocracia sindical devem passar para as mãos dos próprios agentes do sistema financeiro e empresarial alocados na Bolsa de Valores, Fiesp, Itaú, Bradesco e consortes.

O *impeachment* de Dilma Rousseff tem como foco tanto o controle das estatais, quanto o controle dos fundos de pensão. A riqueza produzida pelos trabalhadores servirá para saciar temporariamente a fome de trabalho excedente do capital. Isso significa que os rombos e os prejuízos anunciados dos fundos de

pensão (Petros, Previ, Postalís etc.) devem se intensificar ainda mais. No entanto, os seus demiurgos serão os próprios capitalistas, e não mais setores advindos da aristocracia operária, como ocorreu na forma petista de governar.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL – EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Dulci propõe investimentos de fundos de internacionais de pensão no Brasil*. São Paulo, 05 de junho de 2003. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-06-05/dulci-propoe-investimentos-de-fundos-internacionais-de-pensao-no-brasil>. Acesso em: 4 de abr. 2016.
- ARAÚJO, E. S. As reformas da previdência de FHC e Lula e o sistema brasileiro de proteção social. *Revista Política Pública*, São Luís, v. 13, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ABRAPP. *O consolidado estatístico*. nov. 2015. Disponível em: http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_11_2015.pdf. Acesso em: 5 abr. 2016.
- BRASIL. Câmara. *Projeto de Lei Complementar 257/2016*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostraintegra;jsessionid=1C976D5BA56140FB3C168722E3F28104.proposicoesWeb1?codteor=1445370&filename=PLP+257/2016. Acesso em: 5 abr. 2016.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI. *Empresas participadas*: posição em 30/06/2016. Endereço eletrônico: <http://www.previ.com.br/investimentos/empresas-participadas>. Acesso em: 04 de abr. 2016.
- CARTA DE BRASÍLIA. Apoio do setor de fundos de pensão ao

- candidato Lula. 17 de outubro de 2002. Anexo III. In. JARDIM, Maria A. Chaves. *Fundos de Pensão*. Observatório de investimentos na Amazônia. 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/livros/obs-de-invest-da-amazonia_estudo-1>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- CRUZ, Diego. *A corrupção e os fundos de pensão*. PSTU, 4 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/5619>>. Acesso em: 5 abr. 2016.
- FELÍCIO, João Antônio. A CUT e a reforma da previdência. In. MARQUES (Org.). *A previdência social no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Cap. III.
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF. *Principais números*. 2016 Disponível em: <<https://www.funcef.com.br/sobre-a-funcef/principais-numeros/>>. Acesso em: 5 abr. 2016.
- HOBBSAWM, Eric. Lenin e a “aristocracia operária”. *A comuna*, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://acomuna.net/index.php/contra-corrente/4542-lenine-e-a-aristocracia-operaria-por-eric-eric-hobsbawn>>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- JARDIM, Maria A. Chaves. *Fundos de Pensão*. Observatório de investimentos na Amazônia. 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/livros/obs-de-invest-da-amazonia_estudo-1>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- JARDIM, Maria A. Chaves. *Fundos de pensão no Brasil: novo ethos sindical?* Focus, Unicamp, ago. 2008. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/focus/textos/JARDIM%20-20Fundos%20de%20pensao%20no%20Brasil.pdf>>.

- Acesso em: 5 abr. 2016.
- LESSA, Sergio. *Cadê o proletariado?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- MAIA, Samantha. O saco sem fundo dos fundos de pensão: problemas de gestão e a crise econômica afetam o equilíbrio de algumas das principais fundações do país. *Carta Capital*, 27 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/845/saco-sem-fundo-5097.html>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- MANZANO, Sofia. *Previdência Social e fundo de pensão: um debate necessário*. 15 fev. 2012. Disponível em: <http://port.pravda.ru/busines/15-02-2012/32932-previdencia_pensoes-0/>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SERASA. *Mapa da inadimplência no Brasil em 2014*. São Paulo, Serasa Experian, Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/>. Acesso em: 5 abr. 2016.
- SILVEIRA, Gustavo. 8º Congresso Nacional da CUT: o fim de um ciclo de traição do sindicalismo amarelo. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro: Aimberê, v. 1, n. 11, jul. 2003. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-11/1109-8o-congresso-nacional-da-cut-o-fim-de-um-ciclo-de-traicao-do-sindicalismo-amarelo>>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- TEIXEIRA, A. M. P. *Previdência social no Brasil: da revolução passiva à contrarreforma*. Setembro de 2006, 255 páginas. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

CAPÍTULO III

NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

Fernanda Sâmea Silva Rodrigues¹⁷

Glaucya Núbia Barros dos Santos¹⁸

O tratamento da temática da saúde pública brasileira requer uma análise mais detalhada dos seus desdobramentos ao longo da história brasileira no âmbito das políticas sociais. Observa-se que a política de saúde no Brasil tem seu processo de desenvolvimento articulado a determinações sócio-históricas configuradas no Sistema de Seguridade Social após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), com base na universalização dos direitos sociais. Desde então, seu percurso tem sido objeto de investigação e é abordado em diversos trabalhos científicos.

Um aspecto da saúde pública a ser analisado neste artigo é a maneira como essa política foi inserida no Brasil, destacando seus principais atores políticos e a forma como as leis emergiram para assegurar sua efetivação. Outro ponto, não menos importante que o primeiro, é o processo de desmonte a que o Sistema Único de Saúde vem sendo submetido desde os anos noventa até aos tempos hodiernos, fomentado pelo neoliberalismo, que tem como

¹⁷ Mestranda em Serviço Social.

¹⁸ Mestranda em Serviço Social.

pressuposto a lógica do capital, mediante mecanismos de privatização, sucateamento e universalização excludente.

Assiste-se à implementação de um novo sistema de saúde com políticas cada vez mais focalizadas, ferindo, dessa forma, os princípios constitucionais, que se orienta pela universalização dos direitos.

3.1 A emergência do SUS a partir da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal Brasileira (CF/1988) reconfigurou o sistema político-administrativo no país para atender às exigências de um modelo mais articulado aos preceitos da democracia burguesa e que transcendesse o regime militar-empresarial de 1964. É nesse contexto que se inaugura o modelo de assistência à saúde com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Os aspectos que antecederam e conduziram a constituição desse novo modelo estão ligados ao contexto de redemocratização do país, de elevada resistência à ditadura militar e forte pressão popular.

O modelo de saúde vigente no período da ditadura militar-empresarial (1964-1984) tinha suas ações voltadas ao âmbito federal, com responsabilidades divididas, conforme Vianna (*apud* GOMES, 2011, p. 2), entre o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). O primeiro era responsável pelas ações preventivas de saúde, enquanto o segundo ficava responsável pelas ações curativas de diagnósticos, tratamento e reabilitação.

Apesar desse contexto de forte tendência repressiva, abriu-se o caminho necessário para o desencadeamento do movimento mais importante de reivindicações na saúde, a Reforma Sanitária.

Este Movimento teve na VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS), em 1986, uma das bases que nortearam seu objetivo fundamental: a reforma da saúde pública no Brasil, por meio da afirmação do direito universal à saúde.

A VIII CNS foi de fundamental importância para discutir o cenário em que se encontrava a saúde no Brasil. Contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, entre eles, partidos políticos, dirigentes sindicais, profissionais da saúde, parlamentares e representantes da população. Abriu espaço para questionamentos sobre a intervenção do Estado na saúde e, com isso, o tema saúde assumiu dimensão e proporção maiores do que apenas a proposta de um sistema único. Tratava-se de uma Reforma Sanitária.

Segundo Mendes, a Reforma Sanitária define-se como

[...] um processo modernizador e democratizante de transformação nos âmbitos político-jurídico, político-institucional e político-operativo, para dar conta da saúde dos cidadãos, entendida como um direito universal e suportada por um Sistema Único de Saúde, constituído sob a regulação do Estado, que objetive a eficiência, eficácia e equidade e que se construa permanentemente através do incremento de sua base social, da ampliação da consciência sanitária dos cidadãos, da implantação de um outro paradigma assistencial, do desenvolvimento de uma nova ética profissional e da criação de mecanismos de gestão e controle populares sobre o sistema. (MENDES *apud* GOMES 1995, p. 42).

Incorporando grande parte das reivindicações do movimento de Reforma Sanitária, dois anos depois é promulgada a Constituição Federal (1988). A partir daí a esfera estatal deveria exercer juridicamente suas funções na saúde através de serviços e ações, buscando exercer suas funções de “Estado democrático”

e portadora de uma política de proteção social ampliada. Para Baptista (2009, p. 836), o Estado reconheceu a saúde como direito social de cidadania e a inscreveu no rol de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade voltado para assegurar a nova ordem social, cujos objetivos precípuos são o bem-estar e a justiça sociais.

A CF/1988 significou um grande avanço no campo das políticas sociais no cenário brasileiro. Com ela, inaugura-se um novo sistema de proteção social, e as políticas de saúde, assistência e previdência passam a integrar o Sistema de Seguridade Social, tornando-se públicas e de responsabilidade do Estado. A partir daí a saúde no Brasil assume uma dimensão política e deixa de ser de interesse apenas dos técnicos.

A nova Constituição possui caráter inovador, pois diferentemente das constituições anteriores, apresenta características desenvolvimentistas no processo político e social no país. Ao longo dos anos, a Carta Magna vem tendo suas regras institucionais aperfeiçoadas e já passou por diversas emendas; infelizmente, a maioria das inovações tem servido muito mais para atender às demandas do mercado do que propriamente para adequar-se às exigências postas por uma realidade perpassada pela desigualdade social.

Segundo Teixeira (*apud* BRAVO, 2007, p. 10-11), os principais aspectos aprovados na nova Constituição foram:

- O direito universal à saúde é dever do Estado, acabando com discriminações existentes entre segurado/não segurado, rural/urbano;
- As ações e serviços de saúde passaram a ser considerados de relevância pública, cabendo ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle;

- Constituição do Sistema Único de Saúde integrando todos os serviços públicos em uma rede hierarquizada, regionalizada, descentralizada e de atendimento integral, com participação da comunidade;
- A participação do setor privado no sistema de saúde deverá ser complementar, preferencialmente com as entidades filantrópicas, sendo vedada a destinação de recursos públicos para subvenção das instituições com fins lucrativos. Os contratos com entidades privadas prestadoras de serviços far-se-ão mediante contrato de direito público, garantindo ao Estado o poder de intervir nas entidades que não estiverem seguindo os termos contratuais;
- Proibição da comercialização de sangue e seus derivados.

O Sistema de Seguridade Social foi regulamentado com a Constituição Federal de 1988; sua principal finalidade é a universalização dos direitos sociais. É considerado como resultado histórico de lutas trabalhistas, porquanto o Estado reconhece o atendimento de necessidades reivindicadas pela classe dos trabalhadores que se baseiam em melhores condições de trabalho e de vida. Mesmo sendo fruto dessas lutas, ela se torna mais uma forma de investimento do capital, no sentido de moldá-la aos seus interesses.

No plano da proteção social, o conceito de Seguridade Social no Brasil é implantado a partir da CF/1988, sendo composto por três pilares: Saúde, Previdência e Assistência Social. A Saúde deve ter um caráter universal, sendo direito de todos e dever do Estado; a Previdência é um direito mediante contribuição; e a Assistência Social é tão só direcionada àqueles que dela necessitarem, como, por exemplo, a assistência ao idoso, criança, adolescentes, menores infratores, entre outros.

Como resposta ao regime autoritário e ao caos em que se encontrava o sistema público de saúde, a partir de uma árdua mobilização ocorrida em diversos países da América Latina nas

décadas de 1970 e 1980, o conceito de saúde passa por mudanças, resultando num processo de embates teóricos e políticos. No Brasil, no contexto de redemocratização do país, em meio ao movimento de Reforma Sanitária, constata-se na VIII Conferência Nacional de Saúde o amadurecimento em torno desse debate, configurando o chamado conceito ampliado de saúde. Mais tarde, transforma-se em texto constitucional, o que representa uma grande conquista social.

De um ponto de vista mais abrangente, a saúde é fruto da condição de vida em que o indivíduo se encontra, levando em consideração moradia, alimentação, educação, lazer, renda e também o acesso aos serviços de saúde e outras condições que permitem o desenvolvimento individual e coletivo, sendo assim produto da organização social, capaz de produzir enormes desigualdades no que se diz respeito aos níveis de vida. Conforme Gomes (2011, p. 3), trata-se de um conceito ampliado de saúde, o qual vê a saúde não apenas como ausência de doenças, mas como resultante de todo um contexto sanitário, social, político, cultural e econômico.

Após um longo processo de conflitos e acordos, a construção do SUS se orientou conforme os preceitos constitucionais da universalidade, equidade, integralidade, participação social e descentralização. Com a universalidade o cidadão passa a ter direitos de acesso a todos os serviços públicos de saúde, sem nenhum tipo de discriminação, seja de cor, renda, raça, sexo ou qualquer forma que difira um indivíduo de outro, conforme afirma a Constituição Federal de 1988 em seu art. 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado”.

A Lei Orgânica da Saúde (LOS), nº 8.080, sancionada em 19 de setembro de 1990, regula as ações e serviços de saúde em

todo o território nacional. Esta lei dispõe sobre as condições necessárias para a *promoção, proteção e recuperação da saúde*, organizando também o funcionamento do SUS. A execução desses serviços e ações pode ser efetivada de maneira isolada ou conjunta, eventual ou permanente, podendo ser efetivada por pessoas físicas ou jurídicas, pela iniciativa privada ou pelo poder público.

Gomes (2011, p. 4) esclarece que esta lei foi criada para

[...] delinear os objetivos e as atribuições; os princípios e as diretrizes; a organização, a direção e a gestão do SUS; as competências e as atribuições entre as três esferas do governo: federal, estadual e municipal; o papel dos serviços privados de assistência a saúde; a política de recursos humanos; e o financiamento, o planejamento e o orçamento na política de saúde.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 8.080/1990, a saúde é um direito fundamental de todos e cabe ao Estado propor as condições necessárias à sua execução, visando à redução dos riscos de doenças. Isto não exclui o dever da família, das pessoas, das empresas e da sociedade de garantir a saúde também.

A Lei nº 8.080/1990 em seu art. 4º determina também a responsabilidade da gestão do SUS, que se divide em três órgãos: no âmbito federal, através do Ministério da Saúde; no estadual, pela Secretaria Estadual de Saúde; e no âmbito municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. O SUS é financiado mediante impostos e contribuições; de acordo com esta lei, os recursos serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob a fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.

Existem elementos determinantes que estão interligados à

saúde, como: *alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, acesso aos bens e serviços essenciais*, entre outros. A saúde da população depende de fatores externos a ela; o que a define são as ações e o atendimento na cura, o tratamento ou a prevenção de alguma doença. Também será levado em conta o seu convívio na sociedade e suas condições de vida.

Pessoas que não têm uma boa alimentação, que vivem em situação precária de moradia e de trabalho e que não têm acesso a alguns serviços essenciais estão mais propensas aos riscos de adquirir certas doenças. Consoante o art. 3º da Lei nº 8.080/1990, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. Dessa forma, a política de saúde deve garantir para as pessoas não apenas condições de bem-estar físico, mas também mentais e sociais.

Em 28 de dezembro de 1990 foi promulgada a Lei Complementar nº 8.142, que integra a LOS e dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. De acordo com esta lei, o SUS contará com a participação de instâncias colegiadas através dos Conselhos e Conferências de Saúde, sem interferência nas funções do Poder Legislativo.

A década de 1990 foi um período que trouxe mudanças bastante significativas na política de saúde, sendo uma delas direcionada ao processo de descentralização. Como instrumentos de regulação nesse intenso processo, foram criadas as Normas Operacionais Básicas do SUS, respectivamente a NOB SUS 01/91, a 01/93 e a 01/96. Levcovitz (2001, p. 273) ressalta que as NOBs tratam eminentemente dos aspectos de divisão de responsabilidades, das relações entre gestores e dos critérios de

transferência de recursos federais para estados e municípios.

3.2 Os anos noventa e a relação entre universalidade *versus* focalização

Os anos noventa foram um período marcado por mudanças no Brasil, decorrentes da política de ajuste neoliberal, mudanças essas voltadas principalmente para as leis que regulam as relações de trabalho. A ideia de Seguridade Social regulamentada no texto constitucional é claramente desmontada, tornando a seguridade em previdência; já a previdência é configurada segundo a noção de seguro, sendo ela também contrária aos princípios relacionados à Reforma Sanitária.

A saúde se acha expressa num projeto de saúde privatista, ou articulado ao mercado (VIANA, p. 6, 2011), e contrário ao Projeto de Reforma Sanitária garantido constitucionalmente. Esse projeto privatista tem como aspectos: a contenção dos gastos com a racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização (GOMES *apud* VIANA, 2011, p. 6). Em meio a esse processo de transformação política e econômica, o Estado isenta-se da responsabilidade diretamente relacionada à promoção dos aspectos efetivos da Seguridade Social e começa a transferir essa responsabilidade para os próprios trabalhadores, mediante a constituição de um sistema social completamente amoldado à lógica do mercado.

A hegemonia neoliberal no Brasil tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação (BRAVO, 2007, p. 14). Na política de saúde vinculada à lógica mercantilista, observa-se a desconstrução de tudo aquilo que foi proposto na sua construção

na década de oitenta. A fragmentação da realidade e o individualismo fazem parte dos preceitos que baseiam o projeto privatista, contrariando as bases do caráter universal e coletivo asseguradas na Constituição.

A partir da segunda metade dos anos 1990 abrem-se novas discussões a respeito do tema da reforma do Estado – período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) –, com base em orientações do Banco Mundial (BM). Os serviços são direcionados ao atendimento de necessidades sociais básicas e devem ser “universalizados” abstratamente. Em outras palavras, o que está sendo proposto é universalizar apenas a cobertura da atenção básica, contrariando o que preconiza o modelo assistencial de saúde do SUS.

O Programa de Saúde da Família (PSF) é um bom exemplo de política focalizada desse governo, que mais tarde será ampliado pelo governo Lula, como estratégia de reorganização de atenção básica. O governo de Lula da Silva deu continuidade à política macroeconômica do governo FHC, mantendo políticas sociais fragmentadas e subordinadas à lógica econômica que interessa ao processo de reprodução ampliada do capital. É nesse contexto que se constata uma contradição referente ao princípio de universalidade estabelecido na Constituição brasileira. Nela se assegura como dever do Estado proporcionar para todos os serviços e bens públicos, como habitação, saúde, educação, saneamento básico etc., a fim de contribuir para o bem-estar social.

A ideia de focalização na política de saúde está diretamente relacionada com a imensa demanda social existente na população e com falta de recursos para atender a toda a população, fazendo com que o Estado direcione suas ações de forma prioritária à

camada mais pobre da população. Bravo (2007, p. 19) assevera que a questão de desfinanciamento é mais séria, pois está articulada à necessidade de contenção de gastos sociais do governo para constituir um superávit primário fundamental a fim de pagar a dívida pública. Este é o aspecto determinante que fundamenta a manutenção da política focal, de precarização e terceirização dos recursos humanos.

Seguindo essa linha de raciocínio, a maior parte do financiamento da saúde é direcionada para promover e manter as políticas focalizadas, e não para legitimar os princípios defendidos constitucionalmente. Gasta-se uma enormidade de recursos, porém eles são mal empregados, uma vez que os resultados obtidos diferem do proposto pelo Sistema Único de Saúde.

Ao analisar a trajetória da política de saúde no Brasil dos anos 1990 até os dias hodiernos, nota-se que houve alguns avanços significativos, porém as propostas do Movimento de Reforma Sanitária contidas na Constituição Federal de 1988 não foram cumpridas efetivamente. O que se nota é uma disputa entre o projeto de saúde privatista e o projeto do Movimento Sanitário.

A política de saúde brasileira obteve várias conquistas mediante intensas mobilizações na década de oitenta, resultando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), norteadado pelo ideário da Reforma Sanitária. O SUS está perdendo cada vez mais a sua identidade para a lógica neoliberal, pois as contrarreformas que ocorreram na década de 1990 e que ainda são percebidas fortemente nos dias atuais, atingiram fortemente o seu princípio universal, com mecanismos de privatização, com a lógica do mercado e um processo de “universalização excludente”. Isso ocorre porque o Estado se põe a serviço do mercado, transferindo

o fundo público para o segmento privado. Com a proposta do Plano Diretor, o Estado passa apenas a financiar e coordenar as políticas públicas, e suas funções são executadas pelas esferas não estatais.

A política de saúde brasileira é caracterizada pelo seu caráter universal. A partir do momento que o Estado usa como estratégia a focalização para formular e implementar políticas de saúde, dando ênfase à atenção básica de saúde, passa-se a rejeitar a proposta de universalidade como uma regra principal. Isso acontece porque os recursos que são utilizados não são suficientes para atender a todas as áreas da população; o Estado prioriza então apenas uma camada da sociedade, no caso a mais vulnerável, ferindo os preceitos de universalidade que, em teoria, deveriam direcionar essas ações, sem nenhum critério de distinção. O que se evidencia são recursos ofertados e mal empregados.

Referências

- BAPTISTA. TWF *et al.* Responsabilidade do Estado e direito à saúde no Brasil: um balanço da atuação dos Poderes. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 14(3). 2009.
- Brasil. Lei nº 8.080 –
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm –
Acesso em: 3/11/2014.
- Brasil. Lei nº 8.142 –
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm –
Acesso em: 3/11/2014.
- Brasil. Constituição Federal de 1988 –
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm – Acesso em: 3/11/2014
- BRAVO. Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. *Revista Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 2007.
- CARINHATO. Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Revista AURORA*, ano II, número 3. 2008.
- COELHO. Ivan Batista. Democracia sem equidade: um balanço da reforma sanitária e dos dezenove anos de implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 15(1). 2010.
- COHN. Amélia. A reforma sanitária brasileira após 20 anos de SUS: reflexões. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(7). 2009.
- COSTA. Laís Silveira. A dinâmica inovativa para a reestruturação dos serviços de saúde. *Revista Saúde Pública* 46, 2013.

- ELIAS. Paulo Eduardo. Estado e Saúde: desafios do Brasil contemporâneo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 18(3). 2004.
- GOMES. Gleiciane Viana. Breve apreciação sobre a política de saúde no Brasil no contexto da contrarreforma do estado. *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2011.
- LEVCOVITZ. Eduardo. Política de saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 6(2). 2001.
- MACHADO. Cristiani Vieira. Políticas de saúde no Brasil nos anos 2000: a agenda federal de prioridades. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(3). 2011
- MAIO. Marcos Chor, LIMA. N T. Fórum, O Desafio do SUS: 20 Anos do Sistema Único de Saúde, *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(7). 2009.
- MARSIGLIA REGINA M. G. *et al.* Políticas sociais: desigualdade, universalidade e focalização na saúde no Brasil. *Revista Saúde e Sociedade* v. 14, n. 2. 2005.
- MENDES. Áquilas. A problemática do financiamento da saúde pública brasileira: de 1985 a 2008. *Revista Economia e Sociedade* v. 21, n. 2 (45), p. 345-362, 2012.
- MENICUCCI. Telma Maria Gonçalves. A Política de Saúde no Governo Lula. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 2.
- MENICUCCI. Telma Maria Gonçalves. Implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. *Revista Saúde e Sociedade*, V. 15, n. 2. 2006.
- SALVADOR. Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo, *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 104. 2010.
- VIANA. Ana Luíza D'Ávila *et al.*. Política de Saúde e Equidade.

Revista São Paulo em Perspectiva, 17(1). 2003.

VIEIRA. Fabiola Sulpino. Ações judiciais e direito à saúde: reflexão sobre a observância aos princípios do SUS. *Revista Saúde Pública* 42(2):365-9. 2008.

CAPÍTULO IV

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE ALAGOAS

Thays Rosa dos Santos¹⁹

O presente capítulo busca identificar as relações entre capital/trabalho na agroindústria canavieira do Brasil e averiguar as transformações das condições de trabalho nos canaviais, oriundas do processo de reestruturação produtiva e seus impactos sobre a vida e saúde dos cortadores de cana, além de analisar as atuais formas de intervenção do Estado brasileiro no trabalho realizado no âmbito canavieiro e seus efeitos sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana.

Ao analisar o desenvolvimento da agroindústria canavieira alagoana, constata-se que as condições degradantes de trabalho decorrem dos efeitos do sistema de exploração e dominação

¹⁹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. O interesse em analisar o referido tema advém dos estudos provenientes do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas no ano de 2015, intitulado “Entre a Resistência e a Sobrevivência: a luta diária do cortador de cana”. Este estudo resulta da experiência no Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO), do qual participei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ), com orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Borges Amaral, no Projeto de Pesquisa, de sua autoria, sob o título “O Discurso do Trabalho Decente na Agenda Nacional de Combate à Pobreza”.

advindas do processo de produção capitalista. Na agroindústria canavieira essas condições se intensificam com a reestruturação produtiva, pois a necessidade de ampliação do tempo de trabalho excedente (mais-valia) requer a intensificação da exploração da força de trabalho. Em consequência, dá-se o adoecimento do trabalhador, em razão da alta produtividade exigida.

Partindo do pressuposto que o Estado de Alagoas possui suas relações econômicas forjadas no setor canavieiro, intenta-se investigar os impactos da flexibilização das relações de trabalho na saúde dos trabalhadores e as medidas estatais adotadas. Aferem-se os desdobramentos da relação capital/trabalho nos canaviais alagoanos e as medidas adotadas pelo Estado perante o processo ascendente de adoecimento da classe trabalhadora do complexo canavieiro, sobretudo numa conjuntura social em que a flexibilização das relações de trabalho gesta as condições objetivas para uma maior captura de produtividade e da subjetividade do trabalhador.

4.1 Os efeitos da superexploração na agroindústria canavieira e seus reflexos na saúde do cortador de cana

Na história da humanidade, desde o surgimento das classes sociais, é possível identificar que a exploração do homem pelo homem resulta da privatização da riqueza socialmente produzida, em que subsiste o explorador e o explorado. Ressalta-se que as bases para o surgimento das classes sociais apresentam-se na etapa posterior à Revolução Neolítica, período em que o aparecimento da agricultura e da pecuária permitiu o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade de o homem produzir além de suas necessidades imediatas, gerando

assim o excedente econômico e, com ele, a possibilidade da exploração do homem pelo homem.

A partir de então, a sociedade passa a ser dividida em classes sociais (escravismo, feudalismo e capitalismo). Constitui-se, de um lado, a classe dominada, responsável pela produção da riqueza socialmente existente e, do outro, uma classe dominante, que se apropria da riqueza produzida pelos trabalhadores. As relações de trabalho, desde o escravismo até as atuais formas de trabalho assalariado, demonstram que a exploração, apesar de sofrer transformações, conserva sua essência, incorporando apenas outras representações ao longo da história da humanidade. Conforme Lessa e Tonet (2012), “o trabalho de coleta foi substituído pelo trabalho escravo, depois pelo trabalho do servo medieval e, nos nossos dias, pelo trabalho proletário” (2012, p. 13).

No escravismo, as relações de trabalho eram demasiadamente degradantes e desumanas, pois toda a produção destinava-se aos senhores de escravos. Dessa forma, não havia interesse dos escravos em aumentar a produtividade; ao contrário, eles “[...] afirmavam sua humanidade rebelando-se contra as tarefas que lhes eram impostas. Por isso, praticamente não houve desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização nesse período” (LESSA e TONET, 2011, p. 57). No sistema feudal, a exploração do trabalho era representada pelo senhor feudal e pelo servo. Nesse sistema o servo tinha permissão para trabalhar nas terras do senhor, mas a maior parte da produção era destinada ao senhor do feudo. Embora os servos ainda dispusessem dos meios de produção, não possuíam o principal meio de produção – a terra (HUBERMAN, 1986).

No modo de produção capitalista, os trabalhadores

assalariados não são detentores dos meios de produção e dos meios de subsistência; comparecem somente como possuidores da força de trabalho que devem ofertar ao capitalista em troca de um salário. O processo de exploração intensifica-se na sociedade capitalista, pois seu objetivo não é produzir apenas produtos que satisfaçam as necessidades sociais, mas principalmente trabalho excedente (mais-valia), com o intuito de reproduzir o capital. Assim, “o trabalho na sociedade capitalista se configura como trabalho alienado, que se expressa em uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro” (ANTUNES, 2004, p. 9).

Essas são as bases do capitalismo, sistema desumano e que apenas visa ao lucro mediante a exploração da força de trabalho do proletariado. Os efeitos dessa superexploração trazem graves consequências à classe trabalhadora, como a miséria e o pauperismo, decorrentes do processo de acumulação de riqueza (mais-valia), de um lado, e da acumulação de miséria, do outro.

Marx (1996) assevera que a utilização da força de trabalho possibilita ao capitalista não apenas utilizar a força de trabalho para produzir mercadorias, mas, principalmente, produzir mais-valia, um excedente que é o principal objetivo do sistema do capital – tanto que a lei absoluta do capital chama-se acumulação de mais-valia. É justamente no fato de o capitalista conseguir adquirir a mais-valia através do trabalho alheio que se pode entender como a intensificação do trabalho é vantajosa para o capitalista e profundamente prejudicial à saúde do trabalhador. O capitalista em momento algum está preocupado com o bem-estar do trabalhador ou com as condições de trabalho e vida deste.

Ao analisar a relação entre capital e trabalho na agroindústria canavieira, percebe-se que este é um dos espaços de

maior concentração de exploração de força de trabalho. No Brasil, as relações de trabalho capitalistas são forjadas pela mediação do trabalho escravo, enquanto etapa de acumulação primitiva de capital. A cultura canavieira exerceu notável papel no período de colonização. Conforme Lima (2014), a agroindústria canavieira, desde sua implantação no Brasil, “foi alvo de uma forte ação institucional que resultou num tipo de expansão estruturalmente vinculada ao Estado” (2014, p. 31).

O desenvolvimento da produção açucareira sempre esteve articulado aos interesses do mercado mundial e do capital, em que a dominação e exploração da força de trabalho escrava, no primeiro momento, “era a condição que garantia os investimentos necessários à exploração econômica da colônia conforme os interesses da metrópole” (Idem). Assim, pode-se dizer que o trabalho desenvolvido na agroindústria canavieira, desde o período de colonização, possui por base a exploração excessiva da força de trabalho.

Ainda conforme Lima (2014):

Historicamente, a agroindústria canavieira tem se dedicado à produção do açúcar e, posteriormente, do álcool combustível. Na lavoura canavieira não houve pequena produção, nem camponeses produzindo bens para o consumo final. A existência dessa atividade agrícola, desde sua introdução no Brasil, esteve voltada ao fornecimento de matéria-prima para a fabricação do açúcar. O que significaria que a atividade agrícola canavieira já nasceu no Brasil com o caráter de “agricultura industrializada”. (LIMA, 2014, p. 32).

A partir de meados do século XX, a agricultura brasileira passou por um processo de modernização que implicou a inserção de máquinas e outros equipamentos modernos capazes de

alavancar sua produtividade. Como partícipe desse processo de modernização agrária, a agroindústria canavieira também passou a incorporar as referidas inovações. Nessa direção, segundo Carvalho (2009), em Alagoas, “por meio dos programas federais em 1970 e 1975, foram realizados investimentos públicos na ordem de US\$ 3 bilhões para a modernização e ampliação da capacidade produtiva do parque açucareiro” (2009, p. 28). Esses investimentos desencadeiam o desenvolvimento e a modernização da agricultura, no que se refere ao uso de fertilizantes e à introdução de máquinas para as áreas de cultivo.

No processo de desenvolvimento desse setor, que desde os primeiros anos de colonização serviu para alavancar a lucratividade do capital, as formas de trabalho permanecem degradantes e desumanas e o nível de exploração muito elevado; apesar do tempo, essas condições não foram alteradas. Em relação à intervenção estatal, cabe ressaltar a criação do Instituto de Álcool e Açúcar – que contribuiu de forma significativa para mediar a disparidade entre Sudeste e Nordeste, fato que proporcionou condições para o Nordeste permanecer competitivo no mercado nacional e mundial –, e o Proálcool.

O Proálcool emergiu como uma estratégia decorrente da crise estrutural do capital, que teve como motivo a crise do petróleo no curso da década de 1970. Por meio desse programa, o Estado destinou maciços investimentos para fomentar a produção do etanol combustível como fonte energética alternativa ao petróleo. Desse modo, ocorreu a modernização mais significativa do desenvolvimento deste setor agroindustrial, fato que retardou os efeitos da referida crise no seu interior.

Contudo, no curso da década de 1980, com a estabilização dos barris de petróleo, essa realidade sofre uma brusca mudança,

pois o Estado reduz os investimentos, fazendo com que diversas usinas decretassem falência ou fossem incorporadas por outras. Alagoas não foi exceção a essas transformações (CARVALHO, 2009).

Como forma de permanecerem competitivas no mercado mundial, as usinas adotaram processos de trabalho flexíveis, dando curso a sua reestruturação produtiva. Esse processo exigia maior produtividade de excelente qualidade a baixos custos; isso refletiu sobre o trabalhador, que sofreu uma maior exploração em virtude do aumento das taxas de lucratividade e da redução dos postos de trabalho, fato que impactou de forma negativa tanto na vida do cortador de cana como em sua saúde.

A esse respeito, Verçoza (2012) assinala que na agroindústria canavieira, a intensificação da exploração pode ser observada desde o processo de seleção dos trabalhadores, que para manter o emprego devem cortar no mínimo dez toneladas de cana por dia. Caso contrário, esses trabalhadores são demitidos.

A respeito do processo de seleção, Novaes afirma:

Geralmente essa “poda” se faz até sessenta dias após a admissão. O sistema de seleção funciona dessa maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A usina X contratou cinco mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar à média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa foram “podados” mais mil trabalhadores que tiveram uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o *quantum* de produção dos cinco mil trabalhadores que iniciaram a safra. Esses trabalhadores selecionados chegam a cortar até vinte toneladas de cana/dia e manter uma média mensal entre 12 e 17 toneladas por dia.

(NOVAES *apud* VERÇOZA, 2012, p. 51-52).

Nesse contexto, observa-se que a lógica da seleção dos trabalhadores é contratar um menor número de mão de obra para produzir em maior quantidade. Para tanto, esses trabalhadores devem responder às demandas postas pelo capital açucareiro, que exige o máximo de esforço físico para que se cumpram as metas, visando alavancar a produtividade.

Desse modo, gesta-se o desemprego estrutural na agroindústria canavieira, pois os trabalhadores que não conseguem atingir a meta estipulada passam a não ter perspectivas de ingressar no mercado de trabalho na próxima safra, e isso reduz sua capacidade de prover seu sustento. Por esse temor os trabalhadores adentram na atividade do corte de cana mesmo com sequelas físicas da exploração; só assim continuarão a se reproduzir como força de trabalho à mercê dos anseios do capital.

No que se refere à análise em questão, Verçoza (2012) aponta que uma das medidas tomadas pelas usinas para estimular o aumento da produtividade no corte de cana consiste nos incentivos, como premiações concedidas aos trabalhadores mais produtivos. Os prêmios são os mais diversificados possíveis: bicicletas, fogões, rádios e, até mesmo, prêmios em dinheiro. Essa prática, além de aumentar a produtividade, faz com que os trabalhadores concorram entre si para alcançar a recompensa prometida, estimulando a rivalidade entre eles. Sob tais condições impostas ao trabalhador, o capital visa aumentar a lucratividade com a intensificação da produção e articula coerção capitalista e consentimento dos trabalhadores.

Em meados dos anos 60 e 70, o pagamento era por feixe²⁰ de cana. Com o avanço tecnológico, os guinchos mecânicos passaram a ser incorporados para acelerar o transporte das canas. Assim, optou-se por adotar o pagamento por metro ou braça/tonelada de cana. “Ambos os métodos são salário por produção, pois o salário está condicionado à quantidade de cana cortada” (VERÇOZA, 2012, p. 57).

No corte de cana, o trabalhador não tem o controle de sua produção, já que quem faz a metragem das toneladas são os encarregados das usinas, os denominados fiscais de turmas, cabos, apontadores etc. Essa metragem muitas vezes é fraudulenta, e os erros tendem a diminuir o que foi cortado, favorecendo claramente a usina e prejudicando os trabalhadores. Se o salário por produção já tem por característica intensificar a produtividade do trabalho, quando o trabalhador não tem controle da quantidade produzida e do valor que receberá por seu trabalho, essa característica tende a ser ampliada (Idem, p. 57).

Segundo Iamamoto (2011), a jornada de trabalho no corte de cana no Estado de São Paulo gira entre 11 a 12 horas diárias de trabalho. Em Alagoas a jornada de trabalho no corte de cana fica entre oito e 12 horas por dia, com cerca de vinte toneladas cortadas. A média considerada ideal para a saúde do trabalhador é de apenas quatro toneladas diárias. Isso significa que o trabalhador dedica ao canavial a maior parte de sua vida, limitando a fruição de outras dimensões importantes para o indivíduo, como, por exemplo, a dimensão familiar e a social. Conforme elucidado anteriormente, a intensificação do trabalho faz com que os trabalhadores atinjam seus limites de resistência

²⁰ O feixe de cana é formado pela junção de 18 a 20 canas amarradas (SILVA *apud* VERÇOZA, 2012, p. 56).

física; além disso, o desgaste tende a crescer em progressão geométrica, resultando na redução da capacidade de trabalho ao longo da vida.

Segundo Marx (1996),

A ocupação, uma arte quase instintiva da humanidade, em si e para si irrepreensível, torna-se, em virtude do excesso de trabalho, destruidora do homem. Ele pode vibrar tantas pancadas por dia, andar tantos passos, respirar tantas vezes, realizar tanto trabalho e viver em média, digamos, 50 anos. Obrigam-no a vibrar tantas pancadas a mais, a andar tantos passos a mais, a respirar durante o dia mais frequentemente, e tudo junto a aumentar assim diariamente de $\frac{1}{4}$ seu dispêndio vital. Ele realiza a tentativa, e como resultado realiza, num período limitado, $\frac{1}{4}$ a mais de trabalho e morre aos 37 e não aos 50. (MARX, 1996, p. 370).

Essa sobrecarga, proveniente da intensificação do trabalho, é responsável pelo adoecimento do trabalhador, que sujeito ao excesso de trabalho imposto pelo capital, aumenta o ritmo de seu dispêndio vital, fragilizando suas capacidades físicas e apressando o fim de sua vida.

A insalubridade das condições de trabalho, sujeitas às condições climáticas e pluviais adversas, acaba por aumentar os esforços necessários para a realização da atividade no sol e na chuva; a irregularidade do solo (planos, depressões, descidas e subidas intensificam o esforço), além de o trabalhador ter de cortar a cana rente ao chão, baixar e levantar para pegar a cana, e de transportá-la para um lugar específico, a fim de auxiliar no transporte da cana, que não é remunerado ao cortador.

Assim, o desgaste desses trabalhadores é físico e mental. Essa exploração traz graves consequências à saúde do trabalhador, como doenças provenientes da “exposição cumulativa à fadiga e ao estresse”, a exemplo das doenças

mentais e cardiovasculares, acidentes de trabalho, como cortes de facão, atropelamentos, torções no tornozelo etc. (SILVA, 2013).

Também existem outras consequências à saúde do trabalhador, como a desidratação e a frequente ocorrência de câimbras. “As câimbras começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax, provocando fortes dores e convulsões, dando a impressão de que o trabalhador está tendo um ataque nervoso” (ALVES, 2006, p. 95).

Ainda de acordo com Alves (2006), a atividade realizada no corte de cana exige um grande dispêndio de energia e força física. Após a definição do eito²¹, o trabalhador desenvolve atividades próprias do corte, como curvar e flexionar as pernas para cortar a base da cana, pois é no pé da cana que se concentra a sacarose. Depois o trabalhador corta a parte de cima da cana, onde ficam as folhas verdes, que são jogadas no solo.

Em média, um trabalhador que corta 12 toneladas de cana por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia: caminha 8.800 metros; despende 133.332 golpes de podão; carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros. Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana. Perde, em média, oito litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte. (ALVES, 2006, p. 96).

As palavras acima elucidam de forma peculiar os efeitos da superexploração a que são submetidos os trabalhadores canavieiros e quão degradante é o trabalho por produção para a saúde do trabalhador, em especial no âmbito canavieiro. Diante

²¹ O eito de cana é formado pelo número de ruas, sob a responsabilidade de cada trabalhador.

da intensificação do trabalho exaustivo do corte de cana, os trabalhadores sofrem consequências que vão de fortes dores de cabeça e convulsões (“canguru”)²² até a morte.

Os trabalhadores informam que já presenciaram alguns colegas desmaiarem no canavial e até mesmo morrerem de tanto trabalhar. Isso porque, quando o trabalhador é submetido a um grande ritmo de trabalho que excede os limites físicos do corpo humano ou tem predisposição a doenças cardíacas, pode ter morte súbita devido ao trabalho excessivo.

Eis abaixo um trecho de entrevista concedida a Verçoza (2012) sobre o assunto:

Pesquisador (P): O senhor já viu alguém desmaiar, ou ir para o hospital e morrer?

Entrevistado (E): Oxe, já vi muito!

(P): Já viu falecer também? Em decorrência do esforço?

(E): Dos tempos em que eu trabalhei, só vi um.

(P): Faleceu?

(E): Faleceu, ele...

(P): Caiu no corte?

(E): Deu um negócio lá no serviço, e levaram ele para o hospital. Quando ele chegou lá, morreu. (p. 84).

Esse diálogo evidencia de forma clara o nível de exploração a que se expõem os cortadores de cana, que diante do trabalho por produção elevam o ritmo de trabalho ao limite de suas forças; isso acaba por trazer agravantes para a saúde e vida desse trabalhador. Como mencionado acima, entre os problemas mais recorrentes estão os desmaios no eito de cana, conhecidos pelos trabalhadores

²² Termo utilizado por Verçoza (2012).

como “canguru”, que podem até provocar a morte.

Na entrevista feita por Verçoza em usina alagoana, um médico informa que o “canguru” pode resultar em morte porque “é um distúrbio hidroeletrólítico que mexe com as células, e se o trabalhador não for atendido, hidratado e não tiver repostos esses eletrólitos, pode acontecer o óbito” (VERÇOZA, 2012, p. 84).

A intensificação da produção no corte de cana também pode ocasionar doenças, tais como: tendinite²³, lesão por esforço repetitivo, problemas na coluna, reumatismos, entre outras. Em geral, essas doenças são ocasionadas por movimentos repetitivos e grande esforço físico. A tendinite, por exemplo, é a inflamação do tendão, que se caracteriza pelas dores e inchaço do tendão e pode aparecer em qualquer parte do corpo; no entanto, é mais comum no punho, ombro, joelho e tornozelo.

A lesão por esforço repetitivo (LER) é uma doença muscular causada por movimentos repetitivos, “feitos em alta frequência e em posição ergonômica incorreta. Entre os sintomas estão fadiga muscular, sensação de cansaço, dores e inchaço. As lesões podem afetar músculos, nervos e tendões”²⁴. Frisa-se que o processo de trabalho realizado nos canaviais repousa em condições de trabalho análogas à escravidão, presentes na agroindústria canavieira, que trazem essas consequências à saúde do trabalhador; este prematuramente perde a vida nos canaviais ou fica com sequelas e enfermidades oriundas do trabalho pelo resto da vida.

Diante das condições de trabalho mencionadas no texto, o

²³ Disponível em: <http://www.minhavidade.com.br/saude/temas/tendinite>

²⁴ Disponível em: <http://www.usinacoruripe.com.br/index.php/noticia/27/acao-no-campo-lembra-o-dia-internacional-de-prevencao-a-ler>

Estado, a fim de atenuar essa situação, conta com legislações que tendem a amortecer a realidade de exploração do trabalho canavieiro, das quais se destacam o *Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD)*, como política paliativa adotada pelo Estado, tendo como discurso erradicar a extrema pobreza através do trabalho decente e do trabalho assalariado; e o *Compromisso Nacional de Trabalho Decente no Setor Sucroenergético*, que visa melhorar as condições de trabalho nos canaviais.

4.2 A inócua tentativa do Estado para minimizar a superexploração do trabalho nos canaviais

A promoção do trabalho decente é uma prioridade do governo brasileiro, assim como dos demais governos do hemisfério americano. Essa decisão foi tomada após 11 conferências e reuniões internacionais de grande importância, realizadas entre setembro de 2003 e novembro de 2005.

Em suma, a finalidade do PNETD é contribuir para a promoção do emprego e trabalho decente no Brasil, conforme estabelecido nos compromissos aceitos pelo país, constantes da Agenda Nacional de Trabalho Decente.

Entre as metas assumidas pelo Plano é prioridade máxima gerar mais empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento para todos, com o objetivo de reduzir e combater a pobreza no país, de modo a possibilitar melhores condições de vida e maior qualidade de trabalho aos assalariados que vivem em condições degradantes de trabalho. Os resultados esperados pelo plano são a erradicação definitiva do trabalho infantil e escravo, através de fiscalizações feitas a partir de denúncias; além do

fortalecimento entre os atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

Ao firmar esse pacto entre empresários, governo e trabalhadores para erradicar a pobreza, concomitantemente um compromisso para efetivar melhores condições de vida e de emprego na agroindústria canavieira também foi firmado. De acordo com Luiz Soares Dulci (Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República),

Mais uma vez a democracia participativa revela-se um excelente método para enfrentar e resolver problemas fundamentais da sociedade brasileira. Os resultados concretos da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituída pelo Presidente da República e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, demonstram claramente que é possível oferecer ao mercado produtos competitivos e, ao mesmo tempo, assegurar os direitos dos trabalhadores e melhorar as suas condições de vida. A Mesa, instalada em julho de 2008, chegou a um inédito compromisso nacional tripartite – empresários, trabalhadores e Governo Federal – que vai possibilitar vigoroso salto de qualidade nas condições e relações de trabalho do setor sucroalcooleiro. Esse importante entendimento só foi possível graças ao empenho de todos, à confiança na negociação democrática e à busca permanente dos denominadores comuns. O Compromisso Nacional nos dá a certeza de que as melhores práticas trabalhistas já existentes serão de fato universalizadas, e novos direitos criados, modernizando em definitivo o setor e humanizando plenamente o trabalho canavieiro. (BRASIL, 2009, p. 1).

O Compromisso Nacional do Trabalho Decente passa a vigor na agroindústria canavieira a partir da mesa de diálogo para aperfeiçoar as condições de trabalho. A mesa de diálogo tripartite (governo, empresários e trabalhadores) teve como objetivo

propor soluções para humanizar o trabalho manual no setor, além de reinserir os trabalhadores desempregados mediante o avanço da mecanização das indústrias.

Essa iniciativa do Governo Federal teve como intuito aperfeiçoar as condições de trabalho na cana de açúcar, principalmente pelo fato de atribuir ao governo à sustentabilidade ambiental e social da produção econômica. Em outras palavras, evidencia-se que essa iniciativa do governo está intimamente ligada aos interesses econômicos do país e não para a melhoria das condições de trabalho.

Na sociedade vigente, não há possibilidades de alcançar essa forma de trabalho, uma vez que enquanto existir propriedade privada, existirá a dominação do homem pelo homem. Reside no caráter de classe do capitalismo essa relação de opressão entre classe dominante e classe dominada. É por meio da extração da mais-valia que o capital encontra sua razão de ser; desse modo, em hipótese alguma, a burguesia deixará de oprimir e explorar sob condições desumanas a classe trabalhadora, pois não é interesse do capital promover a igualdade de classes, já que ele se reproduz através da desigualdade de classes reinante na sociedade.

A reflexão desenvolvida neste texto permite entender como na sociedade do capital a desigualdade entre classes é algo intrínseco ao seu modo de produção, de modo que a relação capital/trabalho se dá mediante a intensificação da exploração da força de trabalho. Viu-se que na agroindústria canavieira, sob o sistema de exploração-dominação, as condições de trabalho são degradantes, reduzindo o trabalhador a escravo, com alojamentos insalubres, péssima alimentação e alto nível de exploração. Apesar disso, os trabalhadores do corte de cana encontram

algumas formas de resistência, sejam individuais ou coletivas, para boicotar a produção, através do corte fora do padrão, por incêndios, paralisações e greves.

Os efeitos da superexploração nos canaviais geram agravos à saúde dos trabalhadores, que submetidos a um alto nível de produtividade excedem os limites do corpo, adquirindo doenças cardiovasculares, osteomusculares, ocasionado, em alguns casos, até a morte. Para responder de forma paliativa aos efeitos da superexploração sobre a vida dos trabalhadores, o capital usa algumas medidas governamentais, a exemplo do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e do Compromisso Nacional de Trabalho Decente na Agroindústria Canavieira, sob o discurso de erradicar a extrema pobreza e o trabalho análogo à escravidão. No entanto, isso é inócuo, porquanto se acha na essência do sistema vigente a exploração do homem pelo homem.

Assim, entende-se que o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente é tão só uma estratégia do capital para fortalecer o crescimento econômico do país, e não uma forma de combater os males sociais e erradicar a extrema pobreza, pois o modo de ser do sistema capitalista requer a preservação da distinção entre as classes sociais e, portanto, a desigualdade social e a pobreza.

Apesar da elaboração do PNETD, da Agenda Nacional e do compromisso firmado na agroindústria canavieira, não se obtiveram resultados satisfatórios, pois com a crise das usinas muitos trabalhadores são desempregados, o trabalho infantil ainda existe, e as condições de trabalho análogo ao escravo e a negação dos direitos perseveram.

Mesmo com essas iniciativas que visam minimizar os efeitos da contradição capitalista, o capital continua tendo como

único objetivo conter a classe trabalhadora através de mecanismos que mascaram a sua verdadeira intenção, a saber, sua reprodução e o acúmulo de riquezas.

Por fim, cabe mencionar que o objetivo central desta monografia foi alcançado. As informações aqui apresentadas permitiram elucidar a questão tão gritante das condições perversas de trabalho sob as quais homens e mulheres são submetidos e vão além de suas capacidades físicas, acarretando, em muitos casos, a morte prematura desses trabalhadores.

Apesar de sofrerem severas punições quando contrariam os interesses do capital açucareiro, os cortadores de cana encontram formas de resistência e garantia da sobrevivência. Daí se entender que a classe trabalhadora é a única capaz de superar os malefícios do capital e de construir uma sociedade livre de toda exploração.

Referências

- ALVES, Francisco. *Por que morrem os cortadores de cana?* UFSC, São Paulo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. *Análise da Reestruturação Produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2009.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução: Waltensir Dutra. Ed. 21, Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Trabalho e Indivíduo Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. 2. ed. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2011.
- _____. *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LIMA, Arakem Alves. *Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX*. – Maceió: Edufal, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. V. 1. T. 1. São Paulo. Nova Cultural Ltda., 1996.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria de transição*. Trad. Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SANTOS, Thays Rosa. Projeto de Pesquisa: “O pacto entre os segmentos – governo, empresários e trabalhadores – para a realização do plano nacional de emprego e trabalho decente do Brasil e o combate à pobreza” (2013-2014).

- SILVA, José A. R. de Oliveira. A Flexibilização da Jornada de Trabalho e seus Reflexos na Saúde do Trabalhador. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, nº 42, 2013.
- SCHLINDWEIN, Vanderleia de Lurdes Dal Castel. *A desproteção social dos trabalhadores rurais nos acidentes de trabalho*. Textos & Contextos, Porto Alegre, v.10, n.1, p.109-117, jan./jul., 2011.
- VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. *Trabalhadores nos Canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência*. Dissertação de Mestrado. UFSCar, São Carlos, 2012.

SEGUNDA PARTE
A UNIDADE CAMPESSINO-OPERÁRIA CONTRA
O CAPITAL

CAPÍTULO V

A BURGUESIA APROPRIA-SE DE TERRAS PÚBLICAS E “TERRAS DEVOLUTAS” NO BRASIL

Artur Bispo dos Santos Neto

É impossível fazer um resgate da história do Brasil sem observar como se inscreveu o processo de expropriação das terras indígenas no tempo histórico da colonização portuguesa e como o Estado nacional, que emergiu com a falência do capital mercantil, constituiu um tentáculo poderoso de expropriação das terras indígenas, dos pequenos posseiros e dos remanescentes quilombolas. O processo de expropriação das terras indígenas pela coroa portuguesa e pelo Estado nacional serviu como mediação fundamental para a entrega paulatina dessas terras à burguesia agrária.

A violência aberta e declarada não é uma página ultrapassada de nossa história, porquanto continua a perpassar de alto a baixo as distintas regiões do país. O crescimento do agronegócio está perfeitamente articulado ao processo de intensificação dos conflitos no campo, revelando que o Estado continua a ser um fiel depositário dos interesses dos latifundiários.

Para demonstrar a natureza perdulária e nada idílica da burguesia agrária, no decorrer deste texto será problematizada a forma como o Estado permite que os grandes proprietários de terra se apropriem das terras devolutas e como o processo de

reforma agrária promovido pelos governos instituídos no Brasil desde 1990 não logrou alterar a estrutura fundiária brasileira, tão só assegurando o crescimento do agronegócio e a expropriação das terras devolutas.

5.1 A burguesia agrária apropria-se das terras devolutas no Brasil

O Brasil possui um território com aproximadamente 850 milhões de hectares. Deste total, 51% dessas terras são públicas e constam como devolutas em 2003. Isso implica afirmar que existem mais de 436 milhões de hectares de terras no país que deveriam servir ao interesse público, como reza a constituinte acerca da natureza das terras públicas e devolutas²⁵. No entanto, houve um crescimento significativo das áreas devolutas que foram apropriadas entre 1992 e 2003, pois a área total dos imóveis saltou de 310.030.752 ha para 418.483.332 ha (acréscimo de 35%) (GIRARDI, 2008, p. 3).

No entanto, o que se observa é que retirados os 120 milhões de hectares das terras demarcadas ou a demarcar para servir a preservação dos povos indígenas, e os 102 milhões de hectares reservados para funcionar como unidades de conservação ambiental, restam 192 milhões de hectares que se encontram cercados. Subtraindo a faixa de terra de 20 milhões de hectares

²⁵ Segundo Ariovaldo Umbelino (2007, p. 1): “Na região Norte estão apenas 80 milhões de hectares destas terras devolutas. A distribuição pelas demais regiões é a seguinte: Nordeste 54 milhões, Centro-Oeste 13 milhões, Sudeste 16 milhões, e Sul 9 milhões. Entre os estados que concentram grande parte destas terras devolutas estão: Amazonas 40 milhões, Pará 31 milhões, Bahia 22 milhões, Minas Gerais 14 milhões, Piauí 10 milhões, Mato Grosso 9 milhões, Maranhão 6 milhões, Rio Grande do Sul 6 milhões, Ceará 6 milhões, Pernambuco 3 milhões etc.”.

que aguardam processo de regularização pelo ente federado, restam aproximadamente 172 milhões de hectares que se acham nas mãos dos sedentos senhores de terras que constituem o agronegócio no Brasil (UMBELINO, 2007).

As terras públicas podem ser compreendidas em *stricto sensu* e em *lato sensu*. As terras públicas em *stricto sensu*, conforme o artigo 9º do Estatuto da Terra, são aquelas reservadas especificamente para obras ou serviços, são bens que integram o patrimônio público com uma finalidade específica. As terras públicas, *lato sensu*, são as que integram o patrimônio público e pertencem ao poder público. Nesse contexto acham-se as terras devolutas (MIRANDA, 2011).

O processo de apropriação de terras indevidamente não pertence apenas ao passado mais remoto do país, ele acontece ainda nos tempos hodiernos, e de forma acentuada. A burguesia nacional e a internacional simplesmente estão se assenhorando e se apropriando de 172 milhões de hectares de terras devolutas. As terras devolutas não podem servir a entes privados, pois devem ser exclusivamente destinadas à demarcação das terras indígenas, dos remanescentes quilombolas, dos pequenos posseiros, à preservação ambiental e ao processo de reforma agrária. O problema é de elevada gravidade, pois a Constituição, que ficou bem aquém do Estatuto da Terra, forjado pelo regime militar-empresarial, está sendo completamente descumprida.

O artigo 188 da Constituição de 1988 estabelece:

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou

jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

O artigo 20 da Constituição acrescenta que as terras devolutas configuram-se como bens da União, “indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei”. E o artigo 5º do Decreto-Lei n.º 9.760/46 afirma: “São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado”. O artigo 183 da Constituição e o Código Civil de 2002 (artigo 102) determina que essas terras não são factíveis de usucapião para fins privados, pois são terras públicas que não podem integrar o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse.

Ao ser devoluta, a pose da terra não assegura a propriedade privada da terra; ela pertence exclusivamente ao ente federado e não pode ser cedida aos interesses privados. Segundo Ferreira (2013, p. 1): “O termo ‘devoluta’ relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado”. As terras devolutas “são áreas que, integrando o patrimônio das pessoas federativas, não são utilizadas para quaisquer finalidades específicas” (CARVALHO FILHO, 2012, p. 1.190).

No entanto, na prática a coisa não é bem assim. O que se observa é que o poder econômico da burguesia nacional e internacional submete a terra devoluta a propósitos exclusivamente privados, que desconsideram completamente a

natureza social da terra.

O artigo 186 da Constituição afirma:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

As terras devolutas não podem entregues à burguesia agrária, porque esta detém quase que a totalidade dos 436 milhões de hectares de terras cadastradas pelo Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária) em 2003. Os dados apontam que a distribuição de terras em hectares estava constituída da seguinte maneira: “84 milhões (19%) estavam em poder dos imóveis com menos de 100 hectares; 152 milhões (35%) estavam com os imóveis entre 100 e 1.000 hectares; e os demais 200 milhões (46%) com os imóveis com mais de 1.000 hectares” (UMBELINO, 2007, p. 1). O problema é ainda mais grave porque “32 mil imóveis com mais de 2.000 hectares apoderaram-se de 132 milhões de hectares, ou seja, 15,5% do país. Entre estes 32 mil imóveis havia 6,7 mil que abocanharam 69,8 milhões de hectares, ou 8% do território brasileiro. E mais, dentre estes 6 mil havia 22 que se apoderaram de 8,3 milhões de hectares” (UMBELINO, 2007, p. 1).

O fundamento da violência existente no campo reside no fato de que a burguesia agrária apropriar-se quase que completamente das terras pela força. Segundo Umbelino, o Incra tem pleno conhecimento de que uma parte dos representantes das grandes propriedades não detém nenhum documento

comprobatório assegurando que efetivamente são donos das terras que dizem possuir: “No Rio Grande do Sul, por exemplo, há aproximadamente 7 milhões de hectares cercados, cujos “donos” não têm documentos legais. Em Minas Gerais, esse número salta para 9 milhões de hectares” (UMBELINO, 2007, p. 1).

Apesar de a Constituição afirmar que consiste num crime apropriar-se das terras públicas, nota-se que o poder econômico da burguesia agrária permite que ela descumpra o preceito constitucional e se aproprie indevidamente de 172 milhões de hectares; 22 capitalistas (com suas empresas e aglomerados) se apoderam sozinhos de 8,3 milhões de hectares, havendo ainda casos de um grupo econômico se apropriar de 4 milhões de hectares de terra.

A natureza produtiva dessas terras deve ser questionada, pois a totalidade da área destinada à atividade agrícola no Brasil não chega a 70 milhões de hectares, ou seja, a 10% das terras existentes. Isso denota a natureza improdutiva das terras no Brasil; com isso cresce ainda mais a necessidade da reforma agrária, pois grande parte das terras apropriadas indevidamente ou pela mediação do capital não tem como propósito atender às demandas humanas, senão às demandas do capital, que transforma a terra em mercadoria, submetendo-a à lógica da renda da terra²⁶ e da especulação imobiliária.

²⁶ A renda da terra é apropriada através de trabalho, produto ou dinheiro que o proprietário cobra de terceiros pela concessão do direito de produzirem através de suas terras. A renda da terra provém da mais-valia apropriada pelo arrendatário e é dividida com o proprietário da terra na forma de pagamento do arrendamento. Segundo Girardi (2008, p. 2): “O monopólio permite que os proprietários de terra imponham um preço mínimo à produção, de forma que seja possível que até os proprietários das piores terras consigam obter, além do

Um exemplo da apropriação indevida das terras públicas pode ser visto no processo que envolveu a ocupação da Fazenda Cutrale pelo MST. A mídia burguesa fez uma grande campanha contra os trabalhadores que ocuparam a referida fazenda, mas nada salientou acerca do fato de que as terras que diziam ser da Cutrale eram devolutas, ou seja, pertenciam de fato ao Estado. A Cutrale adquiriu uma terra grilada e bem sabia que os antigos proprietários não tinham documentos verdadeiros sobre ela. Mesmo assim, a referida empresa se apresentou como se fosse proprietária das terras que eram públicas. Como não pertencia à Cutrale, o Incra se viu obrigado a fazer Reforma Agrária nas terras ocupadas pelos camponeses (UMBELINO, 2007, p. 1).

A liberdade do capital no campo se manifesta na inexistência no Brasil de qualquer limite ao tamanho da propriedade, o que permite que 22 empresas acumulem 8,3 milhões de hectares. Isso coloca o Brasil como campeão mundial da acumulação de terras. Em nenhum outro país existem enormes porções de terras nas mãos de grupos privados como ocorre no

lucro médio capitalista, a renda da terra. Desta forma, a renda da terra absoluta consiste em um rendimento excedente pago pela sociedade somente pelo fato de o proprietário permitir que suas terras sejam colocadas para a produção. A partir da renda da terra absoluta é formada a renda da terra diferencial, que aparece em toda produtividade superior à das piores terras. Como o preço mínimo dos produtos é definido a partir da produtividade das piores terras, quanto mais férteis e mais bem localizadas forem as terras, maior será a renda da terra (renda diferencial I), e quanto mais investimentos forem feitos para melhorar a produtividade, também maior será a renda da terra apropriada pelo proprietário (renda diferencial II). Além disso, é possível extrair a renda da terra de monopólio em regiões restritas onde a terra possua características que permitam a produção de produtos com características particulares, produzíveis exclusivamente naquelas regiões. O mais importante a ser compreendido é que a renda da terra absoluta só existe porque o Estado garante a propriedade privada da terra – o seu monopólio”.

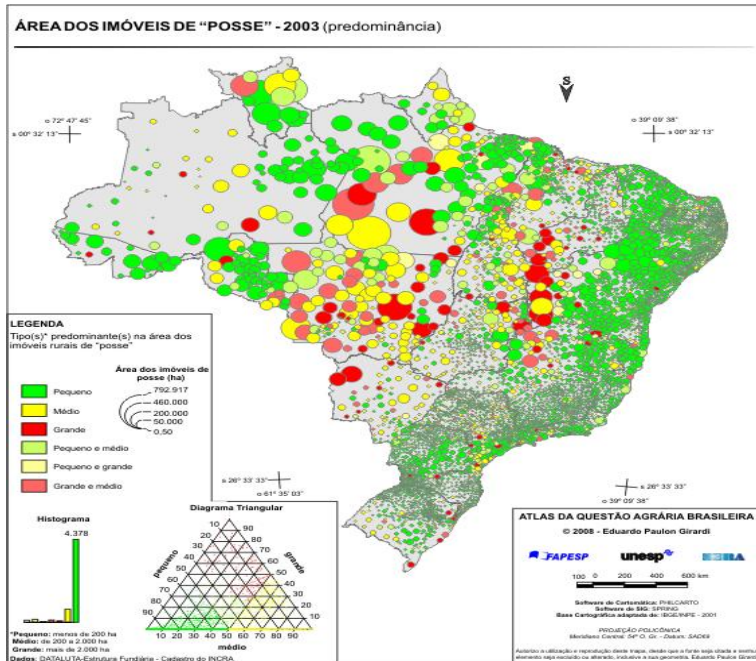
Brasil.

Para efeito de seus estudos, Girardi (2008) compreende as terras devolutas com menos de 100 hectares como áreas de “posse”. Na Amazônia legal²⁷ totalizavam 35.027.088 ha, o que correspondia a 19,8% da área total dos imóveis²⁸. Essa região é a detentora de 52,8% da área total desse tipo de imóvel no país. No mapa abaixo se observa como as áreas de posse estão distribuídas no território nacional.

²⁷ Amazônia legal engloba área de nove estados brasileiros situados na bacia amazônica, representando uma das regiões mais ricas em recursos naturais do planeta, correspondendo a um terço das florestas tropicais brasileiras. Na perspectiva de exercer um maior controle político e socioeconômico da bacia amazônica, o governo federal instituiu o conceito de “Amazônia legal”, que corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Vivem nessa região aproximadamente 60% da população indígena brasileira, mais de 13% da população nacional e 60% do território brasileiro. A região tem se constituído como palco das inúmeras lutas indígenas e camponeses contra os representantes do agronegócio (pecuaristas, madeireiras, mineradoras, plantadores de soja etc.). A violência do agronegócio contra os indígenas e camponeses tem contado com tênue apoio estatal, isso pode ser observado na Chacina da Ubá, Chacina da Princesa, Chacina de Corumbiara, Chacina do Capacete, Chacina de Haximu, Chacina de Eldorado, Chacina de Colniza e Chacina de Pau D’Arco. Na Amazônia legal aconteceu 90% dos assassinatos de lideranças camponesas e indígenas.

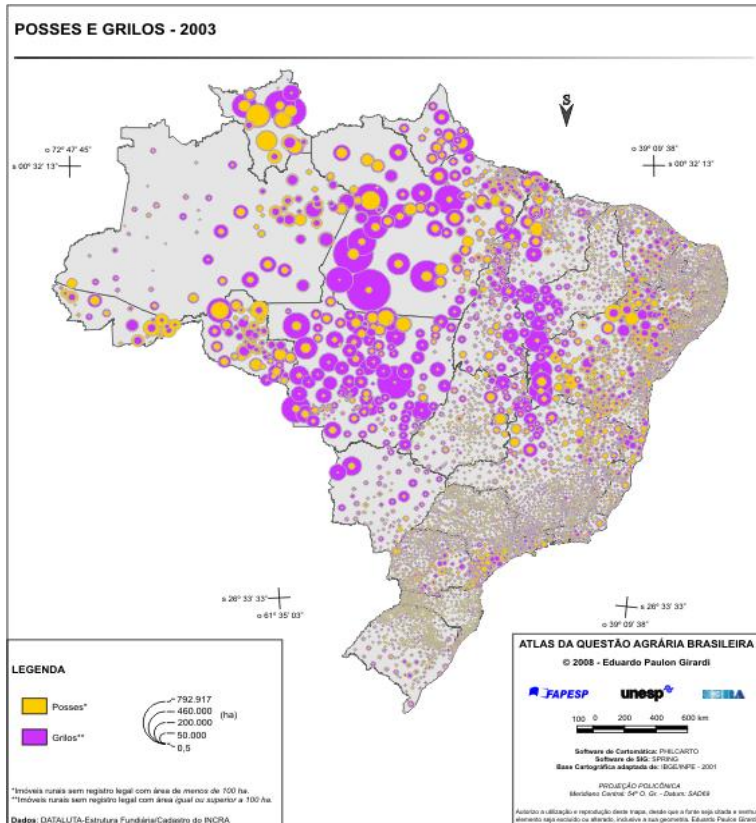
²⁸ Explica Girardi (2008, p. 4): “De acordo com o Instituto, em 2003 existiam no Brasil 1.172.980 imóveis de ‘posse’ (27,3% do total de imóveis rurais do Brasil), os quais perfaziam 66.285.346,8 ha (15,8% da área total dos imóveis rurais brasileiros). Os detentores desses imóveis eram exclusivamente ‘posseiros’ e não possuíam nenhum outro imóvel sob a condição de proprietário. Porém, além desses detentores que eram exclusivamente ‘posseiros’, o cadastro do INCRA também apresenta os dados sobre ‘posseiros’ que também eram proprietários. No cadastro, as ‘posses’ e propriedades desses detentores não são discriminadas, de forma que os dados são disponibilizados conjuntamente (somados). Em 2003, os proprietários que também eram posseiros detinham, entre propriedades e ‘posses’, 117.909 imóveis rurais e 15.529.980 ha”.

MAPA 1



Girardi considera as terras devolutas com mais de 100 hectares como “grilos”, ou terras griladas para atender às demandas do capital. Esse autor (2008) apresenta um mapa em que ele consegue localizar 36,7 milhões de hectares de terras griladas; na Amazônia Legal estão 25,4 milhões de hectares. No entanto, as terras griladas se estendem por todo o território nacional e atestam como a burguesia agrária vive da prática da apropriação de terras indígenas e de pequenos posseiros.

MAPA 2



Apesar de a Constituição de 1988 proibir a recorrência da usucapião na apropriação de terras devolutas, um conjunto de projetos de leis complementares regularizou o espólio privado das terras públicas na Amazônia Legal, conforme destaca Girardi (2008, p. 4):

Em 1993, a área de posses suscetíveis à regularização foi diferenciada para a Amazônia Legal (inciso II do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666 de

21 de junho de 1993) e fixada, para a região, em 500 hectares (inciso II do § 2º B do art. 17 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993). Em 2008 esta área máxima passou de 500 ha para “quinze módulos fiscais, desde que não exceda 1.500 hectares”, de acordo com a MP 422, de 25 de março de 2008, convertida na Lei nº 11.763, de 1º de agosto de 2008.

Para atender aos interesses do agronegócio, o estado burguês tem assegurado o processo de desmatamento e apropriação privada da Amazônia Legal, em que a floresta dizimada cede espaço aos interesses dos grandes pecuaristas, madeireiras, produtores de grãos e mineradoras nacionais e estrangeiras. Através da alteração do dispositivo constitucional, a atividade da “grilagem” é legalizada e a burguesia agrária condena a humanidade a comer capim.

5.2 Resgate histórico das terras devolutas no Brasil

O período da colonização configura-se como um momento histórico perpassado pelo esbulho desmedido das terras indígenas, em que os 5 milhões de indígenas que povoavam esta região foram dizimados mediante a violência aberta. Nesse processo, a divisão do território ocupado em capitânias hereditárias representou a política de transformação dos aborígenes em escravos para servir ao modelo de produção agroexportador, com base na monocultura e no trabalho escravo.

A subordinação do capital mercantil ao capital industrial e financeiro resultou na crise da colonização, pois a produção passou a predominar claramente sobre a circulação e impôs a abertura de novos mercados consumidores para os produtos manufaturados produzidos nas metrópoles. Nesse processo, inscreve-se a necessidade de implementar o trabalho livre e

submeter a terra à lógica do mundo das mercadorias. A existência de faixas enormes de terra no Brasil, no seu primeiro momento, impedia que a colonização portuguesa o transformasse imediatamente num escravo dos propósitos mercantilistas; sendo a terra livre, o trabalho somente poderia se dar como trabalho escravo.

Da necessidade de se deslocar o capital investido na compra da força de trabalho para o processo de acumulação primitiva de capital e para o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil é que sucede a Lei de Terras de 1850, que anistiava os grandes proprietários de terras que haviam esbulhado as terras devolutas imperiais. A referida lei legitimou as ocupações desordenadas das terras indígenas e regularizou-as para atender às demandas da burguesia agrária e do capital rentista.

Os fundamentos do relativismo que impera na apropriação privada das terras devolutas apresentam-se plenamente na referida lei. Assim, a posse irregular acaba sendo posteriormente legitimada, já que o poder econômico exerce controle absoluto sobre o Estado e o aparato jurídico constituído. Com a Lei de Terras de 1850, o termo “terras devolutas passou a designar não mais as sesmarias improdutivas retomadas pela Coroa (como nas Ordenações portuguesas), mas todas as terras do país que não tivessem título de domínio ou de uso reconhecido pelo Estado” (MIRANDA, 2011, p. 161). As terras devolutas, enquanto variante das terras públicas, não passavam das terras que foram expropriadas dos indígenas, de maneira violenta, pela coroa portuguesa.

Com a Lei de Terras de 1850, as terras roubadas dos indígenas pelo velho estado colonial deveriam agora, nas mãos do nascente Estado nacional, passar aos setores privados. Além de

poder doar as terras devolutas, traçou-se uma constelação de preceitos jurídicos que permitiam que na prática as terras pertencentes legalmente ao Estado fossem negociadas para atender aos interesses exclusivamente do capital. A história do denominado Estado nacional instituído em 1821, devido à crise do capital mercantil e à necessidade de ascendência do capital industrial, coloca em curso no país um poder parlamentar para assegurar o poderio das forças extraparlamentares, cujo vértice fundamental é expropriação do trabalho alheio e a expropriação das terras indígenas transformadas em “terras devolutas”.

Na época da Velha República, os Estados editaram um conjunto de leis que legitimava plenamente a expropriação das terras públicas. Pode-se observar isso no artigo 64 da Constituição de 1891. O crescimento econômico acentuado dos “barões do café” no oeste paulista deu-se sob a expropriação das terras indígenas. O colapso do Império e o advento da República representam a ascendência do poderio dos senhores de terras no Brasil; os estados da Federação ganharam fórum privilegiado para legislar sobre as questões relativas à deliberação acerca da natureza das “terras devolutas”.

Essa transferência para os estados possibilitou que o poder local dos latifundiários transcendesse os interesses abstratos da coletividade postulados nas constituições burguesas, mas que dificilmente ganham materialidade. A negação da universalidade abstrata do direito burguês revelou-se claramente na necessidade urgente da burguesia agrária de expandir seus tentáculos às distintas partes do território nacional.

Segundo Bercovici (2005, p. 134):

Adaptou-se então, em todos os Estados, a Lei de 1850 aos interesses

dos grandes posseiros. Os prazos para legitimação foram dilatados, e as terras públicas continuaram a ser invadidas e ocupadas por particulares, sem que o Estado pudesse ou quisesse interferir. A estadualização das terras devolutas aumentou em muito a margem de manobra e o poder de pressão dos latifundiários locais, também conhecidos por “coronéis”.

A apropriação privada das terras públicas expandiu-se em todo o território nacional. Na região que se configuraria como o centro do desenvolvimento econômico nacional, o processo não foi distinto, o que denota a natureza unitária do desenvolvimento do capital, em que processo de modernização da produção e o processo de preservação de relações arcaicas estão profundamente conectados. A configuração da legislação paulista serviu plenamente para que grandes posseiros se convertessem em grandes latifundiários e em representantes da grande burguesia agrária brasileira.

Esses posseiros conseguiram impor seus interesses sobre os demais pela mediação da violência aberta e declarada, como afirma Bercovici (2005, p. 138):

Afinal, eles eram os únicos com condições de se manter sem ser expulsos, antes expulsando os outros, pois, além do poder armado de jagunços e capangas, eram bem relacionados com as autoridades estaduais. A convivência política com os grandes posseiros obviamente prejudicou os pequenos posseiros, que frequentemente eram expulsos para dar lugar à expansão do latifúndio.

Nesse ciclo histórico ocorreram movimentos sociais forçados por pequenos posseiros, trabalhadores sem terra, antigos vaqueiros, ex-escravos etc., que tinham como centro a luta pela terra. É nesse contexto que se inscrevem Canudos, Contestado e o cangaço. A concentração de terras no Brasil não é reflexo da

ausência de uma política agrária, mas expressão contundente de como o capital é um sistema social profundamente articulado ao latifúndio e à superexploração do trabalho alheio, que tem na renda da terra uma de suas configurações.

Na época do Estado Novo, a expropriação das “terras devolutas” foi legitimada pelo Decreto-Lei 1.164/39, em que as terras devolutas podiam ser transferidas gratuitamente ou pela mediação das leis do mercado. Atividade ampliada pelo Decreto-Lei 9.760/46, que estende a concessão aos imóveis da União localizados na faixa de fronteira, consideradas como terras de segurança nacional. E ainda o artigo 99 do Estatuto da Terra, que admite o recurso da usucapião especial para as terras devolutas da União que forem ocupadas e que figurem como terras produtivas.

O Estatuto da Terra nunca passou de uma abstração; tratava-se somente de silenciar os opositores do regime militar-empresarial. Na verdade, as regras instituídas sobre o processo de constituição da reforma agrária jamais ganharam efetividade no regime político instituído para debelar e reprimir as Ligas Camponesas e a possibilidade ensejada pelo governo Jango de uma reforma de base no país, em que o poder do latifúndio pudesse ser minimizado. A formalização do primeiro PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) na década de 1980 organizou os latifundiários em torno da UDR (União Democrática Ruralista); os conflitos no campo se intensificaram e evidenciaram a necessidade de os trabalhadores sem terra se organizarem efetivamente.

5.3 Acerca da quantidade de assentamentos constituídos entre 1990-2015

A intensificação da organização dos camponeses mediante a constituição dos movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MLT), Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil (MTB), Movimento de Luta pela Terra (MTL), Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTRNE), Movimento das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) etc. viabilizou a constituição de ocupações de terra em todas as regiões do país, pressionando os governos, através do Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária), a regularizar a situação dos trabalhadores que ocuparam terras no país. Os governos acham-se articulados aos interesses do agronegócio e do latifúndio, secundarizando totalmente a efetivação do projeto de reforma agrária como elemento fundamental para minimizar o desemprego estrutural que assola os trabalhadores do campo e da cidade.

Os dados oficiais apresentados pelo Incra indicam que foram assentados no Brasil, entre 1994-2015, aproximadamente 1,34 milhão de trabalhadores sem terra. Os governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994) assentaram 58.317 famílias. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assentou 542.704 famílias. O governo Luís Inácio Lula da Silva

assentou 614.298 famílias e o governo Dilma Rousseff assentou 107.354 famílias. A média anual de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi 67,83 mil; o governo Luiz Inácio da Silva (2003-2010) obteve uma média de 76,78 mil assentados. Já Dilma, uma média de 26,58 mil assentados, abaixo da metade dos governos FHC e Lula. Isso indica que os governos petistas em nada se diferenciaram dos governos precedentes, sendo responsáveis pela aplicação da mesma política de reforma agrária que em nada se contrapôs ao movimento ascendente de concentração de terras no país. No último governo petista nota-se uma redução significativa do processo de assentamento, indicando uma tendência à paralisia que perfeitamente se aproxima da política que acometia o governo Collor e Itamar.

Os dados comprobatórios seguem abaixo.

Collor/Itamar – 1990-1994	
TOTAL	58.317
Média	14,57

FHC – 1995-2002	
1995	44.912
1996	62.044
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.226
2000	60.521
2001	63.477
2002	43.486
TOTAL	542.704
Média	67,83

LULA – 2003-2010	
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506
2006	136.56
2007	67.535
2008	70.157
2009	55.498
2010	39.479
TOTAL	614.298
Média	76,78

DILMA – 2011-2014	
2011	22.021
2012	23.075
2013	30.239
2014	32.019
TOTAL	107.354
Média	26,83

DILMA – 2015	
2015	26.335
TOTAL	26.335
Média geral do governo Dilma	26,58

Total de assentamentos	1.346.798
Média geral de assentados	51,79

Fonte: INCRA (2016) – Tabelas organizadas a partir dos dados apresentados pela Tabela “Assentamentos de trabalhadores(as) rurais – números oficiais”

Nota-se que não se deu uma distribuição uniforme entre as distintas regiões, mas que predomina uma política de distribuição de terras nas localidades em que o valor da terra se acha abaixo da média nacional, e ainda naquelas em que se concentra um maior número de conflitos. A reforma agrária somente acontece quando os camponeses resolvem enfrentar o latifundiário (grileiro), naqueles espaços em que ocorre a disputa da burguesia agrária com os camponeses pelo monopólio e controle das terras devolutas.

Nesse aspecto, as regiões do Norte e Nordeste são as detentoras dos maiores espaços geográficos de beneficiamento. O Maranhão desempenha papel protagonista com 56.813 assentamentos (1994-2015), seguido pelo estado do Pará com 143.553, Mato Grosso em terceiro, com 138.543 assentamentos. Os estados das regiões Sudeste e Sul estão entre aqueles com menor número de assentamentos, entre 1994-2015: o estado do Espírito Santo aparece com 6.228 assentamentos, Rio de Janeiro com 7.330 assentamentos e Santa Catarina com 8.383 assentamentos. Esses são três maiores e os três menores representantes dos assentamentos constituídos no Brasil nos últimos 26 anos.

Se houvesse uma distribuição uniforme do 1,34 milhão de assentamentos entre os 26 estados da federação e o Distrito Federal, ter-se-ia uma média de 1.918 assentados anualmente, o que é muito pouco ou quase nada perante o avanço do poder do latifúndio, o processo de apropriação das terras devolutas e a existência de terras improdutivas no país.

No quadro abaixo é possível visualizar o número de assentamentos realizados no país segundo cada unidade da federação.

ESTADOS	TOTAL GERAL
	1994-2015
SR-01/PA	143.553
SR-02/CE	35.694
SR-03/PE	35.462
SR-04/GO	27.450
SR-05/BA	69.548
SR-06/MG	26.526
SR-07/RJ	7.930
SR-08/SP	23.658
SR-09/PR	33.014
SR-10/SC	8.383
SR-11/RS	17.455
SR-12/MA	156.813
SR-13/MT	138.543
SR-14/AC	40.289
SR-15/AM	64.462
SR-16/MS	44.182
SR-17/RO	46.464
SR-18/PB	21.444
SR-19/RN	28.885
SR-20/ES	6.228
SR-21/AP	20.476
SR-22/AL	17.333
SR-23/SE	13.581

SR-24/PI	42.597
SR-25/RR	29.270
SR-26/TO	44.233
SR-27/MB	99.155
SR-28/DF	22.834
SR-29/MSF	16.153
SR-30/STM	63.468
UA-ALT	1.715
TOTAL GERAL	1.346.798

Fonte: INCRA (2016 – Tabela “Assentamentos de trabalhadores(as) rurais – números oficiais”)

Os movimentos sociais indicam que existem mais de 200 mil famílias acampadas esperando a reforma agrária. Débora Nunes (*apud* Madeiro, 2016, p. 1), representante da coordenação nacional do MST, afirma que “o número de famílias em acampamentos vem crescendo em ritmo maior que as desapropriações”. Somente da parte referente ao MST, são mais de 80 mil famílias que vivem em acampamentos. Ao todo, são mais de 4 milhões de famílias sem-terra que vivem e produzem no campo, na terra de terceiros, ou seja, como arrendatários. Os dados também apontam que nessas regiões concentra-se o maior de número de conflitos e assassinatos de camponeses e lideranças camponesas.

O número de assentamentos está aquém do necessário para atender às reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra. Não é objetivo deste texto investigar a particularidade da forma como tem se constituído a política de assistência aos assentamentos; é notória a ausência de políticas públicas eficientes e reina a

carência de assistência técnica, de maquinário para desenvolver a produtividade, de infraestrutura etc. A baixa quantidade de assentamentos não indica a existência de qualidade nos serviços prestados pelo Estado aos assentamentos, permitindo com isso um aproveitamento mais racional do solo e dos recursos humanos, pois claramente se observa a constituição de uma política cujo propósito fundamental é conduzir à debacle dos assentamentos e dobrar os camponeses aos propósitos da burguesia agrária e financeira no campo.

Os números de assentamentos claramente não atende à demanda dos camponeses por terra no país. A terra tem sido fartamente apropriada pela burguesia agrária nacional e internacional, e a crise econômica impõe uma nova reconfiguração da produção mundial, na qual o Brasil deve figurar como uma economia essencialmente agroexportadora. Nesse contexto, o agronegócio é chamado a desempenhar uma função estratégica fundamental no processo de reconfiguração da divisão internacional do trabalho.

Concomitantemente, observa-se um movimento de desindustrialização de determinados parques produtivos, visando fortalecer as unidades produtivas em outras praças e a produção agrícola no horizonte das demandas do capital mundial por *commodities*. O latifúndio e o agronegócio estão plenamente conectados ao processo de concentração de terras, porque isso permite a exploração capitalista: “a) através da especulação e compra antecipada da renda no latifúndio e b) pela apropriação da mais-valia no agronegócio” (GIRARDI, s/d, p. 2).

A emergência de movimentos sociais no campo dispostos a assegurar o direito constitucional da reforma agrária das terras devolutas e improdutivas ressalta claramente o caráter social da

terra e impôs que os governos do PSDB e do PT dessem alguns passos nesse sentido, mas muito aquém do exigido e do anunciado.

A intensificação do conflito no campo é expressão da forma como a burguesia brasileira entende a terra, em que o capital simplesmente devasta a natureza e expulsa os pequenos posseiros pela mediação da força. Na maioria desses conflitos observa-se que o Estado sempre comparece do lado da burguesia agrária e do agronegócio, contra os trabalhadores sem terra, descumprindo claramente os preceitos constitucionais.

A reforma agrária implementada no país nesses últimos 26 anos não alterou em nada a estrutura fundiária brasileira, mantendo intocável a estrutura agrária baseada no latifúndio e na produção para contemplar as demandas de *commodities*, e não as efetivas necessidades humanas. As propriedades camponesas estão prioritariamente voltadas para suprir as necessidades humanas de uma forma agroecológica, e não exclusivamente para atender às demandas do agronegócio.

É fundamental reconhecer o está acontecendo com as terras devolutas no Brasil e como o agronegócio segue sendo aquilo que a burguesia agrária sempre foi: uma poderosa máquina de pilhar terras indígenas transformadas em terras devolutas para propósitos exclusivamente lucrativos e rentistas. Tudo isso revela como a burguesia consiste na classe mais espoliadora que existiu na história da humanidade, o que viabiliza que o capital se configure como a máquina mais poderosa de extração de mais-valia na história da humanidade.

O desfecho da história do Brasil serve para confirmar, com centenas de exemplos, o que vaticinavam os pais da Igreja e Joseph Proudhon: “A propriedade privada é um roubo!”. A

burguesia, como a maior expropriadora da riqueza de massa, continua em seu movimento ascendente no território brasileiro, expropriando as terras públicas ou/e devolutas. O Estado configura-se como aliado fundamental de seus interesses contra os interesses dos trabalhadores.

A expansão do agronegócio e do latifúndio conta com o total apoio do Estado, revelando um modo de produção essencialmente voltado para atender às demandas da reprodução ampliada do capital, em que a modernização conservadora do campo ou a denominada “revolução verde” representam uma constelação de práticas destrutivas da natureza e perdulárias do trabalho. Em decorrência disso, crescem de maneira expressiva as taxas de desmatamento, a degradação do meio ambiente, o despovoamento do campo, a intensificação do desemprego estrutural no campo, a dispersão do campesinato, a constituição de relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, a presença das empresas estrangeiras no campo e as ameaças ao destino da humanidade.

A reforma agrária e o fortalecimento do campesinato podem representar uma forma de negação da lógica do capital caso seus protagonistas sejam capazes de fazer constar em seu projeto estratégico o socialismo como forma de a humanidade superar o sistema do capital. O modo de produção capitalista é radicalmente contrário aos interesses dos camponeses e da socialização da terra para quem nela trabalha; por isso é preciso colocar o socialismo como tática e estratégia das lutas camponesas e operárias no Brasil e em toda a América Latina.

Referências

- BERCOVICI, Gilberto. *Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- ESTATUTO DA TERRA. *LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Endereço Eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 13 de novembro de 2016.
- FERREIRA, Rafael. *O que são terras devolutas*. Endereço eletrônico: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas>. Acesso em 10/11/2016. Acesso em: 10 de novembro de 2016.
- GIRARDI, Eduardo Paulo. *Atlas da questão agrária no Brasil*. Endereço eletrônico: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm. Acesso em: 13 de novembro de 2016.
- INCRA. *Assentamentos de trabalhadores(as) rurais – Números oficiais*. Endereço eletrônico: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 13 de novembro de 2016.
- JUNGES, Márcia. *Entrevista especial com Ariovaldo Umbelino: “É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva”*. Endereço eletrônico: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/39669-e-uma-mentira-dizer-que-no-brasil-a-terra-e-produtiva-entrevista-especial-com-ariovaldo->

- umbelino. Acesso em: 10 de novembro de 2016.
- MADEIRO, Carlos. *Novo modelo freia reforma agrária e aumenta fila de sem-terra no país*. Endereço eletrônico: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/15/novo-modelo-freia-reforma-agraria-e-aumenta-fila-de-sem-terra-no-pais.htm> Acesso em: 13 de novembro de 2016.
- MIRANDA, Newton Rodrigues. *Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens*. Revista do CAAP, Belo Horizonte, n. 2, v. XVII, 2011.
- UMBELINO, Ariovaldo. *O Brasil, a reforma agrária e as terras devolutas*. Endereço eletrônico: <http://www.radioagencianp.com.br/node/2235>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.

CAPÍTULO VI

DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE DO SISTEMA DO CAPITAL²⁹

Artur Bispo dos Santos Neto

O desenvolvimento do capitalismo não se inscreveu de maneira linear e progressiva em todas as partes do planeta, senão de uma maneira irregular e bastante contraditória. Para ser mais preciso, ele sucedeu de forma desigual e combinada, em que algumas economias dependentes e subdesenvolvidas lograram alcançar o universo seletivo do desenvolvimento industrial das denominadas economias “emergentes” (Tigres Asiáticos, Egito, Iraque, Malásia, Índia, Brasil, Argentina, México etc.), enquanto outras permaneceram na condição de meras produtoras de matéria-prima na divisão internacional do trabalho.

A incipiente industrialização das economias colonizadas não logrou êxito significativo em sua totalidade, pois a voraz dinâmica monopolista do capital financeiro e a forma da composição internacional do capital sofreram uma alteração substancial no contexto de crise estrutural do sistema do capital, devido às duas grandes guerras promovidas pelo capital contra a humanidade, como forma de operar um deslocamento das contradições do sistema. No começo da década de 1970, as economias europeias e asiáticas retomaram seu processo de

²⁹ Texto publicado como prefácio do livro, *O avesso da América Latina*, organizado por Maria Adriana Torres, editora EDUFAL, 2017.

desenvolvimento econômico e passaram novamente a disputar com a economia estadunidense seus mercados.

A impossibilidade de abertura de novos mercados para atender à demanda expansionista do capital financeiro e industrial concentrada nas economias mais desenvolvidas implicou a necessidade de interceptar o movimento ascendente de desenvolvimento do nascente parque industrial latino-americano e africano. O fato de constituir-se como um desenvolvimento industrial completamente amoldado e controlado pelo capital internacional e a intensificação da crise do sistema do capital nas últimas décadas implicaram a necessidade histórica de destruir maquinário e tecnologia como *conditio sine qua non* para assegurar o processo de reprodução socioeconômico do sistema. O bloqueio do movimento ascendente do desenvolvimento industrial de um contingente significativo de países africanos e latino-americanos constituiu uma estratégia fundamental para assegurar a reprodução do sistema do capital nos tempos hodiernos.

Diferentemente das economias mais desenvolvidas, que alcançaram o estágio da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, os países da América Latina lograram essa condição somente no decorrer do século XX. E o fizeram de maneira completamente articulada à composição internacional do capital, pois subsistia um enorme obstáculo para operar um processo de acumulação primitiva de capital nos moldes da metrópole, haja vista que grande parte da riqueza expropriada era drenada para a metrópole e muito pouco restava à burguesia agrária das colônias para impulsionar o desenvolvimento industrial. A natureza colonizadora do processo de desenvolvimento socioeconômico da América Latina e da África perpassa tanto seu movimento

ascendente de industrialização quanto seu processo de desindustrialização precoce na atualidade³⁰. O caráter subordinado e dependente da economia desses dois continentes permanece e somente pode ser entendido no interior da compreensão do capital como uma totalidade dinâmica e profundamente contraditória.

Depois do processo orquestrado de destruição da economia paraguaia como a mais expressiva economia da América do Sul na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do parque industrial latino-americano se inscreverá sob o signo da neocolonização, em que o capital inglês será substituído pela presença do capital norte-americano. O desenvolvimento manufatureiro da América Latina encontra seu coroamento na década de 1950, com a hegemonia absoluta das multinacionais. Os investimentos realizados numa ponta serão completamente drenados do outro lado, e o número de investimentos realizados estará sempre quantitativamente abaixo dos recursos deslocados da economia latino-americana para as economias metropolitanas (EUA e Europa).

Observa-se a existência, nos tempos hodiernos, de um

³⁰ Para Silvestre e Haffner (2015, p. 9), “O termo desindustrialização indica simplesmente a tendência de a produção industrial (imediate) desocupar o centro do processo de acumulação capitalista. Trata-se de um fenômeno que envolve dois processos simultâneos e complementares: um de redistribuição geográfica do capital industrial, determinado por vantagens locacionais e outras associadas à internacionalização da produção, e outro de desmaterialização da produção capitalista, determinado pelo atual regime de acumulação financeira associado ao progresso tecnológico e a inovações das telecomunicações etc. O termo aponta tanto uma tendência à estagnação da indústria da manufatura como centro dinâmico da acumulação capitalista quanto o aumento da produção de mercadorias intangíveis, especialmente de serviços, no conjunto da produção capitalista”.

processo de desindustrialização prematura da América Latina (Argentina, Chile, Brasil e México) e uma decomposição da produtividade do trabalho. A desindustrialização prematura do Brasil e México pode ser observada no crescimento de suas atividades extrativistas de mineração e no avanço da produção agrícola. A redução dessas economias ao circunscrito universo da especialização na produção de *commodities* demarca o seu retrocesso ao teatro econômico do período colonial, quando essas economias não passavam de colônias com baixíssima capacidade manufatureira. A colonização inscreve toda a história dos continentes africano e latino-americano, cujo processo de independência política não resulta em sua emancipação econômica. Os interesses do capital internacional determinam completamente a forma de ser das economias latino-americanas e africanas na contemporaneidade.

Ao invés de articular-se ao desenvolvimento das economias periféricas e subdesenvolvidas, a transição do capital mercantil para o capital industrial nas regiões colonizadas esteve sempre amoldada à lógica da subordinação completa e irrestrita do trabalho ao capital, na qual a industrialização jamais representou o desenvolvimento industrial da periferia, mas tão somente uma espécie de “periferização das atividades industriais”. As metrópoles do capital internacional deslocaram para a periferia tão somente aquilo que era de seu interesse fazê-lo e dentro de um quadro de absoluto controle dos estados nascentes, mediante sua política aviltante de endividamento. A industrialização das economias subdesenvolvidas consistiu sempre numa maneira de atenuar o conflito que vigorava entre capital e trabalho nas economias centrais e em mecanismos de captura de uma taxa de trabalho excedente mais elevada na periferia do sistema.

A necessidade de elevação das taxas de apropriação do trabalho excedente mediante a intensificação da superexploração da força de trabalho colocou a necessidade permanente de reconfiguração da divisão internacional do trabalho e uma nova reconfiguração do processo de acumulação de capital. Essa configuração tende à estagnação da produção, pois uma parte crescente da mais-valia apropriada precisa ser deslocada das atividades produtivas para as atividades especulativas (capital fictício passa a subordinar completamente o capital produtivo), impedindo que o Estado continue a ser o fiel depositário do desenvolvimento industrial privado, pois o crescimento da dívida pública implica uma drástica redução da capacidade do Estado para investir e subsidiar o crescimento das empresas privadas nacionais, como fazia no ciclo histórico de pleno desenvolvimento do capital, já que mais da metade do orçamento público passa a ser drenado para o pagamento da dívida pública, além daquela parte que é investida no complexo industrial-militar.

O fenômeno da desindustrialização acontece quando a indústria começa a perder posição na composição global de massa de capital que subsiste numa determinada região. Esse fenômeno acomete especialmente as economias latino-americana e africana na contemporaneidade. No entanto, a desindustrialização generalizada das atividades produtivas acomete tanto as economias desenvolvidas quanto as economias subdesenvolvidas, pois não representa somente a drástica redução da capacidade de constituir o setor mais importante na constituição de mais postos de trabalho; isto tão somente não basta para determinar o processo de desindustrialização da economia, haja vista que a essência do sistema do capital é operar

de maneira sistemática um ataque permanente aos postos de trabalho.

É importante salientar a relação existente entre capital constante e capital variável, e como este tende sempre a cair perante o capital constante. Há uma relação simétrica entre queda dos postos de trabalho e processo de industrialização. É da essência da industrialização formar um exército industrial de reserva permanente, porquanto o capital precisa controlar a força de trabalho de maneira ubíqua e absoluta. Assim, a redução dos postos de trabalho ou o fenômeno do desemprego não serve para aferir e determinar o processo de desindustrialização, uma vez que a essência do sistema do capital é a constituição de um exército industrial de reserva.

Nesse contexto, é importante salientar que nem sempre a queda de postos de trabalho motivada pelo fechamento de determinados parques industriais representa um processo de desindustrialização de determinadas economias. Num contexto de crise do sistema do capital, é possível que a queda promovida pela destruição de parques industriais tenha como objetivo dinamizar o processo de expropriação de mais-trabalho, em que o fechamento de amplas indústrias num determinado espaço geográfico pode representar a abertura de novas indústrias, muito mais enxutas e muito mais eficientes do ponto de vista do sistema do capital. Ou seja, um amplo parque industrial pode ser fechado num local e aberto num outro ponto simplesmente para intensificar o processo de superexploração da força de trabalho ou como forma de destruir forças produtivas (maquinário e equipamentos).

Isso resulta na possibilidade de queda dum número expressivo de indústrias e trabalhadores sem que inexista a

diminuição da produtividade industrial ou a desindustrialização, apesar de subsistir uma diminuição expressiva de capital variável quando comparado com o capital constante, ou seja, com aquilo que era investido anteriormente na força de trabalho. Esse fenômeno reina principalmente nas economias mais desenvolvidas, ganhando notoriedade na divisão internacional do trabalho, pelas suas habilidades na produção de materiais com elevadas isenções tecnológicas e produtos altamente especializados.

Nos tempos hodiernos, não se pode deixar de considerar que a desindustrialização da América Latina está relacionada ao latente processo de transformação da Ásia na fábrica do mundo. Nesse processo, a América Latina ganha notabilidade pela produção de bens primários com baixa inserção tecnológica na contemporaneidade. É possível observar um processo de desindustrialização precoce das economias latino-americanas, especializadas em setores intensivos baseados em recursos naturais e minerais. Para Martins Neto (2016, p. 38), “a desagregação dos setores da indústria e dos serviços reforça a hipótese de desindustrialização precoce no Brasil e no Chile”.

O agronegócio (*agrobusiness*) único setor que continua a crescer em toda a América Latina. Pela mediação do crescimento do valor das *commodities* no mercado internacional, a economia latino-americana alcançou as taxas expressivas de 4,5% entre 2003 e 2010. A política de valorização das *commodities* (alimentos e minerais) articulada ao processo de privatização, bem como a abertura do mercado para produtos industrializados e o endividamento escorçante do Estado contribuíram de forma decisiva para a *debacle* do que se poderia denominar parque industrial da América Latina.

No âmbito internacional, o bloco formado pelos países asiáticos (Oriental e Pacífico) é o único que permanece a alimentar uma tendência de crescimento do complexo industrial — apesar das oscilações e flutuações do mercado. A China mantém uma taxa acima de 30% do PIB, enquanto as economias mais desenvolvidas do Ocidente passaram de 25,6% do PIB em 1970 para 15,4% em 2007. Bonelli & Pessôa (2010, p. 7) destacam a queda da participação da indústria nos demais blocos mundiais:

(i) países da Europa e Ásia Central (grupo que inclui a Rússia e todos os países de sua antiga área de influência), em que a participação da indústria aumentou de fins dos anos 1970 até aproximadamente 1990, para cair depois daí; (ii) um enorme grupo “outros” — que inclui a Europa Ocidental, a Europa do sul (Grécia, Portugal e Espanha) e os países de língua inglesa (Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA) — no qual a participação caiu de 25% para 15%; (iii) o grupo da América Latina e Caribe, no qual se passa de 23% para 16% entre 1970 e 2007; (iv) e a África Sub-Saara, grupo no qual a participação da indústria oscilou entre 12% e 14% nas duas primeiras décadas, subiu para 20% em 1991 e declinou daí até 2007, para retornar aos 12% do começo.

Para assegurar sua posição como fábrica do mundo e alimentar a sua fome de matéria-prima, a China buscou nas últimas décadas controlar o preço das *commodities* no mercado internacional, financiando a abertura de várias frentes de fornecimento de *commodities*. A produção de *commodities* na América Latina e na África está completamente subordinada ao mercado asiático e implicou a perda da hegemonia do capital norte-americano. Essas economias são o celeiro do mundo porque oferecem produtos agrícolas e minérios pelos preços mais baixos

do planeta. A destruição desmedida da natureza e a assombrosa capacidade de extração de mais-valia fazem com que as *commodities* constituam o fundamento da economia desses continentes e se possa deslocar parte significativa da produção industrial a outras partes do planeta.

Portanto, é fundamental promover estudos e efetuar o mapeamento do processo do deslocamento das indústrias de transformação na América Latina e como a classe trabalhadora tem procurado responder aos ataques que o capital tem orquestrado aos seus direitos, mediante a intensificação da terceirização, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. A desindustrialização do América Latina coloca na ordem do dia a necessidade histórica de a classe trabalhadora constituir uma forma de organização internacional que intercepte o poder do capital sobre o trabalho e viabilize lutas que transcendam a esfera nacional. Pela mediação de uma organização internacional dos trabalhadores será possível efetivar mecanismos de resistência contra a reconfiguração da divisão internacional do trabalho segundo os imperativos do capital e o processo de desindustrialização de partes do mundo, na perspectiva de intensificar ainda mais a superexploração da força de trabalho.

A intensificação da violência dos ataques do capital contra o trabalho cresce em todo o mundo e não pode ser obstada pela mediação de estruturas e táticas políticas defensivas, especialmente aquelas que têm como eixo a luta parlamentar, a consciência sindical e a burocracia partidária (MÉSZÁROS, 2006, p. 793). É fundamental a constituição de instrumentos políticos adequados para transformar a potencialidade expressa na crise estrutural do sistema do capital em realidade, pois

somente uma ofensiva socialista pode apresentar-se como efetiva alternativa para a humanidade superar a barbárie do sistema do capital e a ameaça de destruição das reservas e dos recursos naturais existentes na América Latina.

É preciso entender que o conjunto de ataques dirigidos contra a classe trabalhadora se inscreve em escala internacional e somente pode ser transcendido em escala internacional. Torna-se imperativa a necessidade de novas estruturas organizativas no âmbito da América Latina, para conseguir superar e transcender os distintos nacionalismos, que somente serve aos interesses da dominação do capital contra o trabalho. Os ataques e as ações do capital contra o trabalho se inscreve em escala internacional e as respostas dos trabalhadores tem sempre se limitado ao âmbito nacional. Existe uma carência de organizações que projetem ações da parte do trabalho contra o capital na esfera da América Latina.

Num tempo aberto de luta entre capital e trabalho, este precisa assumir a sua missão histórica e apresentar um futuro positivo para a humanidade, pois o capital esgotou completamente suas potencialidades construtivas e representa uma ameaça monumental ao destino da humanidade. Isso significa que o trabalho não deve se limitar à constituição de programas parciais desarticulados da necessidade internacional/universal de superar o capital.

A necessidade da mudança estrutural coloca como urgente no cenário latino-americano, pois predomina a superexploração do trabalho e a presença do imperialismo norte-americano, combinada com o sub-imperialismo brasileiro perante os países da América Latina (Bolívia, Uruguai, Paraguai, Venezuela etc.), em que as distintas burguesias nacionais constituem-se como

aliadas viscerais da burguesia internacional. O poder dos aglomerados e das multinacionais se manifestam em todos os poros da América Latina, em que as suas inumeráveis riquezas naturais, como as existentes na Amazônia Legal, constituem-se como espaços para a constituição de uma nova forma de acumulação de capital. Os ataques às terras e riquezas indígenas e camponesas constituem-se como vetores de um processo de expropriação que se inscreve em todas as partes da América Latina.

Os efeitos da crise econômica de 2008 no território latino americano servem para suscitar a necessidade de uma resposta do trabalho ao capital numa escala não apenas nacional, mas especialmente em escala continental. A relevância socioeconômica do Brasil (Argentina, México e Chile) sobre a América Latina denota a possibilidade deste exercer um papel relevante na constituição de um processo que represente a completa transcendência do capital pelo trabalho, uma possibilidade que se inscreve de maneira distinta das economias débeis como a cubana, venezuelana, nicaraguense etc.

Por sua vez, a ascendência da direita no Brasil, Paraguai, Peru, Argentina, Colômbia denota os limites da social-democracia e dos governos de conciliação de classe (Venezuela, Argentina, Brasil, Paraguai etc.). Há uma necessidade histórica de apresentar para a classe trabalhadora o socialismo como efetiva alternativa ao sistema do capital e que este não pode se constituir pela alto (como na Venezuela) ou mediante o controle dos espaços institucionais do Estado burguês (Bolívia, Brasil, Honduras, Nicarágua etc.), mas pela mediação do avanço da consciência de massa socialista.

Neste cenário é fundamental apostar no processo de

intensificação das lutas operárias, camponesas e estudantis que tenham como *démarche* a contraposição ao capital, como o processo de ocupação de escolas pelos estudantes e professores universitários e secundaristas no Chile, no Brasil e México (região de Oaxava, Chiapas etc.)). Pela ocupação de fábricas, como aconteceram na Argentina (2002) e na Venezuela (2002). Nesse contexto, é importante fortalecer os movimentos que desenvolvem uma luta sem trégua ao capital e aos governos imperialistas da Colômbia, México, Paraguai, Panamá, Peru etc. Existe uma necessidade de aprender com os movimentos camponeses e indígenas da região de Chiapas no México, dos camponeses da Colômbia, dos indígenas da Bolívia, dos movimentos de bairros na Venezuela (Círculos Bolivarianos) etc.

É preciso fortalecer o polo do trabalho contra o capital no âmbito de toda a América Latina, para isso torna-se essencial a produção de livros como a coletânea organizada pela professora Adriana Torres, “O avesso da América Latina: contradições e perspectivas”, que suscita o debate acerca da continuidade das veias abertas da América (Eduardo Galeano) e do processo de expropriação monumental de sua força de trabalho. Nesse contexto se coloca como essencial a apropriação e elucidação da teoria da dependência de Rui Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotônio dos Santos, Jaime Osório, André Gunter Frank etc. Entendemos como tarefa elementar o aprofundamento dos estudos acerca da realidade latino-americana, pois prevaleceu na academia brasileira uma profunda desconsideração, para não dizer desconhecimento, acerca das questões fundamentais candentes na América Latina.

O diálogo com a América Latina é importante para a constituição de uma ofensiva do trabalho contra o capital, pois

dela emana a inspiração dos movimentos sociais e políticos que gestaram seus processos revolucionários. A história do Brasil é carente deste legado revolucionário, pois seus movimentos sociais sempre foram movimentos de resistência (defensivos), em que nem mesmo o movimento de guerrilha contra a ditadura teve no Brasil uma positividade como em distintos países da América Latina. O cenário brasileiro tem muito que aprender com os zapatistas do México, com a guerrilha colombiana, com os Círculos Bolivarianos da Venezuela, com o movimento indígena da Bolívia e o movimento camponês e operário de toda a América Latina.

O livro organizado pela Profa. Maria Adriana Torres não deixa de inscrever-se no horizonte das táticas fundamentais na constituição do projeto estratégico de emancipação do proletariado latino-americano. A intensificação da luta de classes na América Latina coloca a urgência da constituição de uma aprendizagem que colabore no desenvolvimento de uma consciência que transcenda a esfera nacional e demonstre a relevância de articulação das lutas que se inscrevam num arco mais abrangente e universal, ou seja, que tenham como tarefa articular as lutas nacionais com as lutas dos trabalhadores e camponeses de toda América Latina.

Referências

- BONELLI, Regis – PESSÔA, Samuel de Abreu. *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Fundação Getúlio Vargas, n. 7, IBRE, Março de 2010. Disponível:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%E7%E3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>
- MARTINS NETO, Antônio Soares. *Desindustrialização prematura na América Latina? Uma breve análise*. *Informes Fipe*. Fevereiro de 2016. Endereço eletrônico:
<http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/bif425-34-43.pdf>
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SILVESTRE – HAFFNER. *Globalização financeira e desindustrialização no Brasil*. Endereço eletrônico:
<http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/09/globalizacao.pdf>
- PERES, José Carlos Prado. *A desindustrialização e a reprimarização da economia no processo de desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: ESG, 2013.

CAPÍTULO VII

A UNIDADE CAMPESINO-OPERÁRIA CONTRA O CAPITAL

Artur Bispo dos Santos Neto

Os camponeses formaram-se nos interstícios da colonização lusitana do Brasil, no período histórico em que o capital não dominava completamente a produção e recorria às formas anacrônicas de controle do trabalho até poder criar as condições propícias para exercer seu poderio absoluto sobre o trabalho, após a Revolução Industrial. No período histórico da colonização, o campesinato subsistiu como um apêndice fundamental ao desenvolvimento da economia escravista; sua produção serviu para subsidiar a si mesmo e à estrutura social assentada na produção agroexportadora.

A economia de subsistência desenvolveu-se no interior da produção escravista, como forma de assegurar a produção dos gêneros alimentícios básicos à existência do escravo enquanto tal. Isso implicou uma intensificação da exploração do trabalho escravo, porquanto este tinha de cuidar da produção agroexportadora e ainda da produção para assegurar sua existência enquanto escravo. Os camponeses subsistiram como uma classe secundária no processo de colonização, haja vista que o trabalho escravo se constituía como sua matriz fundamental, ao tempo que as condições materiais amadureciam até o surgimento do trabalho assalariado. Nesse contexto, os camponeses existiram

enquanto indígenas radicados nas matas, ex-escravos libertos da opressão senhorial e posseiros vacantes pelos sertões, com suas criações de animais.

Os camponeses continuaram existindo no período de transição do capital mercantil para o capital industrial, mediante a exploração do trabalho do colonato; neste, os imigrantes italianos cumpriram funções essenciais no processo de acumulação de capital para o desenvolvimento da indústria nacional. Foram eles os responsáveis pela produção dos gêneros alimentícios necessários ao mercado interno, num contexto em que o latifúndio se dedicava exclusivamente à produção agroexportadora.

A Lei de Terra de 1950 permitiu que a burguesia agrária pudesse realmente apropriar-se das terras dos pequenos posseiros, dos camponeses, dos indígenas e dos remanescentes quilombolas. O Estado burguês criou as condições adequadas para que o fim da escravidão resultasse na completa destituição de terra e em condições adequadas para que o ex-escravo pudesse reproduzir sua existência objetiva e subjetiva, destinando-se à escravidão assalariada. Desde então, o desenvolvimento das relações capitalistas trataram os camponeses como uma classe que representa um entrave ao seu pleno desenvolvimento econômico. Com a crise internacional de 1929 e a necessidade de o capital ampliar o mercado interno para os produtos manufaturados, a terra passa por um processo de readequação aos propósitos do mercado. Uma nova ofensiva no campo será orquestrada no sentido de transformar os camponeses no proletariado rural e urbano.

O regime militar-empresarial instituído em 1964 ampliou o poderio das multinacionais e do agronegócio no país; a

modernização conservadora no campo serviu para viabilizar a denominada “revolução verde”, em que o Estado se constituiu como arauto fundamental do processo de expropriação dos camponeses, tentando a todo custo interceptar a possibilidade da reforma agrária anunciada no bojo das reformas de base do governo Jango.

A repressão desencadeada contra as Ligas Camponesas pelo regime empresarial-militar de 1964 não implicou o desaparecimento do campesinato, mas o seu crescimento, graças ao surgimento de movimentos sociais no campo como MST e CPT. O Censo Agropecuário de 2006 assinala a existência de 5,2 milhões de estabelecimentos camponeses, representando mais de 11,7 milhões de camponeses, que ocupam 24,3% dos estabelecimentos agropecuários (menos de 50 hectares) existentes no país (CARVALHO, p. 8-10). Os dados apontam para um crescimento de mais de 400 mil estabelecimentos entre 1995 e 2006.

A reforma agrária realizada entre 1990 e 2016 assentou somente 1,3 milhão de famílias camponesas; ainda existem mais de 4 milhões de camponeses acampados ou vivendo em terras arrendadas. Isso denota que o número de camponeses no Brasil, considerando os sem-terra, ultrapassa 20 milhões de pessoas. Os 11,7 milhões de camponeses são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira, pois o agronegócio desenvolve uma produção voltada exclusivamente para atender às demandas do mercado internacional. O referido Censo Agropecuário revela que provém da produção camponesa “87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 5% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos” (CARVALHO, 2010c, p. 11).

A novidade não consiste no fato de serem os camponeses o fundamento da produção de alimentos para abastecer a população brasileira, mas no fato de que os camponeses nas últimas décadas constituírem uma classe em luta contra o latifúndio. O agronegócio intenta expandir os seus tentáculos em todo o território nacional e busca esmagar o camponês de diferentes formas, tanto mediante a violência aberta e declarada, quanto mediante a constituição de uma constelação de mecanismos, a exemplo dos contratos abusivos de controle da produção, arrendamento e parcerias que pretendem o retorno dos camponeses ao tempo do cativo e do trabalho semiescravo.

A tentativa de constituição de uma unidade tática entre camponeses e operários na perspectiva de constituição do socialismo como alternativa ao sistema do capital padece dos problemas inerentes à dificuldade de ambas as classes sociais fazerem o trânsito de classe em si a classe para si. Tanto os proletários quanto os camponeses acham-se subordinados à lógica do capital, pois subsiste a dependência dos camponeses em relação ao capital.

Ao invés de os camponeses e operários estabelecerem uma aliança estratégica para derrotar o capital, reina no cotidiano a fragmentação entre as duas classes dominadas pelo capital, uma fragmentação que se expressa no conjunto de atitudes que denota como a ideologia burguesa se introduz no interior dos camponeses: mediante a difusão da mentalidade do pequeno proprietário de terras que sonha em transformar-se no grande proprietário ou no agricultor bem-sucedido. Essa ideologia burguesa também se reproduz no interior do proletariado, que aspira à ascendência social mediante a acumulação de uma parte de seus salários ou o prolongamento de sua jornada de trabalho.

A capitulação do proletariado resulta na ausência de movimentos efetivos e das organizações operárias que se oponham aos processos de terceirização, flexibilização, desregulamentação do trabalho etc.

A subordinação sistemática do proletariado ao capital configura-se nos mecanismos de aperfeiçoamento de controle do trabalho. O trabalho mostra-se cada vez mais fragilizado e sem apresentar movimento tenaz de resistência ao capital. Nesse contexto, os camponeses parecem mais dispostos a enfrentar o capital agrário do que o proletariado rural, haja vista que o temor da demissão fragiliza totalmente a possibilidade de uma unidade entre as duas classes sociais responsáveis pela produção da riqueza da sociedade. No entanto, a relação de subordinação dos camponeses e operários ao capital não implica que essas classes não possam emancipar-se do capital; para isso seria necessária uma ruptura radical com a ideologia burguesa e a constituição de um projeto estratégico bem delineado.

Apesar da subordinação do campesinato ao capital, subsiste um movimento de enfrentamento cotidiano ao latifúndio e à estrutura agrária brasileira. As contradições entre as práticas produtivas camponesas e as práticas reprodutivas do capital podem ser observadas na forma como ambas estabelecem sua articulação com a terra e o mundo natural. Enquanto o capital é um sistema social exclusivamente voltado para o lucro e para o processo de acumulação de mais-valia, e se relaciona com a natureza de forma predatória e destrutiva, recorrendo aos agrotóxicos, herbicidas, formicidas, sementes transgênicas, fertilizantes industrializados, entorpecentes e insumos químicos e industrializados, os camponeses conseguem desenvolver uma produção fundamentada em saberes adquiridos pela tradição e em

pressupostos agroecológicos. Enquanto o capital estabelece uma relação mecânica com o tempo – em que o tempo é tudo e o homem é nada, em que o tempo é tudo e a natureza é nada –, os camponeses estabelecem outra relação, bem diversa desta, com o tempo.

Na perspectiva de atender às demandas do capital e à urgência que este possui para converter as coisas naturais e o trabalho humano em dinheiro, o capital amolda o conhecimento científico a seus pressupostos destrutivos. Os recursos não renováveis existentes são completamente estilhaçados pelos instrumentos mecânicos do sistema, que intentam converter tudo em lucro.

Como o capital é um senhor todo-poderoso que não admite conviver pacificamente com nenhum outro modo de produção, ele declara guerra permanente às formas precedentes de organização da produção e distribuição da riqueza. Através de seu poderio financeiro, o capital lança suas teias invisíveis para subordinar completamente os camponeses aos seus propósitos mediante contratos bancários e sua política de empréstimos, submetendo os camponeses aos pacotes prontos do agronegócio e das grandes empresas envolvidas na produção de sementes transgênicas.

Carvalho (2010c, p. 9) afirma que a relação dos camponeses com o mercado representa uma forma de cativeiro, em que a luta contra o latifúndio se converte em luta contra “os atravessadores comerciais representantes de grandes empresas comerciais e agroindustriais que lhes impingem baixos preços relativos para os seus produtos”. A produção diversificada é uma forma tanto de contrapor-se ao latifúndio quanto à lógica reificante do mercado. Produzir de maneira diversificada significa uma forma de

autonomia relativa perante os interesses dos grupos comerciais e agroindustriais; significa produzir para atender às demandas humanas e não às demandas do mercado.

Ante os mercados hegemonizados pelos trustes e pelas grandes redes comerciais, o camponês se sente como uma classe convalescente e incapaz de superar o cativo da terra e o cativo do capital. Os imperativos do poder absoluto do sistema do capital se revelam nas dificuldades monumentais de enfrentar as relações concorrenciais ensejadas pelo mercado; as políticas sociais compensatórias servem muito mais para tutelar a produtividade camponesa aos interesses dos grupos comerciais do que para promover a autonomia relativa.

Apesar da hegemonia do capital sobre os camponeses, sempre há a possibilidade de focos de resistência mediante práticas coletivas e comunitárias que se contrapõem ao poder tecnológico do latifúndio, aos comportamentos sociais assentados na propriedade privada e ao individualismo possessivo que transforma a terra numa mera mercadoria de consumo. Apesar dos ataques da burguesia agrária, na perspectiva de exterminar completamente os camponeses do cenário socioeconômico brasileiro, estes persistem a enfrentar, com suas armas artesanais e rudimentares, o poder descomunal do latifúndio.

Segundo Carvalho (2010a, p. 7):

É possível sugerir que a afirmação da autonomia relativa do campesinato contemporâneo perante o capital constituiria uma “negação da negação” da racionalidade capitalista no campo (e do capitalismo amplo senso). A lógica camponesa nega quem lhe nega, ou seja, nega a reprodução ampliada do capital, que na sua dinâmica reprodutiva nega o campesinato.

Os camponeses resistem mediante um conjunto de ações orquestradas pelos movimentos e organizações sociais que pressionam o Estado burguês no sentido de assegurar a existência de determinadas políticas públicas. Numa sociedade de classes, em que a burguesia tem a completa hegemonia do Estado, todas as políticas públicas têm como propósito submeter os camponeses à lógica da burguesia agrária e ao agronegócio. Nesse contexto, é possível observar que ocorre um poderoso processo de cooptação das lideranças camponesas e dos movimentos sociais e sindicais que atuam no campo, nos quais a cantilena da conciliação de classe encontra grande ressonância. É um processo que busca impor a inexistência de alternativa ao sistema do capital e a forma de ser precisamente assim do agronegócio, em que o mundo social e natural deve ser completamente submetido à racionalidade hegemônica.

Em vez de afirmar a capacidade estratégica que os camponeses possuem de contrapor-se ao capital, subsiste uma plêiade de lideranças sociais e sindicais que prefere incorporar a cantilena do capital, e pela mediação das políticas públicas, advoga o impossível: a possibilidade de reformar o sistema do capital. Trata-se do receituário ideológico que busca conciliar os interesses antagônicos entre capital e trabalho, capitalismo agrário e campesinato.

É preciso reafirmar categoricamente a impossibilidade de conciliar os interesses dos camponeses com os interesses do agronegócio, os interesses camponeses com os interesses da burguesia agrária, pois ela pretende varrer do mapa os camponeses. Isso ainda não foi feito completamente porque os camponeses conseguem resistir tenazmente aos duros golpes desferidos. A contradição entre essas duas classes sociais não se

apresenta no chão da fábrica ou num espaço hegemonicamente dominado pela burguesia, como acontece com o proletariado rural. O fato de não constituir um destituído da terra como os trabalhadores assalariados torna o camponês um sujeito distinto em sua relação com o capitalista. A dominação da burguesia sobre o camponês dá-se mediante a apropriação da riqueza produzida por essa classe social, através dos contatos de empréstimo bancário, de arrendamento de terra, de produção exclusivamente destinada aos bancos e empresas privadas, sob a mediação do Estado.

A dominação da burguesia sobre os camponeses revela-se claramente quando o camponês vai ao mercado tanto para adquirir os créditos necessários a fim de tornar a terra mais produtiva e minimizar a natureza embrutecida do trabalho braçal, quanto no instante em que ele leva seus produtos ao mercado para convertê-los em dinheiro e com isso assegurar o pagamento das dívidas contraídas e a reprodução de sua existência, haja vista que os assentamentos não se constituem como unidades autossuficientes ou autônomas. Isso obriga o camponês a deslocar-se até o mercado para transformar seu produto numa mercadoria denominada dinheiro. Convém esclarecer que o dinheiro em suas mãos não se transforma em capital, mas somente numa mediação para operar a relação de troca entre coisas fundamentais à reprodução de sua existência enquanto classe social. É um processo de circulação simples que pode ser expresso na forma M-D-M, e não na forma da produção do capital (D-M-D').

Como a acumulação resultante do processo de produção camponesa é uma reprodução simples e não uma reprodução ampliada como na reprodução capitalista, o camponês precisa

cotidianamente retornar à terra para produzir os elementos necessários à reprodução de sua existência material, e retornar ao mercado para converter sua produção excedente em dinheiro e trocá-lo pelas coisas necessárias à reprodução de sua existência. Nesse processo de produção camponesa não é possível localizar diretamente a existência de mais-valia ou da expropriação do trabalho alheio, pois as unidades produtivas constituídas são efetivadas pelos próprios camponeses enquanto classe social que detém a posse da terra. A produção do valor não constitui a essência da produção camponesa.

Enquanto os camponeses desenvolvem uma produção exclusivamente para atender às suas demandas, a burguesia agrária desenvolve uma produção completamente voltada à produção do valor de troca e fundamentada na apropriação do trabalho excedente, como sustentáculo essencial da existência do capital. Pela relação contraditória entre capital constante e capital variável, a burguesia agrária intensifica o processo de expropriação do sobretrabalho mediante a ampliação do investimento no capital constante em detrimento do capital variável. Isso requer um processo de modernização do campo sem que ocorra a melhoria das condições de vida do proletariado rural. Pelo contrário, onde reina o latifúndio predomina a constituição de relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, pois os modelos tecnológicos altamente sofisticados no campo estão plenamente conectados ao processo de superexploração da força de trabalho.

Ao contrário da produção camponesa, a agricultura desenvolvida pela mediação da mecanização científica da produção e da especialização tecnológica, com insumos agrícolas e agrotóxicos, exige uma produção altamente terceirizada, que

acentua a expulsão dos trabalhadores assalariados do campo e resulta na desertificação humana de extensas regiões de terra no Brasil.

É evidente que numa forma de sociabilidade inteiramente controlada pelo capital, a resistência camponesa não constitui uma tarefa fácil. Apesar de o capital determinar as necessidades humanas no interior desse sistema sociometabólico, não se pode desconsiderar completamente o fato de que a economia camponesa também é forjada nos preceitos da economia de subsistência ou como uma produção voltada principalmente ao autoconsumo. A contradição existente entre produção destinada ao mercado e produção voltada ao autoconsumo indica a existência da contraposição entre valor de uso e valor de troca, porquanto o valor de uso não se acha completamente amoldado ao valor de troca. Isso não quer dizer que subsista uma negação do sistema do capital de maneira incisiva, pois na história do Brasil o capital sempre admitiu a possibilidade de a economia de subsistência existir como um apêndice do latifúndio, uma vez que a forma da composição internacional do capital e sua divisão internacional do trabalho admitem a existência da economia camponesa nos seus interstícios, como uma forma de intensificação das relações de expropriação do trabalho do escravo na época da colonização e do colonato na época da exploração do trabalho dos imigrantes nas plantações de café no oeste paulista.

Os camponeses devem selecionar no interior do desenvolvimento das forças produtivas aquilo que serve para potencializar a produção, em que o afastamento das barreiras naturais não implica a destruição dos recursos naturais, desenvolvendo uma produção eminentemente planejada. Devem

apropriar-se positivamente do desenvolvimento científico e tecnológico, visando minimizar os efeitos deletérios do trabalho manual, enquanto expressão do esforço penoso dos camponeses para preparar o solo, desenvolver o plantio e possibilitar a colheita de seus produtos. Nesse contexto, é salutar a aliança fundamental que os camponeses precisam estabelecer com o proletariado, no sentido de apropriar-se das benesses da produção fabril.

O fortalecimento da autonomia relativa dos camponeses perante o capital exige recusar a forma da produção centrada na subordinação do valor de uso aos propósitos do valor de troca, da produtividade articulada ao agronegócio mediante a produção de cana-de-açúcar, bovinos para corte, cereais para exportação etc., da reprodução nos assentamentos da prática do trabalho assalariado por meio da exploração do proletariado do campo, da identificação da produção camponesa à lógica da “agricultura familiar” e aos preceitos do empreendedorismo. Carvalho (2010b) compreende como autonomia relativa do campesinato perante o capital a negação das práticas rastejantes de reprodução ampliada do sistema metabólico dominante.

A ofensiva do campesinato contra o capital presume a constituição de táticas que tenham o socialismo como alternativa a este modelo econômico que somente consegue se autorreproduzir ampliando a superexploração da força de trabalho, intensificando a destruição da natureza e colocando em risco o destino da humanidade. Os camponeses são uma classe antípoda ao capital porque se contrapõem ao latifúndio e postulam a necessidade de uma reapropriação social das riquezas naturais e da terra. A posse da terra e dos recursos naturais não renováveis não deve ser confundida com a propriedade privada, pois estes pertencem a toda a humanidade.

A posição que a burguesia ocupa no processo de reprodução do capital impede-a de considerar a terra e os bens naturais como pertencentes à totalidade social, já que a propriedade privada dos meios de produção constitui a essência desse sistema social. Por questões estratégicas, o principal aliado dos camponeses somente pode ser o proletariado. Por mais que a burguesia agrária tente flertar com os camponeses, é preciso ter claro que são duas classes antagônicas e que nenhuma conciliação é possível.

A lógica camponesa não pode se coadunar com o capital, porque o capital importa sempre na destruição da pequena propriedade e na destruição da relação harmoniosa do homem com a natureza, porquanto as formas de reprodução que não se submetem aos preceitos do tempo reificante do capital acham-se condenadas a desaparecer. A aliança com o capital implica que o camponês deva ser uma figura subalterna às empresas capitalistas que controlam o campo e a produção agrícola; todas as inovações efetivadas têm como vetor central a ampliação da taxa de lucro dos capitalistas.

O capital é um sistema essencialmente concentrado na produção de mais-valia. A produção de mercadorias está articulada à produção de mais-valia, pouco importa se essa produção atende ou não às necessidades fundamentais dos seres humanos. Assim, o capital não está interessado em produzir alimentos saudáveis para abastecer a humanidade, e muito menos em preservar a natureza mediante processos produtivos que respeitem o sistema ambiental e a biodiversidade. A produção capitalista é sempre sinônimo de degradação ambiental e colapso das riquezas naturais. A diversidade de plantios e a biodiversidade reinante nas produções camponesas contrapõem-se ao modelo que tem na monocultura e no latifúndio sua essencialidade.

O aliado fundamental do camponês é o proletariado. Através da aliança com o proletariado é possível fortalecer-se na luta contra a expansão do agronegócio e da ideologia centrada na dependência das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado. É fundamental superar a ilusão de que o Estado burguês dispõe de políticas sociais que não tenham como estratégia fundamental obstar os movimentos sociais e as lideranças camponesas que resistem ao capital. As políticas públicas que afirmam a necessidade da reforma agrária não passam de mecanismos ideológicos que visam impedir a superação do sistema do capital. Pela mediação das políticas sociais governamentais se difunde a ilusão de se ofertar uma face humana ao capital, com o intuito de converter as organizações camponesas em mecanismos de amortização da luta de classes.

A contraposição entre o capital e os camponeses revela-se na existência de inúmeros conflitos no campo; nestes, a burguesia agrária tanto recorre ao aparato repressivo do Estado quanto às suas milícias privadas. A criminalização dos movimentos sociais no campo não foi atenuada nem mesmo na época dos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff. O projeto de reforma agrária no Brasil nunca conseguiu se efetivar, pois o processo de desapropriação de terras sempre foi resultante da pressão exercida pelos camponeses sem terra, isto é, dos acampados, dos posseiros, dos quilombolas e dos indígenas. A intensificação do conflito no campo requer que os camponeses se preparem para enfrentar o projeto de apropriação privada das terras e das riquezas naturais pelo capital. Em nome dos interesses da humanidade e de uma forma saudável de articulação do homem com a natureza, torna-se imperativa a unidade dos camponeses e operários, a fim de constituir uma ofensiva de massa socialista.

A expansão do agronegócio revela como a burguesia, com o apoio do Estado, apropria-se das terras públicas e das terras devolutas, controla completamente os mananciais de água potável e dos rios, devasta as florestas e os manguezais, declara guerra permanente aos camponeses e institui a violência no campo, assassinando constantemente camponeses.

O projeto tático e estratégico dos camponeses é avesso ao agronegócio e ao latifúndio, que degradam a terra e esterilizam os solos. Aquele se dá mediante uma apropriação social da natureza; este último, pela apropriação privada das riquezas naturais. O projeto dos camponeses deve promover a superação do fardo do trabalho penoso e com baixo nível de desenvolvimento tecnológico e viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas com a biodiversidade e a defesa do ecossistema.

A unidade entre camponeses e operários permite pensar um projeto estratégico de sociedade que transcende completamente o ideário pequeno-burguês. Em vez de sucumbir à ideologia que tenta transformar o camponês num pequeno proprietário de terra ensimesmado, a terra deve ser, em mãos camponesas, um espaço de socialização e desenvolvimento de práticas coletivas e de interação com a totalidade social.

Na conquista da terra, os camponeses desenvolvem uma nova forma de sociabilidade; nesta, o saber popular apropria-se do saber científico, eliminando os elementos vinculados à lógica destrutiva do capital. A conquista da terra pelos camponeses se constitui como afirmação radical contra a ideologia do agronegócio e do latifúndio, visando à afirmação da biodiversidade e da agroecologia, como um mecanismo de negação radical à prática destrutiva de um sistema social que nada tem a oferecer de positivo para a humanidade.

Referências

- CARVALHO, Horácio Martins de. *Na sombra da imaginação* (1): reflexão a favor dos camponeses. Curitiba, abril de 2010a.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *Na sombra da imaginação* (2): a recamponesação no Brasil. Curitiba, maio de 2010b.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *Na sombra da imaginação* (3): o camponês e a superação de um “destino medíocre”. Curitiba, agosto de 2010c.

TERCEIRA PARTE
INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DE CLASSES
NO BRASIL

CAPÍTULO VIII

OS GOVERNOS PETISTAS E A CONTINUIDADE DO NEOLIBERALISMO

Marcos de Oliveira Silva³¹

No fim dos 90, a América do Sul vivia um movimento de oposição ao avanço do neoliberalismo e das políticas adotadas a partir do consenso de Washington, que só aumentavam a pobreza e precarizavam ainda mais os serviços mais básicos e elementares à população, como saúde, educação, saneamento básico e até mesmo alimentação e acesso à água potável.

Nesse período ocorreram na Argentina grandes manifestações de rua e protestos quase diários. Com a miséria e o desemprego assolando a classe trabalhadora e uma classe média proletarizada e afetada pelos bloqueios dos depósitos bancários, as manifestações contrárias ao neoliberalismo foram capazes de lotar a Praça de Maio, diante do Palácio do Governo, em dezembro de 2001, e obrigaram o presidente Fernando de la Rúa a abandonar o poder e fugir de helicóptero. Na Venezuela, a insatisfação com o neoliberalismo levou à vitória de Hugo Chávez, em 1998, com uma campanha centrada no combate à pobreza, a partir de uma crítica à globalização e ao próprio liberalismo.

Tanto na Argentina como Venezuela os governos tentaram aplicar modelos populistas que, ao fim e ao cabo, salvavam o

³¹ Professor de História.

capitalismo da possibilidade de um movimento de massas revolucionário e anticapitalista. Em particular, no caso da Venezuela, os avanços nas áreas sociais foram mais visíveis, com o Estado passando a controlar integralmente a PDVSA e adotando uma postura anti-imperialista. Os avanços do chavismo, entretanto, não passaram dos limites do capitalismo, nem sequer chegaram ao reformismo; seu discurso de socialismo do século XXI é a própria negação da possibilidade de construção do socialismo como superação do capital e do Estado, como substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado.

No Brasil, a aristocracia operária e a burocracia sindical cuidaram logo de canalizar toda a insatisfação com o neoliberalismo para a eleição de Lula do PT em 2002. Naquele momento o Partido dos Trabalhadores, até então identificado como o maior partido de esquerda do país, tentava ocupar um lugar de proa na gestão do capital, prometendo uma administração moderna, participativa e com um milagroso pacto social que seria vantajoso para todas as classes.

Para Santos Neto³², citando Coelho:

Para enfrentar a ofensiva neoliberal, Aluísio Mercadante defende como fundamental a constituição de um amplo mercado de consumo de massas, medidas de radicalização da democracia (controle social do Estado e do mercado), planos para garantir o crescimento econômico com estabilidade, reforma do Estado. Nessa perspectiva impunham-se as reformas previdenciária e tributária, o aprimoramento das câmaras setoriais, as privatizações e a reforma do Estado. (2005, p. 234).

³² “A trajetória do PT e o *Impeachment* de Dilma”. Disponível em <http://espacosocialista.org/portal/?p=3784>. Acesso em 27/11/2016.

Uma união entre empresários do setor produtivo, sindicatos e movimentos sociais capaz de gerar crescimento econômico com justa distribuição de renda. No programa de governo divulgado na campanha de 2002, o partido tentava diferenciar-se do PSDB a partir da prioridade no social e na democratização do Estado. O programa afirmava: “a implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios”.

Curiosamente, essas palavras se encaixariam perfeitamente no discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na campanha de 1994, também focada no social como prioridade e na defesa da soberania nacional. As semelhanças entre PT e PSDB não ficariam apenas no discurso de campanha, mas se tornaram ainda mais nítidas quando Lula assume a presidência em 2003, fazendo desmoronar o sonho daqueles que ainda acreditavam em mudança pela via do parlamento e exemplificando o que Marx afirmou nas *Glosas críticas*: “Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado” (p. 4).

A campanha de Lula foi planejada pelo marqueteiro de Paulo Maluf, o mago da publicidade política, Duda Mendonça. A ideia central era apagar a imagem de revolucionário e radical, diminuir o tom de vermelho em torno do PT. A expressão “Lula Light” chegou a ser utilizada pelos órgãos de imprensa para caracterizar o discurso da propaganda eleitoral em 2002. A estratégia de *marketing* pretendia explicar à população, e

principalmente aos empresários, o que era o PT e quais as suas intenções. O Partido dos Trabalhadores era tão “confiável” que fez uma aliança com a classe patronal representada pela FIESP (Federação da Indústria de São Paulo), pela FIRJAN (Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro) e com o próprio PL (Partido Liberal) de José Alencar, vice de Lula. Para angariar votos dos protestantes, o PT contou com o apoio da Igreja Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo.

A aristocracia operária se mostrava disposta a tudo pelo poder, até mesmo a manter o ciclo que impera nessas terras desde a chegada dos portugueses. Segundo Coelho, para o PT, “Conquistar o apoio, financeiro e político, de grupos empresariais era um procedimento inteiramente coerente com os objetivos políticos da Articulação e com os meios para alcançá-los, que exigiam arcar com os elevados custos de garantir competitividade nas disputas eleitorais” (2005, p. 235-236).

Para tentar tranquilizar o empresariado e a classe média conservadora, que ainda temiam uma guinada à esquerda pós-eleição de Lula, o PT lançou uma nota pública intitulada “Carta ao povo”; a nota não poderia ter nome mais cínico. Nessa carta, o que menos importava era o povo, pois a única preocupação naquele momento consistia em acalmar o mercado e deixar claro ao capital financeiro que seus lucros estariam garantidos e poderiam até ser maiores. A “Carta ao povo” escondia a luta de classes e tentava construir a ideia de um pacto social para vencer os problemas deixados pela gestão desastrosa de Fernando Henrique.

Dizia a carta, publicada na Folha de São Paulo em 2002³³:

³³ A íntegra está disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em 27/11/2016.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral [...]. O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

A carta não esconde as posições conciliadoras do partido: de início, usa a expressão “todas as classes”, como se não houvesse luta de classes e os interesses de trabalhadores e patrões fossem os mesmos; depois, assevera que o mais importante é que essa insatisfação não levou a “protestos destrutivos”. O que o PT temia que os trabalhadores destruíssem? É interessante notar que mesmo antes de assumir a presidência, a cúpula petista se preocupava em amortecer a luta de classes e transferir toda a insatisfação dos trabalhadores para as urnas, a fim de colocar “Lula lá”. Para Coelho, “A burguesia, antes apontada como inimiga de classe, sócia do imperialismo e beneficiária do subdesenvolvimento, agora era vista como aliada estratégica para desenvolver o país” (2005, p. 240).

O programa do PT em 2002, em nenhum instante trata da taxação das grandes fortunas ou de uma auditoria da dívida pública. Não ataca o capitalismo como a raiz dos males sociais; procura, antes, propor uma forma de Estado que garanta ganhos a todos, trabalhadores e patrões. É claramente uma forma de a aristocracia operária ajudar a patronal a gerir o capital, aumentando a mais-valia absoluta e relativa. Os eixos do combate às desigualdades sociais estão no programa de forma vaga e sem mexer nos privilégios dos exploradores: (a) política

tributária justa; (b) pleno cumprimento do orçamento federal; (c) novos critérios de financiamento compatíveis com o modelo de desenvolvimento que buscará a integração equilibrada do País; (d) respeito à diversidade e às especificidades regionais e locais nas suas dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural; (e) reconstituição de agências regionais encarregadas de aplicar políticas de desenvolvimento. Os problemas regionais têm de ser entendidos como questões nacionais, que pedem um esforço do Estado e de toda a sociedade brasileira para resolvê-los (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

Os cinco eixos apresentados poderiam estar, sem maiores problemas, no programa do PSDB ou de qualquer partido liberal, pois são abstratos e intentam assegurar uma política de austeridade fiscal. O PT prometeu e cumpriu: foi o melhor governo possível para o capital, pois não só pagou adiantado o superávit fiscal (comprometendo com os banqueiros 49% do orçamento público) como chegou a emprestar dinheiro ao FMI. A diminuição fantástica do Risco Brasil, chegando ao menor índice de todos os tempos, mostra o nível de comprometimento do governo com o capital estrangeiro.

No governo Lula, o ITAÚ e o BRADESCO tiveram os maiores lucros de sua história; hoje são bancos transnacionais.³⁴ Segundo dados levantados pela consultoria Economática, os lucros do Bradesco quase triplicaram durante os oito anos de governo Lula, e os do Itaú quase dobraram.

³⁴ <http://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232> Mais informações sobre o aumento dos lucros dos bancos no governo Dilma podem ser encontrados no endereço da Confederação Nacional dos trabalhadores nas empresas de Crédito, no link: <http://www.contec.org.br/attachments/article/12220/Boletim%20Econ%C3%B4mico%20da%20CONTEC%20N%C2%BA%2082.pdf>

O Bradesco (BBDC4) passou de lucro acumulado de R\$ 19,9 bilhões nos oito anos de FHC para R\$ 56,8 bilhões nos oito anos de Lula (crescimento de 185,3%) [...]. O Itaú Unibanco (ITUB4) somou lucro de R\$ 75,6 bilhões, um crescimento de 152,5% (contra um lucro de R\$ 29,9 bilhões no período FHC). Para o cálculo do Itaú Unibanco, foram considerados também os lucros do Unibanco.³⁵

As privatizações continuaram com uma mudança meramente semântica, chamadas agora de concessões. Enquanto gastava 0,48% (IPEA)³⁶ do PIB com o Bolsa Família, principal programa social do governo, a maior fatia ficava mesmo com banqueiros e investidores internacionais, que abocanharam 49% de toda a riqueza produzida pelos trabalhadores através dos pagamentos dos juros e amortizações da dívida. O assistencialismo do Bolsa Família também beneficiou os empresários, como observa Lessa (p. 49), ao citar o trabalho de Haidée Rodrigues:

[...] o Bolsa Família é a principal fonte de manutenção familiar nos períodos de baixa produtividade de *jeans*, e tem por consequência, menor salário. Portanto, as condições precárias a que estão submetidos esses trabalhadores não lhes permitem o acesso aos benefícios previdenciários [contudo,] empregam os benefícios assistenciais como [se] (...) os fossem. Ou seja, nos períodos de baixa produtividade, o capitalista que emprega essa força de trabalho não possui ônus, e tampouco ressarcir esses trabalhadores com seguro-desemprego, pois o Bolsa Família acaba por “garantir esse direito”, só que por meio de recurso assistencial. (Rodrigues, 2009:127).

³⁵ <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/02/28/banco-lucra-quase-o-triplo-no-governo-lula-em-relacao-a-fhc-diz-consultoria.jhtm>.

³⁶ http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26512&catid

O PT, naquele momento histórico de grande insatisfação e revolta, mostrou-se um importante e leal aliado de classe dominante. O Partido dos Trabalhadores era a grande ferramenta nas mãos da aristocracia operária para engessar os movimentos sociais. Comandando a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) e aparelhando a maioria dos sindicatos e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os governos Lula e Dilma puderam governar para a burguesia, obstando as lutas dos trabalhadores através do aparelhamento e de cooptações de lideranças.

Controlados pela aristocracia operária, sob o discurso da conciliação de classes, os sindicatos e as entidades estudantis foram silenciando as suas bases e, dessa forma, enfraquecendo a luta anticapitalista. O que restou nos sindicatos ou organizações atreladas ou aparelhadas pelo PT ou PC do B foi uma pauta no máximo economicista ou defensivista e, ainda assim, em raros momentos e sem a menor vontade de suas direções de levar à frente qualquer movimento que implicasse algum risco ao governo.

Além da contrarreforma da previdência, elogiada inclusive pela Revista Veja³⁷, o governo Lula criou o Prouni (Programa Universidade para Todos), que prometia a universalização do ensino superior. Toda a sua propaganda estava em colocar pela

³⁷ Na matéria de 13/8/2003, a referida revista, na matéria “Lula afina a Orquestra” (p. 44-54), mostra como Lula venceu os radicais do PT e realizou uma reforma importante. A matéria elogia a taxação dos inativos e a fixação de idade mínima para aposentadoria (65 anos para os homens e 60 para as mulheres).

primeira vez os filhos dos pobres na universidade. O que aconteceu na prática foi a aplicação de dinheiro público para financiar as universidades privadas. Através de isenções fiscais, bolsas e créditos estudantis, as instituições particulares de ensino superior tiveram um crescimento no governo “como nunca antes na história desse país”. Segundo a Revista *The Economist*, “apenas um décimo das cerca de 2,4 mil universidades no Brasil são públicas e três quartos são privadas e com fins lucrativos”. A revista usa o termo “crescimento explosivo” para caracterizar a expansão das universidades privadas no Brasil durante o governo Lula.

As duas reformas, da previdência e universitária, faziam parte do caderno do FMI e do Banco Mundial para o Brasil. Mais uma vez, PT e PSDB aparecem como gêmeos siameses, pois ambos mantiveram políticas igualmente entreguistas, enquanto utilizavam uma retórica de soberania nacional e autonomia econômica. Também na saúde e na educação, os governos Lula e Dilma mantiveram a política de FHC de desvinculação financeira, abrindo espaço para o crescimento exponencial dos planos de saúde privados e da privatização da educação.

O governo do PT foi ainda bastante generoso com o agronegócio e com os usineiros, a quem Lula várias vezes chamou de “heróis”. Da bancada da Bíblia à bancada da bala, todos foram convidados a participar de um lamaçal de corrupção pelo qual a burguesia sugava ainda mais as riquezas produzidas pelo trabalho. A Copa do Mundo representou o ponto de culminância do assalto promovido pelas empreiteiras, com a ajuda do PT e de quase todos os partidos que ocupam cargos no parlamento. Estádios foram construídos com dinheiro público para se tornarem elefantes brancos; reformas urbanas nunca terminadas e muitas vezes nem iniciadas eram a materialização

do teatro burguês que representa o cretinismo parlamentar e o Estado de direito.

Para os empresários, isenções fiscais e regalias; para o trabalhador, leis draconianas, como a criminalização dos movimentos sociais, leis antigreve e antiterrorismo, cujo objetivo era reprimir as manifestações dos trabalhadores de todas as formas. Além disso, as medidas de intensificação da exploração dos trabalhadores, como o ACE – acordo coletivo especial –, que visa acabar com férias, 13º salário e outros direitos trabalhistas conseguidos com muita luta pelos trabalhadores.

Diferentemente do que imaginara o PSTU, O Trabalho e a Consulta Popular, o PT não foi um governo de frente popular, pois não houve uma aliança entre trabalhadores e setores progressistas da burguesia para conciliar interesses, na qual, embora a burguesia levasse vantagem, precisaria fazer concessões ao trabalho. Os governos de Lula e Dilma não representaram avanços para os direitos dos trabalhadores, e a burguesia não precisou fazer nenhuma concessão. O governo do PT foi neoliberal e burguês. Sempre que se cobrou de Lula e Dilma que eles intervissem em defesa do trabalhador e dos pobres, verificou-se, ao contrário, a defesa da classe dominante, como nos episódios de Pinheirinhos em Santo André, nas questões indígenas (Caso Raposa Serra do Sol, Caso Limão Verde, Caso Porquinhos, Canela Apãnejkra) etc.

Para a burguesia não faltaram políticas de apoio financeiro, e o Estado foi sempre eficiente; para os trabalhadores, sobram as migalhas. O governo do PT se orgulha de ter “recuperado” o salário mínimo, mesmo que os números mostrem que entre os R\$

880 pagos quando Dilma deixou o governo e os R\$ 4.016,27³⁸, que segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística de Assuntos Socioeconômicos) deveriam ser pagos, há um imenso abismo. Para o trabalhador, restou somente o velho assistencialismo das políticas compensatórias como o Bolsa Família e outras medidas, sempre na perspectiva da linha da menor resistência e de reproduzir o sistema fundado na desigualdade social. O assistencialismo pelo assistencialismo, como o PT fez, em nada contribui para avançar a consciência do trabalhador e sua emancipação; ao contrário, gera a subserviência e a gratidão, expressas na incrível popularidade do presidente Lula ao fim do mandato.

O papel dos revolucionários não é contribuir para alimentar as ilusões da classe trabalhadora e preservar o *status quo*, mas desvelar as contradições do capitalismo e denunciar o cretinismo parlamentar. Apontar para o que realmente é possível e não para o impossível e mentiroso. O que é possível é o socialismo, pois o capital não pode ser controlado, pode apenas ser destruído. O PT, ao gerir o capital e ajudar a burguesia a expropriar, explorar e vilipendiar o trabalhador, constitui um inimigo de classe, e é assim que deve ser tratado pelos trabalhadores. Não podemos cair na falsa polarização entre PT ou PSDB; não nos interessa escolher quem vai garantir os lucros da burguesia e ajudar o capital a expropriar o trabalhador através da mais-valia absoluta e relativa. Não podemos nos limitar a escolher se vamos ser explorados pelo partido de azul ou de vermelho; precisamos, sim, lutar pelo fim de toda e qualquer exploração. A bandeira do revolucionário é a revolução, é a construção do socialismo.

³⁸ <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 27/11/2016.

Referências

- CARTA AO POVO BRASILEIRO. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>
- COELHO, Erelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2005.
- LESSA, Sergio. *Cadê os operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- MARX, Karl. *Glosas crítica marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de O prussiano*. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>
- PASSA PALAVRA. *A saída de Gilberto Carvalho e a “Frente de Esquerda” do PT*. O que os anticapitalistas têm a ver com isso? Endereço eletrônico: <http://passapalavra.info/?s=gilberto+carvalho&x=12&y=7> . Acessado em 16.2.2015.
- PROGRAMA DE GOVERNO 2002. *Coligação Lula Presidente*. <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>
- RODRIGUES. H. *Trabalho e assistência social: estratégias de reprodução da força de trabalho no município de Toritama (PE)*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Serviço Social. UFPE, 2009.
- SANTOS NETO, Artur Bispo. *A trajetória do PT e o Impeachment de Dilma*. <http://espacosocialista.org/porta1/?p=3784>.

CAPÍTULO IX

EMPREENDEDORISMO COMO IDEOLOGIA DO CAPITAL CONTRA O TRABALHO

Kamilla Karinne de Oliveira Almeida³⁹

Artur Bispo dos Santos Neto

Para retirar as concessões ou conquistas sociais obtidas na etapa histórica de ascendência econômica, o capital tem plasmado uma constelação de medidas contra os trabalhadores assalariados, e especificamente contra o proletariado, enquanto classe responsável pela produção do conteúdo da riqueza material da sociedade. Na ofensiva do capital contra o trabalho, medidas persuasivas e coercitivas são adotadas na perspectiva de ampliar o lucro das grandes corporações financeiras, em que o lucro não passa da obliteração da intensificação da mais-valia apropriada.

A necessidade de intensificação do processo de expropriação do trabalho excedente constitui um pressuposto fundamental das ações ideológicas que buscam salvar o capital da crise engendrada desde o começo da década de 1970. O tempo histórico da afirmação do capital como o único dos mundos possíveis para a humanidade entrou numa crise irreversível nas últimas décadas. Ela é estrutural porque desvela a incapacidade do capital de apresentar soluções duradouras para seus próprios problemas. Esta incapacidade conduz à ativação de seus limites

³⁹ Mestra em Serviço Social pela Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

absolutos e à exacerbação de suas qualidades destrutivas. Isso não implica que o capital não tenha condições de continuar a se desenvolver, ainda que isso exija incontáveis sacrifícios humanos, como genocídio, violência, superexploração etc. A afirmação da inexistência de alternativa ao sistema do capital esbarra na intensificação de seus limites absolutos e na impossibilidade de deslocar a crise, como se fazia no passado. Essa crise se revela como abrangente e permanente, afetando a produção, a circulação e o consumo (MÉSZÁROS, 2006).

A luta de classes intensifica-se devido à gravidade da crise e ao tamanho dos cortes sofridos pela classe trabalhadora, que se refletem na redução dos postos de trabalho e no achatamento dos salários. Para derrotar a classe trabalhadora, o capital recorre aos complexos do direito, da política, da educação, do Estado, da religião etc. Nota-se que o aparato ideológico do capital consiste numa ferramenta essencial para a ampliação da captura da mais-valia dos trabalhadores. É importante salientar que a ideologia, na perspectiva marxiana, não se constitui necessariamente como uma falsa consciência. Para Lukács (1981, p. 3), a ideologia é “um instrumento da luta social que caracteriza qualquer sociedade” (LUKÁCS, 1981, p. 3). Ela comparece como um mecanismo na luta de classe e possui uma orientação prática, porquanto as posições teleológicas secundárias, diferentemente das posições teleológicas primárias, incidem sobre o comportamento e as atitudes de outros indivíduos.

A teoria ou hipótese correta ou incorreta de uma coisa somente não basta para fazer dela uma ideologia, sendo necessário que ela desempenhe uma função social. A generalização teórica ocupa função ideológica quando um determinado estrato social a considera pertinente para combater

as colisões sociais existentes. É relevante destacar que a ideologia não é um complexo cindido do desenvolvimento do complexo econômico, mas está articulada dialeticamente ao desenvolvimento das bases materiais. As posições teleológicas secundárias aproximam-se das posições teleológicas primárias quando elas adquirem uma eficácia objetiva, ou seja, quando seu objeto intencional põe em movimento forças reais (SANTOS NETO, 2013)⁴⁰.

Os lacaios do capital não se cansam de construir uma plêiade de medidas na perspectiva de flexibilizar os efeitos da crise do sistema, jogando-a nas costas dos trabalhadores. Essas medidas podem se apresentar sob uma roupagem cataclísmica – como as justificativas adotadas para implementar as contrarreformas na previdência social⁴¹, na educação, na saúde,

⁴⁰ O marxismo não estabelece disjunção entre ciência e ideologia, pois assume declaradamente o caráter de classe que perpassa a ciência do proletariado e a ciência da burguesia, e aponta que seu papel é servir de instrumento nos embates de classe com a burguesia. Nesse aspecto, “a ideologia é a consciência prática inevitável das sociedades de classe, preocupada com a articulação e a afirmação dos conjuntos rivais de valores e estratégias” (MÉSZÁROS, 2011, p. 145). O conjunto de preceitos axiológicos e axiomáticos em disputa está articulado “às alternativas hegemônicas objetivamente identificáveis da situação histórica dada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 145).

⁴¹ O discurso do envelhecimento populacional cumpriu papel elementar para a efetivação tanto da contrarreforma encetada pelo Governo FHC (1998) quanto da contrarreforma propiciada pelo Governo Lula (2003). Essas reformas encontraram seu coroamento na recente aprovação da Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), que acabou com a aposentadoria integral dos servidores públicos e estabeleceu o teto do INSS de R\$ 3,9 mil. Com isso se repassa para o setor privado o direito de controle de uma parte substancial da riqueza produzida pelos trabalhadores, de forma que a seguridade social deixa de constituir um direito dos trabalhadores para assumir declarado caráter de investimento financeiro e mercadológico (SANTOS NETO, 2013).

nos direitos trabalhistas – ou podem assumir uma tonalidade encantadora. Os representantes do capital recorrem aos distintos argumentos para justificar a necessidade de implementar o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para o capital. Os argumentos podem assumir corolários catastróficos e apocalípticos, tonalidades cinzentas ou encantadoras. O importante é que todos eles conseguem encontrar consolo no coração das massas graças à mediação do aparato midiático e às mirabolantes explicações dos ilusionistas do sistema do capital.

A roupagem pseudocientífica do discurso orquestrado pelos representantes do capital em nada fica distante das personagens cinematográficas; eles sabem perfeitamente como transformar, pela sua capacidade retórica, o mundo verdadeiro num conjunto de veleidades subjetivas. Assim, a burguesia brasileira conseguiu impor três reformas na previdência social, operar a privatização de empresas estatais (ferrovias, aeroportos, rodovias, portos, sistema hospitalar universitário etc.). Nesse processo, torna-se claro como o Estado opera como um mecanismo fundamental de transferência de riqueza da sociedade para os capitalistas dos distintos setores econômicos.

9.1 O empreendedorismo como ideologia

O termo empreendedorismo está relacionado àquele conjunto de pressupostos teleológicos secundários que, segundo Lukács (1981), incidem sobre o comportamento e as atitudes de outros indivíduos. O caráter essencialmente ideológico do termo manifesta-se na afirmação de que empreender não está relacionado apenas ao mundo da organização da produção, mas ao conjunto de preceitos axiológicos orientados para promover a

intensificação da extração do trabalho excedente, em que as formas pré-capitalistas (trabalho escravo) passam a ser recorrentes. Nesse processo, é fundamental constituir um teatro econômico em que o trabalhador seja senhor de seu próprio negócio, e não mais tão só um vendedor de sua força de trabalho.

O conjunto de definições do empreendedorismo tem como propósito universalizar um conjunto de preceitos que são essencialmente particulares e que estão relacionados à reprodução dos interesses da classe que representa os interesses do capital. Na impossibilidade de todos serem capitalistas, porque o modo de produção capitalista está solidificado sobre a divisão entre os proprietários dos meios de produção e os destituídos dos meios de produção e subsistência, entre a burguesia e o proletariado, a burguesia erige todos os seres humanos à condição subjetiva de empresário mediante a adoção fantasmagórica do termo empreendedorismo. O empreendedor não passa de um artifício retórico que se manifesta claramente na acepção claramente subjetiva do termo:

Empreender é um processo humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores, ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambiguidade e no indefinido (DOLABELA, 2003, p. 29).

A assertiva oblitera completamente a realidade. O termo está relacionado a uma totalidade social que tem como núcleo o trabalho abstrato e o processo de reificação das relações sociais, em que os homens se constituem como coisas. Os adjetivos adotados são abstratos assim como toda afirmação que parte da imediatez dada e desconsidera as mediações para elucidar a sua essencialidade.

Os elementos adotados para qualificar o empreendedorismo simplesmente não dizem nada, porque o referido termo não passa de um ardil para manipular as mentes e os corações que imaginam ser possível ascender socialmente mediante o exclusivismo de suas atitudes pessoais, como autoconfiança no mercado e em si mesmo, capacidade criativa, confiança diante do fracasso, automotivação, capacidade para enfrentar e correr riscos, espírito de liderança, otimismo da vontade etc. Os aspectos psíquicos e subjetivos se constituem como a quintessência do empreendedorismo. A supervalorização da subjetividade implica uma crença na perenidade do sistema do capital e numa completa subordinação aos seus propósitos desumanos.

A noção do burguês como um indivíduo empreendedor foi sistematizada pela primeira vez pelo economista francês Jean Baptiste Say (1810). Ele é considerado pelos defensores do liberalismo como o pai do empreendedorismo, em que o conceito comparece relacionado à personalidade capaz de deslocar e transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para outro dotado de elevada produtividade. Schumpeter (1985, p. 47) considera o empreendedor como o “agente do processo de destruição criativa que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, criando novos produtos, novos mercados e sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros, revolucionando sempre a estrutura econômica [...] e criando uma nova”.

A literatura neoliberal tem como gênese do espírito empreendedor os primeiros navegadores portugueses e espanhóis, como Marco Polo e Cristóvão Colombo, em que o espírito de aventura e a disposição para correr riscos constituem-se como vetores essenciais da burguesia mercantilista. Os teóricos desses

tempos hediondos do empreendedorismo entendem-no como um equivalente de empresário ou como alguém dotado de iniciativa e criatividade para enfrentar as dificuldades financeiras.

Para Schumpeter, o sucesso do empresário geralmente procede da capacidade do capitalista em inovar, ou seja, de colocar em movimento um processo de “destruição criativa”, no qual os empresários empreendedores são capazes de romper o movimento regular e cotidiano da economia mediante o estabelecimento de vetores dinâmicos, fazendo algo similar ao que acontece quando uma nova mercadoria é inserida no mercado e culmina por superar a antiga. O advento da nova mercadoria presume a constituição de novas estruturas de produção e de novas formas de circulação.

Essa dinâmica acaba determinando também os hábitos dos consumidores, o que denota a relação dialética existente entre produção, circulação e consumo. No entanto, não é possível entender o desenvolvimento das forças produtivas a partir da simples vontade do capitalista. Schumpeter desconsidera o movimento imanente das forças produtivas e como eles operam de forma autônoma em relação à subjetividade do empresário ou empreendedor. A sua vontade jamais poderá ser considerada desarticulada das condições objetivas, pois a composição do mercado exerce função exemplar de senhorio absoluto. O capitalista que não obedece às regras estabelecidas pelo mercado naufraga completamente nas águas da falência e, ademais, inexistente a figura do capitalista destituído de capital.

Schumpeter compreende o empresário empreendedor na forma de uma mônada e como o grande responsável pelas mudanças radicais que se processam nas relações socioeconômicas. Tudo parece passar pela genialidade dessa

personagem que deve exercer função modelar no desenvolvimento das relações capitalistas e no processo de expansão do capital num contexto de crise. Nota-se que é somente no decorrer da década de 1980 que o termo empreendedor passa a fazer parte do léxico fundamental da ideologia burguesa, na perspectiva de oferecer uma alternativa à crise econômica que afeta as estruturas do sistema como um todo.

Para Santiago (2009, p. 88), “é indiscutível que a prática e a ideologia do empreendedorismo são disseminadas como base de sustentação da empregabilidade, na perspectiva do autoemprego” (SANTIAGO, 2009, p. 88). No entanto, o espírito empreendedor de Schumpeter não passa de uma abstração cujo propósito fundamental é encontrar o empresário empreendedor nos primórdios da humanidade, e com isso conferir um caráter de eternidade ao sistema do capital.

A valorização do indivíduo empreendedor é uma mediação ideológica proposta pelo neoliberalismo para enfrentar o período histórico de crise estrutural do sistema do capital. Ele se constitui como arma poderosa para inserir a política de flexibilização das relações de trabalho no Brasil na década de 1990. Uma análise mais detalhada aponta que Schumpeter admite uma separação entre empresário e empreendedor, em que este pode comparecer como um trabalhador e aquele como um indivíduo destituído de espírito empreendedor.

Esclarece Santiago (2009, p. 91):

O empreendedor pode, também, trabalhar por conta de outrem, principalmente por conta do empresário. Nesta gama de variações, podemos encontrar empresários pouco empreendedores, como empreendedores não empresários e, até mesmo, funcionários públicos com vocação empreendedora.

O empreendedor não é necessariamente um capitalista; ele pode fazer parte do corpo de funcionários que exercem as funções de controle e comando do trabalho em nome do capitalista. Para Cardoso (1972, p. 24), o empreendedor “não se liga diretamente à categoria de capitalista, podendo abranger ‘agentes’, membros de ‘juntas diretivas’ e outros tipos de assalariados de uma companhia, e inclui todos os industriais ou administradores”.

A figura decantada pelos teóricos da burguesia exerce, na verdade, funções auxiliares e subordinadas dentro da estrutura do sistema do capital, ou seja, não passa de correia de transmissão da reprodução dos interesses do capital sobre o trabalho. Assim, o empreendedor não comparece diretamente como o proprietário dos meios de produção e dos meios de subsistência, mas é alguém que precisa vender sua força de trabalho e que colabora no processo de reprodução do sistema do capital. A participação na direção das empresas e dos negócios pertence ao grupo seletivo dos empresários e de executivos, que não implica a inserção direta do empreendedor. O empreendedor não passa de um artilheiro ideológico que serve para capturar a subjetividade dos trabalhadores numa época de crise do sistema do capital.

Neste contexto, a apologia do espírito empreendedor serve de arma ideológica no teatro da luta de classes, abrindo o flanco da classe trabalhadora para as saídas econômicas no interior da ordem instituída. A mentalidade empreendedora deve irradiar-se no interior da subjetividade operária e constitui-se como ferramenta fundamental no enfrentamento de uma realidade perpassada pela ampliação das taxas de desemprego em todo o mundo.

A ideologia empreendedora serve como instrumento

ideológico da burguesia contra a afirmação dos limites absolutos do capital e a sua inexorável possibilidade de erradicar o desemprego e o pauperismo. Como se não bastasse, o conceito de empreendedor é ainda mais alargado, deixando de estar circunscrito ao mundo da economia e irradiando-se por todos os poros da sociedade. Para isso os teóricos do neoliberalismo recuperam a noção de empreendedorismo defendida por Jean Baptiste Say, em que “o empreendedor é aquele que compra por um preço certo e vende por um preço incerto; ou de Hayek, para quem o empreendedorismo envolve não apenas risco, mas, sobretudo, conduz a uma descoberta das condições produtivas, das oportunidades de mercado por parte dos próprios agentes sociais” (SANTIAGO, 2009, p. 99). O empreendedorismo deve fazer parte da alma do homem contemporâneo e plasmar a noção de que todo homem é um empreendedor e que o empreendedorismo sempre existiu na história da humanidade.

Para a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a educação empreendedora é a chave para a elevação do nível de vida da população mundial; por isso encoraja os países filiados a adotar ações no sentido de despertar as vocações empresariais pelos instrumentos midiáticos e pelos processos educacionais formais. Essas ações são essenciais para erradicar a miséria e as taxas de desemprego que crescem em todo o mundo. Salienta o documento da ONU:

O pequeno empreendedor é um elemento tão importante do setor privado quanto uma corporação multinacional, fazendo-nos reconhecer que o setor privado já ocupa uma posição central na rotina das pessoas pobres, e que detém o poder de melhorar suas vidas. Muitas vezes, eles mesmos são os empresários, frequentemente por necessidade, exercendo uma atividade informal e amarrados a negócios precários.

[...]. Construir suas próprias empresas – geralmente microempresas – é a única possibilidade de obterem trabalho e auferirem renda (ONU, 2004, p. 7-15).

A promoção do partícipe do exército industrial de reserva à condição de empreendedor e como forma singular de superação dos índices de pobreza constitui o coroamento do espírito anacrônico e decadente da burguesia imperialista, que tem na manipulação da realidade sua forma privilegiada de esconder as contradições socioeconômicas. As organizações internacionais servem de fomento descarado à ideologia burguesa que tem como propósito eternizar o sistema do capital.

O BID assina embaixo todas as orientações subjetivas e os preceitos psicológicos proferidos por MacClelland para conferir imutabilidade ao sistema do capital. Para o empreendedor, a crise representa oportunidade que deve ser astutamente aproveitada, pois nos momentos de mudança e transformação social, emerge epifanicamente a alma empreendedora ou o indivíduo sem alma. O empreendedor, escreve Lima Júnior (2011, p. 89), “cria algo novo, muda, transforma com sua ação; provoca mutação nos valores e não restringe seu agir apenas às instituições econômicas. [...]. Qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode se comportar de forma empreendedora”. O neoliberalismo erigiu o espírito empreendedor como matriz fundamental na luta contra o desenvolvimento da consciência de classe operária.

A política de incentivo às microempresas é a cantilena principal da constelação de agências internacionais desde 1979; empresas do tipo GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) passaram a ministrar cursos e a difundir experiências para empreendedores do setor informal no Nepal e nos diversos países da África, Ásia e América Latina (SANTIAGO, 2009).

Nesse contexto, a cultura empreendedora serve para reproduzir a cultura dominante pela mediação da educação ministrada nas escolas, nos meios de comunicação de massa, nos cursos técnicos e profissionalizantes e nos cursos universitários, em que distintas experiências “incubadoras” servem para gestar o empresário ou executivo bem-sucedido das grandes empresas e dos grandes negócios.

No entanto, as experiências geniais daqueles que se tornaram gigantes no mundo dos negócios inescrupulosos da burguesia financeira são incorporadas de maneira mitificada para revelar-se aos olhos das massas como experiências que podem facilmente ser reproduzidas no âmbito da microempresa. Geralmente se recorre a exemplos de magnatas que conseguiram ascender economicamente graças a sua engenhosidade e sagacidade no mundo dos negócios, e nunca à constelação de microempresas que não conseguem transcender a primeira etapa.

Os cursos de motivação pessoal devem servir como movimento de iniciação no fáustico mundo dos negócios, em que tudo parece envolvido por uma cortina de fumaça, a estrutura complexa do sistema do capital e sua inexorável ordem sociometabólica são obliteradas e a força da subjetividade deve plasmar tudo no belo mundo do capital.

As fórmulas fantasiosas do sucesso a qualquer custo são expressas nos cursos de *marketing* e nos simpósios nacionais e internacionais. As características comportamentais empreendedoras (CCEs) de MacClelland podem ser sintetizadas, segundo Lima Júnior (2011, p. 85), nos seguintes elementos: “busca de oportunidades e iniciativa; persistência; comprometimento; exigência de qualidade e eficiência; correr riscos calculados; estabelecimento de metas; busca de

informação; planejamento e monitoramento sistemáticos; persuasão e rede de contatos; independência e autoconfiança”.

O sucesso do indivíduo empreendedor é a revelação fundamental de como o tempo histórico da burguesia decadente imperialista petrificou a noção do homem isolado e do homem como uma ilha em oposição contínua à totalidade social. A ideologia empreendedora revela isso quando estabelece os preceitos pessoais como essenciais para enfrentar a crise econômica; tudo depende da intervenção subjetiva expressa na autoconfiança, da capacidade de iniciativa, da persistência, da eficiência, do comprometimento, de estabelecer metas e da persuasão. A persuasão é fundamental no sistema de vendas, pois o vendedor deve reunir com maestria as habilidades de uma artista na arte da representação. Na verdade, o vendedor pouco está interessado sobre a essencialidade da mercadoria; ele está tão só interessado na comissão que vai receber e nas metas estabelecidas. Nesse périplo, todas as habilidades da retórica devem servir para convencer o comprador. No mundo grande mundo dos negócios, os preceitos éticos e morais são completamente descartados, já que se constituem como elementos impeditivos do processo de produção do valor e realização do valor.

Através da pedagogia empreendedora, o sistema do capital constitui um exército de indivíduos dispostos a vender a alma para reproduzir sua existência no interior do sistema existente. A educação voltada para despertar vocações empreendedoras não passa de uma falsa mediação; o crescente panorama de desemprego amplia o desespero daqueles que buscam uma alternativa para sobreviver no interior do sistema.

No entanto, a abertura de um negócio depende não apenas

da disposição de espírito, mas da existência de capital, e muitas vezes o desempregado utiliza a indenização recebida no último emprego ou um empréstimo bancário para fazer isso, alimentando fortuitamente o sistema do capital. A abertura de novas empresas e novos negócios autônomos se constitui como a quintessência da ideologia empreendedora, e serve para fazer girar a roda do sistema do capital. A abertura de uma microempresa representa a compra de meios de produção ou matéria-prima, sendo desnecessária a compra da força de trabalho, porque ela já está disponível e pode envolver todos os familiares.

O núcleo da ideologia empreendedora, no contexto da crise estrutural do sistema do capital, passa a ser a captação da subjetividade do trabalhador desempregado, fazendo dele sua principal vítima. No entanto, o fracasso geralmente é apresentado como produto do baixo aprendizado das teses empreendedoras, que estão calcadas nos preceitos subjetivos salientados acima. Não subsiste a mínima possibilidade de ascendência social pela mediação da venda da força de trabalho, ou somente com uma quantidade ínfima de recursos contraídos pela mediação duma rescisão contratual, pois a maioria das microempresas constituídas tende a quebrar num curto espaço de tempo e jamais consegue adentrar no processo de reprodução ampliada de capital.

No Brasil, a educação empreendedora é ministrada especialmente pelo SEBRAE e conta com o apoio da Rede Globo de Televisão, com o programa “Pequenas empresas e grandes negócios”. Todo o sistema S de ensino está envolvido na difusão dessa ideologia anacrônica, assim como as secretarias estaduais e municipais de Trabalho e Ação Social, Educação e Cultura. A disciplina empreendedorismo foi inserida tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, e ainda nas universidades

públicas e privadas⁴². Segundo Lima Júnior (2011, p. 98), o Instituto Endeavor serve para

identificar, valorizar e divulgar experiências inovadoras e bem-sucedidas de ensino universitário de empreendedorismo. Professores vinculados a Instituições de Ensino Superior de todo o país enviam relatos sobre experiências inovadoras. A melhor e mais inovadora experiência é sempre premiada com um curso no *Babson College* (EUA), considerada uma das melhores escolas de negócios em empreendedorismo do mundo.

Através da disciplina empreendedorismo os alunos são orientados no sentido de aprender a gerenciar os negócios em miniatura, fazer pesquisa de preço, desenvolver os preceitos de liderança, aprender a fazer propaganda e *marketing* (LIMA JÚNIOR, 2011). Essa cultura ainda tem como aliada toda uma literatura fundamentada nos preceitos da autoajuda e nas capacitações empreendedoras que reverberam nas revistas de administração de empresas; sem falar na ideologia que vocifera nas igrejas evangélicas, em que um altar especial é dedicado “aos homens de negócios”.

Ao invés de apontar as consequências que uma sociedade

⁴² O Relatório de Gestão do SEBRAE (2015, p. 19) afirma: “Universidade implanta metodologia do SEBRAE na disciplina Empreendedorismo: A Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) foi a primeira a aderir ao Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE, que será aplicado em forma de disciplina de Empreendedorismo a partir de 2015. O projeto piloto será no polo de Arapiraca, inicialmente no curso de Administração, mas com a intenção de se estender aos demais cursos e alunos”. O relatório aponta ainda que o programa Desafio SEBRAE “virou o Desafio Universitário Empreendedor, que contou com a participação, no ano de 2104, de 585 estudantes alagoanos. Alunos da Unit, Unopar, Fal e Ufal se destacaram nas atividades do Desafio Universitário Empreendedor em Alagoas. O estado ficou em 7º lugar na etapa nacional”.

fundada no lucro representa para o desenvolvimento da humanidade, as práticas pedagógicas formais e informais concentram sua atenção na forma do homem burguês centrado no individualismo possessivo e na valorização do capital. Como afirmava Adrian Leverkühn:

Esta é uma época em que já não é possível realizar uma obra de modo piedoso, correto, com recursos decentes. A Arte deixou de ser exequível sem a ajuda do Diabo e sem fogos infernais sob a panela... Sim, sim, meus caros companheiros, certamente cabe aos nossos tempos a culpa de que a Arte estagna, que se tornou difícil e zomba de si mesma, que tudo se tornou por demais difícil e a pobre criatura de Deus já não percebe nenhuma saída na sua miséria (MANN, 1994, p. 672).

A educação assentada no espírito empreendedor busca obliterar as contradições existentes na sociedade, especialmente as fundamentadas no antagonismo entre capital e trabalho. Os futuros empreendedores devem desconsiderar os aspectos desumanos do capitalismo, bem como a existência do proletariado e do pauperismo. Os estudantes das escolas empreendedoras devem ser os futuros gerentes do capital e para isso devem eliminar de dentro de si qualquer possibilidade de ternura pelas coisas humanas e pelo sofrimento dos outros.

Tudo deve conduzir à apologia implacável da defesa da reprodução do sistema do capital, como se não existisse alternativa. Nesse contexto, os trabalhadores devem curvar-se aos preceitos inexoráveis do mercado, que tem na noção de empreendedorismo seu aliado fundamental. No entanto, a dinâmica da realidade revela a falsa noção que essa ideologia representa.

9.2 Serviço Social e a superação da ideologia burguesa

A cantilena ideológica do empreendedorismo não consegue interceptar o processo de intensificação da crise do sistema do capital. Os próprios instrumentos midiáticos da burguesia são obrigados a reconhecer que o número de empresas abertas anualmente no Brasil vem sofrendo um refluxo significativo. Assim, entre janeiro e junho de 2015, mais de 190 mil empresas fecharam seus negócios, o que representa 82,3% no universo de 232 mil empresas abertas no mesmo período. O processo decorre da abertura de novas empresas no Brasil: “Em 2000, quase cinco empresas eram criadas, enquanto uma deixava de funcionar. A proporção foi se reduzindo, durante os altos e baixos da economia, até chegar, no ano passado, a um ritmo de duas empresas abertas para cada uma fechada” (ECONOMIA, 2015, p. 1).

O referido periódico chama atenção para o fato de que, entre 2011 e 2015, as microempresas apresentaram mais de 5 milhões de empregos, enquanto as grandes e médias empresas demitiram mais 500 mil trabalhadores. Essas demissões evidenciam como a crise afeta também as grandes empresas. No complexo industrial, as demissões não param: o declínio chega a -7,5% e as taxas de demissões se acham acima de 8%. No ano passado, o setor automobilístico teve uma queda de 26,55% nas vendas. No setor de serviços, depois de o Grupo Pão de Açúcar haver demitido 4,5% de seus funcionários, ou seja, mais de 3 mil trabalhadores, o Walmart, representante do terceiro maior grupo da rede de supermercados existente no território brasileiro, fechou, em janeiro de 2016, mais de 10% das lojas espalhadas no país, ou seja, 60 unidades das 544 existentes. As demissões

operadas na Walmart fazem parte da estratégia da multinacional de fechamento de 269 unidades, sendo 154 nos EUA (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). O fechamento de lojas e demissões se estende às Lojas Marisa, C&A e tantas outras. Nem mesmo o poderoso aparato midiático da Rede Globo, com uma taxa de queda menor que as suas concorrentes, conseguiu escapar da crise e sofreu uma queda de 11% no balanço de 2015 em relação ao faturamento de 2014. Isso implica que “os cortes poderão atingir até 700 funcionários e ocorreriam no setor de entretenimento, o chamado Projac. Artistas, profissionais especializados e funcionários terceirizados estariam na lista” (DIÁRIO BRASIL, 2016, p. 1).

A crise afeta todos os complexos da economia, e as estratégias adotadas pela burguesia culminam na intensificação do desemprego. O tempo livre constitui um problema para o sistema do capital, e o desenvolvimento das forças produtivas não pode ser colocado a serviço da emancipação humana, mas tão somente para a reprodução de uma sociabilidade assentada na expropriação do tempo de trabalho dos produtores, decorrente de uma sociabilidade assentada na dominação do homem pelo homem.

A intensificação da crise do sistema do capital desvela os limites das propostas ideológicas baseadas no empreendedorismo. A manipulação da consciência das massas esbarra no fato de que a queda dos índices de crescimento das multinacionais e dos grandes aglomerados financeiros não permite que as microempresas possam usufruam de qualquer movimento ascendente, apesar de representarem uma correia de transmissão do grande capital, pois pela sua mediação as grandes empresas estabeleceram as relações de flexibilização das relações

de trabalho, da terceirização e da constituição de formas de trabalho análogas ao trabalho escravo.

No entanto, a burguesa imperialista continua a lançar mão da ideologia do empreendedorismo como válvula de escape para atenuar a crise, da mesma maneira que carece das políticas compensatórias e usa medidas repressivas contra a classe trabalhadora, no intuito de impedir o desenvolvimento da consciência revolucionária das massas.

O Código de Ética do Assistente Social denota como as (os) profissionais desse campo de atuação no interior da sociabilidade capitalista se constituem em aliados da classe trabalhadora, na perspectiva de uma ofensiva socialista. A superação da propriedade privada possibilita que os homens estabeleçam uma relação mais humana entre si, uma relação não mais mediada pela lógica do trabalho abstrato. Por meio da lógica do trabalho abstrato e das mediações dele decorrentes, o empreendedorismo é apresentado aos usuários atendidos diretamente nas políticas sociais como o espaço sócio-ocupacional para a efetivação das ações dos assistentes sociais – como uma alternativa ao desemprego e/ou a complementação da renda familiar. Se na imediatividade o empreendedorismo é apresentado desta forma, ele representa muito mais do que isso: representa a ideologia burguesa e um dos mecanismos para o atendimento das necessidades do capital, ante os efeitos da crise estrutural.

Na mediação entre os usuários das políticas sociais e o incentivo ao empreendedorismo, situa-se o assistente social. A intervenção deste profissional visa a articular os preceitos existentes em seu Código de Ética, bem como as demandas da classe trabalhadora. Apesar de neste aparato legal achar-se presente a defesa valorativa dum outro tipo de sociedade em que

a propriedade privada não exista, na sociedade do capital as ações do assistente social voltadas para o fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores e o empreendedorismo parecem sustentar justamente o oposto do que é defendido em seu Código de Ética: a defesa da propriedade privada. Se a sua intervenção acaba indo de encontro ao que é defendido no seu Código de Ética, isso implica dizer que os assistentes sociais, tendo consciência ou não, ao reforçar a relação ilusória entre o trabalhador e o empreendedorismo, acabam por não contribuir para a construção de instrumentos de luta e de organização dos trabalhadores numa perspectiva revolucionária.

Na verdade, a contribuição do assistente social encontra-se cada vez mais defasada até mesmo para a defesa do que ainda seria aceitável nos marcos do capitalismo, que é o acesso aos direitos sociais e trabalhistas, visto que o empreendedorismo apresenta-se na atualidade como uma das formas de flexibilização da organização do trabalho e, conseqüentemente, dos direitos concedidos pelo Estado. Dito de outro modo, na contemporaneidade os assistentes sociais encontram-se numa encruzilhada: ao favorecer o acesso dos trabalhadores ao empreendedorismo, acabam por afastá-lo do acesso aos direitos existentes em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, não contribuem com o principal: a luta revolucionária dos trabalhadores.

O assistente social necessita ter um posicionamento que envolva a busca constante do desvelamento da categoria empreendedorismo e das demandas advindas da classe trabalhadora. Contra a ideologia empreendedora da burguesia, Marx (1993, p. 96) argumenta: “a propriedade privada fez-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso se o tivermos;

portanto, se existir para nós como capital, ou se for imediatamente possuído, comido, bebido, trazido ao corpo, habitado por nós etc.”. A propriedade privada e sua ideologia empreendedora são um entrave à livre fruição dos objetos e ao livre desfrutar do caráter *omnilateral* das coisas, uma vez que os sentidos físicos e espirituais estão integralmente enredados na posse imediata das coisas.

Portanto, a ideologia do empreendedorismo deve ser denunciada como mais um estratagema do capital contra o trabalho, cujo propósito central é assegurar a sobrevivência de um processo sociometabólico que somente consegue se autorreproduzir expropriando o trabalho e capturando a subjetividade dos trabalhadores, bem como aprofundando seu controle sobre o trabalho. Como a burguesia se constitui como uma classe contrarrevolucionária, a tarefa de emancipar a humanidade do sistema do capital e de sua lógica empreendedora cabe ao proletariado; nesse processo os profissionais de Serviço Social são chamados a tomar posição e a ajudar na construção de instrumentos de luta e de organização dos trabalhadores, numa perspectiva revolucionária. Desse modo, é crucial que os assistentes sociais saibam identificar, por meio da perspectiva marxiana, a ameaça que o empreendedorismo representa na luta do trabalho contra o capital.

Conforme pôde ser visto ao longo do texto, a categoria empreendedorismo é a ideologia do capital contra o trabalho, que se apresenta de uma forma mistificada por meio dos discursos dos ideólogos neoliberais e dos recursos midiáticos existentes na atualidade. O empreendedorismo mostra-se, de forma imediata, como uma condição que não é imposta para o trabalhador, apesar de servir como uma estratégia do capital para a exploração cada

vez mais desumana da força de trabalho dos seres humanos. Apresentando-se como uma alternativa ao desemprego e como uma possibilidade de ascensão social, ele é considerado entre os trabalhadores como algo benéfico, quando na verdade representa um danoso processo para a condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

A prática empreendedora atual é nociva não só para a condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora, bem como para a categoria profissional dos assistentes sociais, que necessita construir um posicionamento ante a avalanche do incentivo ao empreendedorismo entre os trabalhadores, na medida em que esta avalanche interfere na sua ação profissional, que deve ser pautada pela construção de mecanismos que visam articular a organização dos trabalhadores em busca da superação da ordem do capital.

Referências

- DOLABELA, Fernando. *Pedagogia empreendedora*. São Paulo: Editora Cultura, 2003.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e o desenvolvimento econômico do Brasil*. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 2005.
- ECONOMIA. *Sem saída, 191 mil empresas fecham as portas em 2015*. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/08/10/internas_economia,676815/sem-saida-191-mil-empresas-fecharam-as-portas-no-pais-em-2015.shtml. Acesso em 19 de março de 2016.
- DIÁRIO BRASIL. *Demissão em massa na Rede Globo poderá ultrapassar 700 funcionários*. Clima é de terror. Disponível em: <http://www.diariodobrasil.org/demissao-em-massa-na-rede-globo-podera-ultrapassar-700-funcionarios-incluindo-artistas-famosos/#>. Acesso em 20 de março de 2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Walmart fecha 60 lojas no Brasil e anuncia novo presidente*. Endereço eletrônico: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1729972-walmart-fecha-60-lojas-no-brasil-e-encerra-formato-express.shtml/> Acessado em 22 de março de 2016.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

- LUKÁCS, G. *Ideologia*. Trad. Ester Vaisman. Texto mimeografado. Extraído de *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Vol. II. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ONU. *Desencadeando o empreendedorismo*. Relatório para o Secretariado Geral das Nações Unidas. New York, 2004.
- SANTOS NETO, Artur Bispo. *O discurso do envelhecimento da população como ideologia*. Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n. 2, p. 216-234, jul./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Convidado/Downloads/Dialnet-ODiscursoDoEnvelhecimentoDaPopulacaoComoIdeologia-4834927.pdf>
- SANTIAGO, Eduardo Girão. *Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Schumpeter, Weber e MacClelland: novas referências para a Sociologia do trabalho*. Revista de Ciências Sociais, v. 2, 2009.
- SEBRAE/AL. *Relatório de Gestão do exercício 2014*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AL/Transpar%C3%Aancia/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20SEBRAE-AL%20->

%20EXERC%C3%8DCIO%202014.pdf. Acessado em 20 de março de 2016.

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CAPÍTULO X

ESCOLA LIVRE OU ESCOLA DO PENSAMENTO ÚNICO

Artur Bispo dos Santos Neto⁴³

A aprovação do Projeto Escola Livre, nº 7.800, pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, em 5 de maio de 2016, coloca na ordem do dia a necessidade de pensar a escola pública, transpondo evidentemente as camadas epiteliais da realidade. Partindo da anatomia que perpassa seu cotidiano, é preciso alcançar a sua essencialidade, salientando tanto as suas ricas potencialidades quanto seus limites educacionais, contrapondo-se evidentemente às medidas rastejantes e anacrônicas de reformulação para atender às demandas do mercado.

Essa reflexão torna-se imperativa porque o projeto “Escola Sem Partido”, do procurador Miguel Nagib, serviu de fundamentação ao programa aprovado pela Assembleia Legislativa de Alagoas, tramitando na atualidade em 12 Câmaras Municipais, sete Assembleias Legislativas e na forma de quatro projetos de lei na Câmara dos Deputados. O projeto de lei nº 193/2016, de autoria do deputado Magno Malta, pretende erigir o Programa Escola sem Partido às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da mesma maneira que o senador Agripino Maia conseguiu inserir a disciplina empreendedorismo

⁴³ Professor de Filosofia da UFAL.

à condição de obrigatoriedade nos currículos das escolas públicas brasileiras e como cláusula constitutiva das Leis de Diretrizes de Base.

O referido programa se contrapõe ao artigo 205 da Constituição Federal, que assegura a necessidade de uma formação plena dos “cidadãos”, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamento. O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas é afirmado pela Carta constitucional de maneira irrestrita e incondicional. No entanto, esse pluralismo é profundamente coibido pelo famigerado projeto, que submete todas as formas de conhecimento e produção científica aos preceitos da sacrossanta família burguesa e aos interesses dos princípios religiosos. Para a procuradora dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, a Escola sem Partido “impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem, e contraria a laicidade do Estado, por permitir no espaço público da escola visões morais e religiosas particulares” (SALDANHA, 2016, p. 1).

A aprovação do Projeto Escola Livre em Alagoas implica o aprofundamento da destruição da qualidade de ensino da escola pública, haja vista ser impossível desenvolver qualidade do saber aprender-ensinar sob os escombros da restrição da liberdade de pensamento, pesquisa e divulgação do saber. A socialização do saber é condição *sine qua non* para o avanço da pesquisa científica e para o desenvolvimento da autoconsciência da humanidade. A Escola Sem Partido representa o aprofundamento da disjunção entre a classe social que detém o monopólio do conhecimento e as classes sociais que sempre foram alijadas do acesso às formas mais elaboradas e sofisticadas de conhecimento

produzidas pela humanidade.

O famigerado projeto que amordaça os professores e transforma os estudantes e pais em delatores confessos coloca a necessidade de refletir sobre a natureza da escola pública. Entre as questões suscitadas, algumas merecem ser consideradas de uma maneira mais específica. É preciso investigar a natureza da escola pública e as motivações essenciais para os ataques orquestrados contra sua existência na última quadra histórica. Nesse contexto, emerge a indagação acerca da possibilidade de a escola pública ainda constituir uma espécie de foco de resistência às práticas pedestres ou rastejantes do capital no contexto de acirramento da luta de classes e de intensificação da crise estrutural do sistema socioeconômico instituído.

Diferentemente das escolas privadas, em que o capital domina completamente sua forma de ser, a escola pública parece demonstrar alguns focos de resistência, o que pode ser observado tanto nas greves dos professores nos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará etc. quanto nas ocupações realizadas pelos estudantes do Ensino Médio e Fundamental em distintas unidades da federação. Essas manifestações de resistência não obliteram o fato de que a escola pública emergiu para atender às demandas do mercado de trabalho na década de 1930 e foi paulatinamente amoldada aos preceitos do capital na década de 1990, mediante a efetivação das políticas neoliberais.

Não podemos esquecer que a escola pública também se constitui como um complexo da engrenagem necessária à reprodução social do capital e que as contradições que perpassam a sociedade brasileira cortam como uma diagonal toda a sua estrutura administrativa, didática, pedagógica etc. As diferentes configurações políticas e educacionais sempre devem encontrar

espaço de irradiação no seu interior. A escola pública serve sempre como correia de transmissão das distintas políticas governamentais; as mais ilustres foram o regime varguista (1937-1945) e o regime militar-empresarial (1964-1984).

Ao contrário da década de 1980, que representou um período áureo para a escola pública, as décadas seguintes foram de ataques constantes ao entendimento da educação como um direito fundamental da classe trabalhadora. A subordinação da educação aos propósitos do mercado ganhou notabilidade, e as verbas para educação asseguradas pelo dispositivo constitucional passaram a sofrer fortes retaliações. Observa-se que a escola pública culmina como espaço privilegiado de implementação das políticas neoliberais mediante os programas orquestrados pelos organismos internacionais, como Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, PNUD, ONU, BIRD etc.

Os organismos internacionais determinaram no começo da década de 1990 a natureza das políticas educacionais que seriam implementadas nos países subdesenvolvidos, como assinala Platt (2008, p. 39):

No setor educacional, tais medidas foram concebidas a partir de duas grandes convenções ocorridas em 1990: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia e, em 1993, a Declaração de Nova Delhi, ambas patrocinadas por órgãos como UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Banco Mundial, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O complexo educacional funcionou nas últimas décadas como mediação essencial de efetivação das políticas sociais

orientadas pelos organismos internacionais para inclusão social e geração de renda. Os propósitos fundamentais dessas políticas consistem em: 1) redução da escalada de violência e tensões sociais que acometem as economias subdesenvolvidas; 2) reconfiguração da anatomia da força de trabalho na perspectiva de subordiná-la aos preceitos da polivalência, multiplicidade, flexibilidade e terceirização, apregoados pelo modelo toyotista; 3) difusão dos valores empreendedores como alternativa para o desemprego estrutural que perpassa o sistema do capital.

A ofensiva neoliberal no interior da educação pública concentrou sua atenção nas primeiras séries do ensino fundamental, não desconsiderando evidentemente o Ensino Médio e o Ensino Superior, em que as políticas sociais compensatórias ser o elemento norteador. Platt demonstra em seu artigo “Programas educacionais na década de noventa: a implementação das políticas da ‘nova direita’ no Brasil”, como grandes blocos de programas educacionais implementados estavam a serviço da consolidação da mais completa hegemonia do projeto neoliberal no Brasil e na América Latina. Estes blocos se configuravam de cinco maneiras: “1. Programas Especiais de Ensino; 2. Programas de Correção de Fluxo; 3. Programas de Apoio Financeiro às Famílias e à Escola; 4. Programas de Insumos Escolares; 5. Programas de Avaliação para cada Etapa dos Níveis de Ensino” (PLAT, 2008, p. 40).

A implementação dessas políticas representa um deslocamento da responsabilidade do governo federal para os estados e municípios. A delimitação dos recursos repassados representou um crescimento substancial das matrículas sem uma imediata ampliação do quadro docente mediante realização de novos concursos e sem nenhuma ampliação dos espaços de

infraestrutura como salas-aula, pátio, biblioteca, material didático, datashow etc.

Segundo Platt (2008, p. 54), nota-se que houve:

aumento significativo de matrículas para o ensino fundamental na rede municipal, embora não haja registros de novas construções para a absorção destes alunos, havendo apenas o aumento dos espaços já existentes, o que indica que estão sendo colocados mais alunos por sala para um mesmo número de docentes. O estudo também permitiu a verificação de que os programas que mais tiveram cobertura institucional do governo federal são os de apoio financeiro e alimentar e os voltados à saúde do escolar. Ao cruzarmos o teor destes programas juntamente com as políticas da Nova Direita e com os parâmetros dos Organismos Internacionais para os países periféricos, como o Brasil, entendemos que tais medidas estão de acordo com a prática de alívio à pobreza de que tão bem nos falam LEHER (1998) e OLIVEIRA (2000), ou seja, na busca de evitar as convulsões sociais originadas pela gritante disparidade da distribuição de riqueza entre pobres e ricos, o governo institui, apoiado pelos bancos multilaterais, programas que buscam remediar tal situação e criar um novo pacto social, um novo consenso social.

Índices de produtividade das escolas e dos professores foram implementados mediante sistema de avaliação como o IDEB, e cada vez mais ampliam-se as taxas de cobrança e os mecanismos de controle. As direções das escolas devem comportar-se segundo a lógica empreendedora, pois os seres humanos devem ser tratados como recursos materiais e financeiros. Os diretores devem ainda aprender a maximizar recursos e parcerias com os setores empresariais, na perspectiva pragmática de apresentar resultados sempre quantitativos nos relatórios e quadros estatísticos.

As práticas mercantilizadas no interior da escola pública

ganharam notoriedade a partir da década de 1990, em que estruturas hierarquizadas e disciplinadas são forjadas entre os distintos sujeitos que a constituem. As propostas pedagógicas e educacionais orquestradas pelos governos neoliberais (Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) encontraram plena ressonância nos governos “neodesenvolvimentistas” de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ampliando os resultados pragmáticos perfilados pelos citados organismos internacionais.

Por sua vez, nota-se que os professores têm jornadas de trabalho exaustivas e pouco tempo disponível para dedicar-se às atividades criativas e produtivas. Assim, a escola pública não passa de um depósito de seres humanos que vivem um cotidiano marcado pela intensificação das taxas de violência e desigualdade social. Incapaz de deslocar suas contradições internas, o capital não tem como solucionar o problema do desemprego e como atenuar o crescimento do pauperismo de maneira efetiva mediante a institucionalização do pleno emprego. Nesse contexto, as escolas públicas devem servir como espaço para a difusão de uma série de políticas compensatórias e da ideologia do empreendedorismo.

Os alunos buscam a escola não para aprender a decodificar o mundo, mas para minimizar sua condição de pária social que não tem como satisfazer suas necessidades imediatas. Nesse contexto, os estudantes adentram na escola sem estabelecer minimamente uma relação de simpatia ou adesão aos propósitos educacionais de aprender-ensinar, mas simplesmente para satisfazer suas necessidades básicas. Incapazes de ascenderem socialmente pela mediação do acesso ao universo letrado e da educação formal, eles consideram a escola um espaço de

aprisionamento de suas restritas potencialidades. Não é à toa que a escola mimetiza relações sociais autoritárias e reproduz o universo da caserna ou das casas de custódia.

Para completar o quadro da escola pública, os professores têm péssimos salários e pouco incentivo à qualificação. Mesmo assim, os representantes do capital consideram-na como espaço para um possível estopim contra o conjunto de preceitos inexoráveis do mercado, porque existem aqueles professores que despertam a consciência crítica nos alunos e incentivam sua participação nas manifestações e passeatas.

O fundador do movimento reacionário Escola sem Partido ou Escola do Partido Único advoga a necessidade de estimular as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e a Câmara dos Deputados a forjar leis que coíbam a capacidade de doutrinação dos professores e incentiva os estudantes e seus pais a denunciarem os professores que incitam os estudantes a participar de manifestações e passeatas. O temor se revela de maneira inusitada pela constatação, mediante a pesquisa realizada pelo Instituto CNT/Sensus (2008), encomendada pela Revista Veja, de que “78% dos professores brasileiros acreditam que a principal missão das escolas é ‘formar cidadãos’ (apenas 8% apontaram a opção ‘ensinar as matérias’) e 61% dos pais acham ‘normal’ que os professores façam proselitismo ideológico em sala de aula” (SPOTNIKS, 2015, p. 2). A pesquisa somente envolveu 3 mil pessoas e representa muito pouco para configurar-se como uma posição hegemônica do país.

Como a única mediação possível para minimizar os efeitos da crise para os capitalistas é intensificar a expropriação de mais-trabalho, o capital precisa ampliar sua ofensiva contra o trabalho e os direitos dos trabalhadores. Nesse cenário, torna-se

fundamental restringir todas as possibilidades de resistência constituída pela classe trabalhadora e suas frações de classe. Como o capital é um senhor absoluto, ele precisa intensificar suas formas de controle sobre todos os poros da sociedade. E o sistema hegemônico do capital mostra-se profundamente insatisfeito com a possibilidade de aqui e acolá emergirem movimentos paredistas e elementos dispostos a demonstrar os limites das políticas instituídas.

A possibilidade de emergir um sistema de contrainternalização de regras capaz de abalar a existência pacífica do sistema do capital deixa seus ideólogos inquietos e atordoados. O capital precisa de leis que assegurem os valores ideológicos do capital contra o trabalho e impedir que a escola pública se converta num vetor de resistência dos trabalhadores, como ocorre em determinadas regiões do México, do Chile e do Brasil.

A subordinação dos professores aos propósitos do mercado é somente uma pequena expressão da natureza autoritária do sistema do capital, poderio este plenamente revelado no chão da fábrica e no interior de qualquer propriedade da burguesia agrária ou financeira. A subordinação que deve ser legalizada no interior das escolas é expressão da repressão que perpassa de alto a baixo o proletariado no chão da fábrica e os trabalhadores assalariados em todas as empresas capitalistas.

O capital é um senhor absoluto que não admite partilhar o poder com nenhuma outra entidade, muito menos permitir que os trabalhadores exerçam qualquer controle no processo de produção, circulação e consumo. A democracia burguesa é uma abstração; nela, a liberdade essencial é aquela do reino das mercadorias e o poder absoluto do capital sobre o trabalho.

Devido à necessidade efetiva de o sistema socioeconômico hegemônico encontrar novas válvulas de escapes para deslocar sua crise profunda, os magos e feiticeiros do capital intentam o desmonte da escola pública. A famigerada Lei da Mordaza revela tão somente o estado de coisas que reina nas instituições e escolas privadas, em que os professores jamais podem exercer suas funções humanas, porquanto são seres plenamente subsumidos aos imperativos absolutos do capital que se revela nos proprietários das escolas, perfeitas personificações do capital.

O professor da escola privada é um mero autômato que deve reproduzir as cantilenas dos livros didáticos selecionados; nestas, o mundo efetivo deve desaparecer completamente para em seu lugar reinar o mais pleno idílio da harmonia socioeconômica. Enquanto meros seres falantes como a força de trabalho escrava, os professores das escolas privadas devem esquecer completamente de si mesmos e explicitar tão somente aquilo que seus gestores e supervisores determinam. A tirania dos proprietários das fábricas de ensinar deve corporificar os interesses basilares dos pais e da sacrossanta propriedade privada.

A soberania dos pais nas escolas privadas é tida como o que subsiste de mais elevado pelos arautos da Escola Livre. A subordinação dos professores aos preceitos da sacrossanta família burguesa e da propriedade privada serve como critério para modelar as práticas pedagógicas nas escolas públicas. Isso implica dizer que é chegado o tempo de o Estado despir-se de suas vicissitudes pseudodemocráticas, assumir deliberadamente as virtudes patronais e enquadrar os docentes nos mesmos preceitos dos governos nazifascistas que pautaram a história do século XX.

A Lei da Mordaça revela como o capital coaduna perfeitamente instrumentos persuasivos com preceitos coercitivos. A intensificação da crise econômica coloca na ordem do dia a necessidade de atacar de maneira contundente as formas possíveis de resistência constituídas pelos trabalhadores contra o capital. Nesse contexto, as medidas repressivas do nazifascismo devem ser adotadas sem nenhum disfarce pelos ideólogos do neoliberalismo, haja vista que as suas políticas somente podem ser bem-sucedidas pelo confronto direto e sem disfarces. O fascismo é um expediente que somente pode ser utilizado de maneira episódica e fragmentada, não servindo como expediente global para solucionar a crise estrutural do sistema do capital, porque implicaria uma guerra total que poderia levar à completa destruição da humanidade.

O neoliberalismo, diferentemente do liberalismo clássico, não descarta a necessidade de intervenção do Estado no sentido de promover as ações fundamentais contra o trabalho. Nesse contexto, o Estado deve exercer seu poder punitivo sobre os professores infratores da mesma maneira que os pais das escolas privadas. A classe média revela-se perfeitamente afinada aos preceitos ideológicos neoliberais e como parte essencial para a constituição do movimento de massa imprescindível para que o capital possa enfrentar a resistência dos movimentos docentes mais organizados. Além deles, evidentemente que o capital conta com seu aparato repressivo. Nas regiões rurais que carecerem de frações mais substanciais da classe reacionária, os poderes Executivo (federal, estadual e municipal) e Judiciário devem adequar-se para atender às novas exigências.

A educação formal instituída pela burguesia consiste num mecanismo para assegurar a ideologia da ascendência social.

Pela mediação da educação os indivíduos pertencentes à classe trabalhadora imaginam poder ascender a uma outra classe social. O acesso à educação pode servir como escada para que fração do proletariado se eleve à condição de trabalhadores assalariados ou de fração da classe média. Nesse processo, acaba por incorporar os valores das classes dominantes.

O Projeto “Escola Livre” (nº 7.800), promulgado pela Assembleia Legislativa de Alagoas no dia 5 de maio de 2016, considera a educação como uma arena destituída de interesses e exige dos professores uma neutralidade ideológica e política. Os professores não devem ser demiurgos da história, mas simples reprodutores do saber existente e dos interesses hegemônicos. A mistificação da realidade mediante a afirmação da neutralidade científica e ideológica faz parte das perspectivas hegemônicas amplamente difundidas pelos preceitos pós-modernos e neoliberais. De fato, busca-se inculcar nas massas a compreensão de que inexistente alguma alternativa ao sistema do capital.

O projeto Escola Livre tem como vértice o projeto “Escola Sem Partido”, idealizado em 2004 pelo procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, que alcançou projeção nacional graças ao apoio dos mais relevantes meios de comunicação de massa do Brasil, como Globo e Veja. Na verdade, trata-se de um movimento radical de direita e protofascista, em que a ideologia que precisa ser combatida e denunciada é tão somente a ideologia de esquerda e a perspectiva revolucionária. Os conteúdos considerados como ideológicos e que devem ser duramente reprimidos são somente aqueles que se contrapõem aos valores da sociedade burguesa, à sacrossanta família burguesa, à propriedade privada e ao sistema do capital.

A aprovação desse projeto pela Assembleia Legislativa de

Alagoas desvela o caráter efetivamente partidário que a escola pública deve incorporar, em que deve prevalecer o pensamento único e a noção de que inexistente alternativa ao sistema do capital. Ou seja, é preciso naturalizar um sistema socioeconômico fundado na expropriação do trabalho assalariado, no saque e na pilhagem das riquezas produzidas pelos trabalhadores. O projeto Escola Sem Partido ou Escola Livre constitui a manifestação cabal do que se tornou a burguesia no tempo histórico em que ela somente se afirma como uma classe contrarrevolucionária, como uma férrea defensora da manipulação da realidade e como portadora de uma atitude antípoda à verdadeira essencialidade das coisas.

A “Escola Sem Partido” demonstra de modo absoluto que a burguesia tem medo da verdade e temor do desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas. Somente um sistema fundado no temor do desenvolvimento da consciência para si do proletariado e do conjunto dos trabalhadores assalariados justifica tal atitude. A aprovação de medidas punitivas aos professores que incentivam a participação dos estudantes em manifestações é unilateral e arbitrária, pois trata os estudantes como seres desprovidos de consciência crítica e capacidade de questionamento.

Os ideólogos do referido projeto concebem a escola como a única responsável pela formação dos estudantes e desconsideram o papel de uma plêiade de instituições e indivíduos na formação dos jovens, adolescentes e crianças. A educação é atividade que envolve toda a existência dos indivíduos e não está circunscrita ao espaço escolar ou ao espaço doméstico. É um ledor engano imaginar que os indivíduos aprendem tão só com os professores e os pais; participa do

processo de formação das crianças, adolescentes e jovens uma totalidade complexa, que envolve meios de comunicação de massa, grupos empresariais, mecanismos midiáticos (internet, redes sociais etc.), colegas, grupos sociais, instituições religiosas, partidos políticos etc.

O projeto “Escola Sem Partido” trata os professores como se todos estivessem agrupados numa agremiação política de esquerda e utilizassem o espaço da escola para difundir seus preceitos ideológicos revolucionários. A escola simplesmente reproduz as contradições sociais; nela se manifestam diferentes matizes políticos e ideológicos que reverberam na sociedade. O fato de 78% dos professores pesquisados considerarem a defesa da “cidadania” como um elemento fundamental nada indica de revolucionário. A cidadania é um preceito plenamente inserido na lógica burguesa e nos preceitos da democracia burguesa, enquanto expressão de uma liberdade plenamente abstrata e de uma igualdade essencialmente abstrata, cujo agente fundamental é o capital.

A Escola Sem Partido é claramente partidária e interessada. Ela representa a escola daqueles que defendem que os professores sejam lançados à inércia e à passividade, que compareçam na cena histórica como meras personagens decorativas. É uma proposta essencialmente partidária da lógica que tem como ápice a defesa irrestrita do sistema do capital como uma forma de sociabilidade imutável, eterna e infinita. A afinidade dos partícipes dos movimentos reacionários de direita e ultradireita com o Programa Escola sem Partido é visível. A referida proposta conta com o apoio de movimentos como Revoltados *Online* de Olavo de Carvalho, Movimento Brasil Livre (MBL) e partidos políticos como PSDB, PMDB, PSC,

sendo expressiva a participação da banca evangélica no encaminhamento de suas propostas no âmbito parlamentar.

São desse perfil a maioria dos 19 deputados federais, estaduais ou vereadores (de capitais) que propõem projetos de lei baseados no Escola Sem Partido. O PSC, partido com forte representação na bancada evangélica, é o primeiro em proponentes (5), seguido por siglas mais centristas, como PMDB e PSDB (4 cada) (RATIER, 2016, p. 2).

A bancada evangélica se exprime na defesa hipócrita dos valores da família e na necessidade de coibição do tratamento dos temas relativos à sexualidade e à religiosidade como uma exclusividade dos pais. A hipocrisia no trato dessa questão se revela pelo fato de que essas temáticas são tratadas em todos os espaços da sociedade, e muitas vezes de uma maneira antipedagógica e anticientífica.

A “Escola Sem Partido” denota como o capital desesperadamente procura uma saída para a crise estrutural em que está submetido. A saída somente pode se dar de maneira paliativa e momentânea, mediante a intensificação da expropriação da mais-valia (absoluta e relativa) produzida pelos trabalhadores. Inegavelmente, a aprovação do projeto Escola Livre pela Assembleia de Alagoas representa o primeiro capítulo de uma série subsequente formada pela constituição de tribunais à semelhança dos tribunais da Inquisição. A “Escola Sem Partido” está disposta a erguer fogueiras para queimar professores como se queimaram as bruxas na Idade Média. Ela está disposta não somente a deletar os professores, mas a colocar a polícia e os pelotões de fuzilamento em salas de aula. O próximo capítulo pode ser a transformação sem meia frase das

escolas em presídios declarados ou em campos de concentração.

A disposição de ânimo dos apologistas da “Escola Sem Partido” mostra como a crise do sistema do capital coloca na ordem do dia a necessidade de passar das políticas de conciliação de classe às políticas abertamente coercitivas; com isso a democracia burguesia revela-se um expediente que tem data de validade determinada. A emergência da Escola Livre aponta que o prazo de validade da democracia burguesa está vencendo, pois se revela insuficiente para continuar expandindo o processo de implementação das políticas neoliberais.

A “Escola Sem Partido” é a escola do partido único e do pensamento único, demonstrando claramente a natureza autoritária do capital. No programa da Escola Livre inexistiu espaço para aquele que pensa diferente e para a denominada liberdade de pensar. A escola do nazifascismo assegura que o capital é tudo e a humanidade é nada. Ela é avessa ao debate aberto das ideias e à pluralidade de posições, por isso o referido programa é irracionalista e dogmático. O propósito é livrar as escolas da presença de ideais comunistas, socialistas e anarquistas. O pensamento único é *conditio sine qua non* para a institucionalização do poderio absoluto do capital sobre a humanidade.

A referida escola escancara como a teoria neoliberal e o fascismo estão articulados. O que estes senhores têm para oferecer a humanidade é tão somente a intensificação da barbárie e do genocídio da humanidade. Porque tem medo da verdade, do conhecimento das coisas em sua essencialidade, a “Escola Sem Partido” obsta o debate aberto no interior das escolas e abre caminho para o pensamento monolítico e vertical, em que toda diferença deve ser eliminada. Ao invés do escrutínio aberto e do

debate que conduz ao esclarecimento e à superação do pensamento unilateral, a Escola Sem Partido institui a alienação como seu preceito inexorável, denotando como a essência de uma sociedade que está centrada no trabalho alienado e na exploração dos trabalhadores somente pode se reproduzir nesse tempo histórico transformando a relação dos professores com seus alunos numa relação entre coisas.

A intensificação da exploração do trabalho alienado exige a alienação de todas as formas de reprodução social e educacional dos seres humanos. Os seres humanos não devem gozar o direito de questionar e criticar a sua realidade; devem simplesmente naturalizar as relações sociais e conceber o sistema do capital como a única forma de sociabilidade possível. A “Escola Sem Partido” revela-se como a escola daqueles que amam acima de tudo o capital e que estão dispostos a assegurar aos seres humanos a mera condição de mercadorias. Mas a humanidade é capaz de superar as imposições do capital sobre os seres humanos, apresentando uma alternativa de fato ao sistema do capital.

Referências

- PLATT, Adreana Dulcina. *Programas educacionais na década de noventa: a implementação das políticas da “nova direita” no Brasil*. *Revista Educare*. Vol. 3, jan./jun. de 2008, p. 37-57.
- RATIER, Rodrigo. *14 perguntas e respostas sobre o Escola sem Partido*. Acesso em 21 de julho de 2016. Endereço eletrônico: <http://novaescola.org.br/dia-a-dia-na-educacao/perguntas-respostas-escola-sem-partido-doutrinacao-educacao-956440.shtml>
- SALDANHA, Paulo. *Especialistas questionam proposta de incluir Escola Sem Partido sem lei*. Acesso em 23 de julho de 2016. <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/07/1794638-especialistas-questionam-proposta-de-incluir-escola-sem-partido-em-lei.shtml?cmpid=compfb>
- SPOTNIKS. *Cinco exemplos de como a doutrinação ideológica atua na educação brasileira*. Acesso em 21 de julho de 2016. Endereço eletrônico. <http://spotniks.com/5-exemplos-de-como-a-doutrinacao-ideologica-atua-na-educacao-brasileira/>

CAPÍTULO XI

PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Virgínio Gouveia⁴⁴

Alexandre Oliveira

Artur Bispo dos Santos Neto

Na perspectiva de preservação do existente, as classes que vivem do processo de expropriação do trabalho excedente procuraram constituir uma rede muito bem articulada de preceitos no sentido de quebrar a espinha dorsal das formas de resistência que se erguem contra a tentativa de eternização da dominação.

Apesar de a sociedade burguesa ter superado as sociedades de classe precedentes e reconhecer a igualdade entre os indivíduos, essa igualdade nunca pode transcender o reino da abstração e da formalidade e ganhar corolários substanciais e concretos, porque o capital está assentado na desigualdade substancial entre os detentores dos meios de produção e os destituídos dos meios de produção, portadores somente de sua força de trabalho para vender no mercado. A desigualdade socioeconômica constitui um vetor essencial da sociedade brasileira, e os mecanismos institucionais postos em curso têm como propósito eternizar a sua existência, retirando direitos dos trabalhadores para beneficiar os grandes capitalistas nacionais e

⁴⁴ Mestre em Filosofia pela UNIFESP.

internacionais.

Num contexto de aprofundamento da crise econômica internacional e dada a necessidade de o capital intensificar o processo de expropriação do trabalho, impõe-se a exigência da burguesia e das instituições burguesas de coibir todas as formas de manifestação sociais que possam colocar em xeque a reprodução desse sistema socioeconômico. Nesse contexto, a criminalização dos movimentos sociais e das organizações estudantis e operárias tem como propósito obstaculizar o avanço da consciência para si do proletariado e a possibilidade de ascendência de uma concepção de mundo que se constitua como alternativa ao sistema do capital.

Pela mediação de seus meios de comunicação de massa, a burguesia tenta desmoralizar os movimentos sociais construindo uma teia de acusações que visa deslegitimar as reivindicações pelo direito elementar dos trabalhadores a terra, trabalho, saúde, educação, moradia, transporte etc. Para isso, procura reformular seus preceitos jurídicos e institucionais, na perspectiva de impedir o avanço do movimento de massa. Isso denota que o sistema do capital precisa dialeticamente combinar medidas persuasivas com práticas coercitivas, a fim de interceptar a ascendência da consciência das massas num projeto estratégico que aponte para o socialismo como efetiva alternativa para a humanidade.

A criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores pelos meios de comunicação faz parte da estratégia do capital para deslegitimar as formas de resistência que emergem no interior do sistema do capital. Isso revela a insuficiência da política persuasiva, que busca capturar a subjetividade dos trabalhadores e os mecanismos de cooptação

das lideranças mediante a concessão de privilégios à aristocracia operária, bem como das organizações políticas, sindicais e estudantis, ao longo das últimas décadas. Além disso, é preciso colocar em curso a violência aberta e sem meias palavras, quando a classe trabalhadora ultrapassa a linha demarcada e estabelecida pela burguesia. A tentativa dos trabalhadores de ultrapassar a linha demarcada pela institucionalidade burguesa, no sentido de transcender a sua condição de submissão e subserviência similar ao escravismo, é considerada uma quebra do denominado Estado de direito e da ordem instituída.

Para assegurar a preservação do existente, o aparato repressivo do Estado é sempre acionado a fim de dispersar as distintas tentativas de organização e manifestação que possam servir de prelúdio à ascendência das massas. Nesse contexto, uma simples reunião pública numa praça pode ser dispersa sob a acusação de formação de quadrilha, bem como uma manifestação pacífica que exija o cumprimento da realização de um acordo estabelecido com o governo pode ser dissolvida pela violência, como foi o caso do massacre do Eldorado dos Carajás, em que os trabalhadores rurais foram assassinados simplesmente porque bloquearam uma rodovia, exigindo repasse dos recursos para a reforma agrária. Até hoje permanecem impunes os responsáveis pelo assassinato dos 19 trabalhadores em 17 de abril de 1996, e os responsáveis por mais de 271 assassinatos de lideranças camponesas e trabalhadores rurais no estado do Pará, somente nessas duas décadas.

Enquanto os latifundiários e os grandes grupos econômicos continuam a matar camponeses, a destruir a natureza e a apropriar-se indevidamente das terras indígenas e das propriedades públicas, graças ao novo Código Florestal, os

trabalhadores do campo, indígenas e quilombolas são considerados criminosos e acusados de formação de quadrilha, quando simplesmente elegem a luta pela terra como forma fundamental de assegurar a reprodução de sua existência. Não se constitui como crime nesse sistema social apropriar-se das terras públicas pelo agronegócio, mas considera-se crime quando os camponeses transformam a terra improdutiva em terra produtiva e são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros.

O Estado burguês revela seu caráter de classe quando criminaliza os movimentos sociais do campo, enquanto esses movimentos sociais simplesmente lutam pelo direito básico do camponês à reprodução de sua existência material. O direito de existência dos movimentos sociais é legítimo e não representa uma ameaça imediata à ordem social estabelecida; mesmo assim, os movimentos sociais são criminalizados, como é caso das organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MLT), Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil (MTB), Movimento de Luta pela Terra (MTL), Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTRNE) e do Movimento das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Há uma farta literatura sobre o conjunto de práticas arbitrárias e autoritárias do aparato repressivo do Estado e das ações repressivas das organizações paramilitares da burguesia

agrária nas últimas décadas. O episódio que envolve o processo de invasão da polícia paulista à Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guaratema (SP), apenas confere atualidade à temática.

A ação truculenta da polícia manifesta-se mediante invasão ao recinto sem autorização ou mandado judicial e claramente faz parte da estratégia de perseguição histórica aos movimentos sociais do campo, para servir aos propósitos do agronegócio e da burguesia agrária. Nesse contexto, o MST afirma “que lutar, organizadamente ou não, pela Reforma Agrária não é crime”; e ainda ressalta: “MST não é organização criminosa”. Logo, ser integrante deste movimento não significa ser membro do crime organizado. Muito pelo contrário, “é um movimento que luta pela democratização do acesso à terra, o que deve ser considerado elogiável e salutar para a ordem democrática e constitucional do nosso país” (BRITTO e FREIRE, 2016, p. 1).

A repressão contra os movimentos sociais é parte integrante do processo de crescimento do poder do agronegócio no Brasil, em que a grande propriedade concentra 47,23% das terras e a pequena propriedade representa somente 10,2% das terras cadastradas pelo INCRA, sem contar os 175,9 milhões de hectares improdutivos que deveriam ser objeto da Reforma Agrária (IDEM), a fim de subverter a maior concentração de terras existente no mundo.

São inúmeros os casos de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. O Estado burguês, pela mediação da falsa da autonomia dos três poderes, preserva uma ordem social fundada na desigualdade e na pilhagem do trabalho operário. Para coibir a liberdade de manifestação dos explorados e dominados, o denominado processo de redemocratização do país manteve

intocável a lei de Segurança Nacional, que estabelece:

Art. 16 - Integrar ou manter associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento que tenha por objetivo a mudança do regime vigente ou do Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça. Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 17 - Tentar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito. Pena: reclusão, de 3 a 15 anos.

Art. 20 - Devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas. Pena: reclusão, de 3 a 10 anos.

Art. 23 - Incitar:

I - à subversão da ordem política ou social.

Como se não bastasse a preservação da Lei de Segurança Nacional (nº 7.170/83), que pode enquadrar o participante de uma manifestação numa atividade criminosa, o governo Dilma sancionou a Lei Antiterrorismo. O atentado à liberdade é tão aviltante que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) criticou a aprovação do referido projeto por se contrapor às normas internacionais que regem os direitos humanos. As ambiguidades e imprecisões do projeto têm como intuito institucionalizar o extermínio de jovens e adolescentes trabalhadores, negros e do sexo masculino, das cidades brasileiras. Os dispositivos da nova lei permitem que os participantes das manifestações públicas sejam considerados como extremistas políticos. Há uma perfeita combinação de interesses entre a Lei Antiterrorismo e a Lei de Segurança Nacional; seu propósito fundamental é aprofundar o quadro de

violência social e policial que cresce incomensuravelmente no país nas últimas décadas.

A institucionalização da criminalização da práxis contra o sistema socioeconômico instituído pode ser observada na aprovação do Projeto de Lei Escola Livre em Alagoas, em que os professores estão proibidos de tratar de questões políticas nas salas de aula. O Projeto “Escola Livre” (nº 7.800), promulgado pela Assembleia Legislativa de Alagoas no dia 5 de maio de 2016, considera a educação uma arena destituída de interesses e exige dos professores uma neutralidade ideológica e política. Os professores não devem ser demiurgos da história, mas simples reprodutores do saber existente e dos interesses hegemônicos.

A mistificação da realidade mediante a afirmação da neutralidade científica e ideológica faz parte das perspectivas hegemônicas amplamente difundidas pelos preceitos pós-modernos e neoliberais. No fundo, ambas as perspectivas visam essencialmente refutar o pensamento crítico para que predomine no interior das massas a compreensão de que inexistente alguma alternativa ao sistema do capital. Trata-se de um movimento radical de direita e protofascista, no qual a ideologia que precisa ser combatida e denunciada é tão somente a ideologia de esquerda. Os conteúdos considerados como ideológicos e que devem ser duramente reprimidos são somente aqueles que se contrapõem aos valores da sociedade burguesa: a sacrossanta família burguesa, a propriedade privada e o sistema do capital.

Nas ocupações das escolas, institutos federais e universidades contra a PEC 55 (241) e a MP 746 (Reforma do Ensino Médio), o braço armado do Estado tem sido acionado para dispersar o mais amplo movimento de massa que emergiu no cenário brasileiro depois das manifestações de 2013. Assim é

que o juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), autorizou, no dia 30 de outubro, o uso de técnicas de tortura contra estudantes que ocupavam uma escola nas imediações de Brasília, “como forma de auxiliar (a Polícia Militar) no convencimento à desocupação”. Ademais, o governador Beto Richa conseguiu mandado de reintegração de posse contra dezenas de ocupações, em que “o uso da força policial não será descartado para cumprir a lei”. Vinte estudantes da UFT (Universidade Federal do Tocantins) foram presos por protestar, e o professor Euzébio Carvalho, da Universidade Estadual de Goiás, *Campus* Cora Coralina, foi preso em 1º de novembro por contrapor-se à “PEC da morte” e defender a ocupação estudantil.

No entanto, os representantes do capital sabem das insuficiências do exclusivismo das práticas coercitivas para impedir o avanço da consciência de massa; por isso, tentam minar o movimento por dentro com suas táticas de divisão interna e o uso de movimentos claramente fascistas e/ou liberais, ou mesmo comprando lideranças reformistas. As manifestações de 2013 demonstraram claramente que o aparato repressivo do Estado é insuficiente para bloquear o movimento de massa, pois a repressão desencadeada contra estudantes, trabalhadores e jornalistas em São Paulo contaminou completamente o território nacional e cresceu de tal forma que o próprio aparato repressivo demonstrou sua vacuidade e obrigou os representantes de plantão do capital a realizarem mil promessas no sentido de mandar as massas para casa. Nesse contexto prometeram uma nova constituinte para atender às demandas das massas por saúde e educação, bem como cogitaram conceder parte expressiva dos

recursos do Pré-Sal para minimizar as demandas das áreas sociais.

Para debelar o movimento de massa, os representantes do capital sancionaram a Lei Antiterror, plenamente aplicada na época da Copa do Mundo. E tentam novamente recorrer a esses expedientes para impedir a ascensão do movimento de massa. A repressão não fica circunscrita ao universo das organizações dos camponeses, indígenas e quilombolas que lutam pela terra no Brasil, mas se estende ao movimento estudantil e ao movimento dos trabalhadores como um todo. No entanto, o processo de intensificação da superexploração do trabalho, representado pelo conjunto de medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, impõe a necessidade histórica ao movimento de massa de que as ocupações das escolas se estendam às ruas; e ainda, que as ocupações das escolas se estendam às ocupações de terra e às ocupações das fábricas, constituindo um amplo movimento que demonstre para toda a sociedade quem efetivamente manda na produção.

É preciso que os distintos movimentos anticapitalistas e antigovernistas superem as suas ilusões com o parlamento burguês e com a democracia burguesa, porquanto a criminalização dos movimentos sociais e dos que lutam por uma sociedade fundada na igualdade substancial é algo inerente ao sistema do capital, em que liberdade e igualdade somente podem se exprimir como liberdade para o capital poder controlar de maneira absoluta o trabalho, atacando os direitos dos trabalhadores e transformando a saúde e a educação em mercadorias.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. 1983. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 23 dez. 1983. Acesso em: 7 de novembro de 2016.
- BRITTO, Cezar e FREIRE, Paulo. *O MST não é organização criminosa*. Endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/2016/11/01/o-mst-nao-e-organizacao-criminosa.html>. Acesso em: 7 de novembro de 2016.

CAPÍTULO XII

A ASCENDÊNCIA DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS NO BRASIL

Artur Bispo dos Santos Neto

O movimento nacional de ocupações das escolas, institutos federais e universidades ganha um nível de abrangência que se coloca claramente como herdeiro das manifestações de 2013, sendo dotado de um caráter de combatividade e consciência que transcende aquelas manifestações, porquanto está muito bem configurado como um movimento que se contrapõe radicalmente ao projeto neoliberal e ao conjunto de medidas de ajustes contra os trabalhadores implementado contra o capital. Este movimento posiciona-se indubitavelmente na esteira de movimentos sociais como os Indignados na Espanha, o *Ocuppy Wall Street* nos Estados Unidos, a revolução dos Pinguins no Chile e as ocupações das escolas públicas paulistas de 2015.

As ocupações das escolas, institutos e universidades emergem num cenário internacional perpassado pela crise estrutural do sistema do capital, contrapondo-se aos ataques aos direitos dos trabalhadores em todas as partes do mundo. As ocupações das escolas, universidades e institutos federais no Brasil começaram em 3 de outubro no Paraná e ganharam força de maneira espontânea, articulando-se às organizações anticapitalistas e antigovernistas, ou seja, aquele conjunto de forças que não se deixaram levar pela possibilidade de oferecer

uma face humana ao capital e a apostar na conciliação de classes. Nesse aspecto, cumpre salientar que as mobilizações aconteceram a despeito das direções burocráticas estudantis e sindicais encasteladas tanto na UNE e na UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), quanto na CUT e na CTB.

Apesar do silêncio da mídia burguesa e de sua tentativa de criminalização das ocupações, o movimento contra a “PEC (55/241) da morte” e contra a Medida Provisória 746/16 conta com amplo apoio da população brasileira: 80% dos entrevistados pelo Vox Populi (18/8/16) rejeitaram a proposta governista e 78% avaliaram negativamente o governo Temer. A famigerada Proposta de Emenda à Constituição representa uma redução drástica nos recursos da Educação e da Saúde para os próximos vinte anos. Além de discordar dos ataques do capital, pela mediação de Temer, à Educação e à Saúde, mais de 80% da população rejeita categoricamente a anunciada reforma da Previdência Social.

A política de ajuste mediante o corte de recursos das áreas sociais tem como propósito fundamental melhorar a arrecadação e o superávit primário, na perspectiva de assegurar o pagamento dos juros e amortizar a dívida pública. Enquanto o governo destinou, no orçamento de 2014, a taxa de 4,0% para a saúde e 3,7% para a educação, alocou 45,1%, ou seja, R\$ 978 bilhões, ao processo de amortizações e juros da dívida pública. E toda a justificativa do governo consiste em cortar os gastos públicos para impedir o crescimento da dívida pública, algo que tem ocorrido no mundo inteiro. O montante da dívida pública chega a ultrapassar o PIB das maiores economias do mundo, como EUA e China.

A alteração do dispositivo constitucional que assegura 18% para a educação e 15% dos recursos federais para a saúde, sua desvinculação com a receita e sua determinação abaixo dos índices da inflação, tendo como referência o ano de mais baixa arrecadação (2016), implica acabar definitivamente com o Sistema Único de Saúde, que atende diretamente a mais de 150 milhões de pessoas. Sem contar que 50 milhões com algum plano de saúde privado também recorrem ao sistema público para serem atendidos nas cirurgias complexas e nos procedimentos preventivos, como a aplicação de determinadas vacinas.

Na educação, o prejuízo com a “PEC da morte” será uma redução de aproximadamente R\$ 58,5 bilhões nos próximos anos, independentemente de a economia se recuperar da crise econômica vivenciada. A redução dos investimentos na educação torna o Brasil um país semelhante aos países do continente africano, pois, para melhorar seu desempenho e alcançar as metas do PNE, o governo teria de ampliar para 3,4 milhões o número de matrículas nas creches, para 700 mil na pré-escola, 500 mil no ensino fundamental, 1,6 milhão no ensino médio e cerca de 2 milhões no ensino superior público. No entanto, ao contrário, o governo anunciou a redução do número de vagas nas universidades públicas em 70%, cortes das bolsas de iniciação científica etc.

A resistência contra essa política de cortes de recursos nas áreas sociais torna-se vital para assegurar a qualidade de vida da classe trabalhadora. O Estado com maior número de ocupações continua sendo o Paraná, com mais de 860 ocupações. O conjunto das distintas ocupações no país chegava ao montante, em 29 de outubro, de 1.177 ocupações de escolas públicas, 170 universidades e 79 institutos federais, totalizando 1.426 unidades

ocupadas.

Isso ocorre apesar das táticas e estratégias coercitivas dos governos contra as ocupações: no Paraná, o governo Beto Richa conseguiu mandado de reintegração de posse para dezenas de escolas em Curitiba; em Brasília, um juiz autorizou a adoção de métodos de tortura para prejudicar o descanso dos estudantes na parte noturna; em Alagoas, o governo obteve mandado de reintegração de posse para escola pública em Arapiraca e muitos professores estão sendo coagidos e ameaçados pelas distintas CRES, sem falar na recorrência da força policial para impedir a ocupação da escola Maria Ivone, em Maceió. Estudantes foram presos e reprimidos por protestar, como foi o caso de vinte estudantes da UFT (Universidade Federal do Tocantins) que ocupavam o Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, em Miracena do Tocantins.

Além dos estudantes, professores também foram reprimidos diretamente, como foi o caso do professor Euzébio Carvalho, da Universidade Estadual de Goiás, *Campus* Cora Coralina, que foi algemado e preso em 1º de novembro por contrapor-se à “PEC da morte” e defender a ocupação estudantil.

O movimento de ocupação ganhou maior impulso na primeira semana do mês de novembro, quando assembleias massivas de estudantes nas universidades federais de Brasília e Ceará, com mais de 2 mil estudantes, deliberaram pela ocupação contra a PEC 55/16, e os servidores federais ligados à Fasubra e Sinasefe deflagraram greve e começaram um movimento paredista que pode se estender para todas as outras categorias, na perspectiva de deflagração de uma greve geral.

Para coibir o avanço do movimento grevista, o Supremo Tribunal Federal (STF) demonstrou claramente sua essência na

luta de classes quando autorizou o corte de ponto para servidores públicos e desconsiderou completamente o dispositivo constitucional que assegura a autonomia universitária e o direito de greve dos servidores. A posição do STF denota seu caráter burguês e capitalista, completamente amoldado à lógica da retirada dos direitos dos trabalhadores para beneficiar os banqueiros e empresários, contribuindo decisivamente para ampliar a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada.

O crescimento das ocupações coloca a necessidade histórica de os trabalhadores assumirem posição protagonista do processo, construindo uma greve geral contra as medidas anunciadas pelo governo de plantão do capital. As ocupações das escolas devem servir como itinerário para que os trabalhadores ocupem as fábricas e mostrem aos capitalistas quem efetivamente manda na produção e na circulação, disponibilizando assim uma efetiva alternativa para superar a crise econômica produzida pelo sistema do capital, que somente pode sobreviver mediante o ataque constante aos trabalhadores e ao futuro da humanidade.

Assim como as ocupações de mais 600 escolas no Chile (2006) e as ocupações de mais de 200 escolas em São Paulo (2015) foram bem-sucedidas – a primeira conseguiu gratuidade no exame de seleção para universidade e o passe escolar gratuito, a segunda conseguiu bloquear a política de fechamento das escolas públicas pelo governo do PSDB em São Paulo –, os milhares de ocupações que acontecem no Brasil hoje têm tudo para derrubar a PEC da morte, devendo avançar na perspectiva de barrar todos os ataques que hoje estão em curso no país. Para isso é fundamental a construção do dia 11 de novembro como

parte inerente de um amplo movimento nacional que leve à greve geral e à ocupação de todos os espaços da sociedade pelos trabalhadores, enquanto protagonista fundamental da produção da riqueza nesta forma de sociabilidade.

CONCLUSÃO

Artur Bispo dos Santos Neto

No decorrer deste livro tivemos oportunidade de investigar como a crise internacional do sistema do capital reverbera no interior da sociedade brasileira e demonstra como uma ofensiva de massa socialista precisa ter uma natureza internacional. As manifestações de 2013 alertaram os distintos setores da burguesia para a necessidade de controlar o movimento dos trabalhadores do campo e da cidade, num contexto de intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores.

O *impeachment* de Dilma Rousseff foi uma resposta da burguesia à pressão dos setores intermediários diante do rebaixamento de seu poder aquisitivo. A necessidade de buscar uma saída para a crise econômica coloca a necessidade de a burguesia (financeira, industrial e agrária) assumir o controle direto de todos os espaços da sociedade brasileira. Nesse contexto, a política de conciliação de classes postulada pelos governos Lula e Dilma precisa ser superada, pois o capital tem urgência de expropriar ainda mais os trabalhadores do campo e da cidade.

Nesse sentido, observa-se que as organizações forjadas num contexto de amortecimento da luta de classes precisam reciclar seu aparato discursivo com a tônica reformista da defesa da democracia burguesa e da acusação do *impeachment* de Dilma como um ato golpista e não como inerente ao modo de ser do sistema do capital. A liberdade no interior da sociedade burguesa somente se exprime na liberdade absoluta do capital

contra o trabalho. A liberdade dos trabalhadores tão só pode se dar nos estreitos limites impostos pelo capital e suas distintas personificações.

Enquanto os trabalhadores comparecem desarmados na luta de classe, em que grande parte de suas organizações políticas e sindicais claramente capitularam, a burguesia conta com o anteparo tanto de suas fortes organizações que asseguram o domínio econômico sobre todas as esferas da sociedade capitalista, quanto de um conjunto de organizações formadas pela pequena burguesia, em que a ideologia liberal demonstra clara aproximação com o fascismo ou o protofascismo.

Entre as organizações formadas pelos setores mais reacionários da pequena burguesia, observa-se sua articulação com os grupos econômicos empresariais nacionais e estrangeiros. Essas novas organizações têm agido para catalisar os sentimentos de protesto da pequena burguesia contra a crise econômica e abre espaço para que o imperialismo norte-americano se apresente de maneira ainda mais contundente na Amazônia, uma das regiões mais ricas em recursos naturais que existem no planeta.

Coloca-se, portanto, a necessidade da reorganização da classe trabalhadora, a superar o cretinismo parlamentar forjado pela social-democracia, porquanto os governos petistas demonstraram com todas as letras sua limitação e falência absoluta. É preciso transcender as perspectivas reformistas que hegemonizam posição no interior dos partidos de esquerda e dos sindicatos, que acabam por servir como correia de transmissão dos interesses do capital.

A crise econômica coloca a necessidade de afirmação da centralidade ontológica do trabalho e do proletariado como

sujeito histórico do processo revolucionário. A necessidade de passar das lutas defensivas do proletariado para o tempo histórico da ofensiva de massa socialista mostra ser fundamental a construção de organizações classistas que fortaleçam a relação dialética entre a teoria revolucionária e a práxis revolucionária. Para enfrentar a onda repressiva do Estado burguês e o crescimento das organizações de direita, é preciso fortalecer as organizações operárias e camponesas que têm como horizonte estratégico a construção do socialismo, enquanto única forma de emancipar a humanidade dos poderes alienantes e destrutivos do sistema do capital.

É fundamental superar as organizações e lideranças sindicais que têm como eixo a conciliação de classes, as lutas meramente economicistas, para agregar os trabalhadores do campo e da cidade em torno de mudanças substanciais. Nesse processo se coloca a necessidade da revolução política com alma social, visando superar definitivamente a dominação do capital sobre o trabalho e todo o processo de apropriação do tempo de trabalho excedente. É preciso forjar relações que apontem para o socialismo enquanto controle da produção, circulação e consumo pelos trabalhadores associados, livres, coletivos e universais.

Para isso é essencial superar a burocracia sindical e os distintos mecanismos adotados pelo capital no interior da classe trabalhadora. A ideologia empreendedora e os fundos de pensão têm servido como relevantes instrumentos de captação da subjetividade operária e camponesa, em que se anuncia a possibilidade de convertê-los em figuras coadjuvantes dos grandes aglomerados econômicos. Contra a lógica degradante do capital coloca-se a necessidade de os trabalhadores do mundo inteiro unificarem sua pauta contra o capital, refutando todos os

mecanismos de controle do trabalho realizado pelo capital e colocando em curso experiências que apontem para a universalização do trabalho associado.

Para enfrentar o capital e seus distintos mecanismos de captação da subjetividade dos trabalhadores, coloca-se a importância da propaganda e da agitação socialista, enquanto efetiva alternativa à crise estrutural e aos ataques aos direitos dos trabalhadores. Ao invés de mudanças tão só nas camadas epiteliais da realidade, que tem sua centralidade na política e no cretinismo parlamentar, é preciso afirmar a necessidade das mudanças estruturais no terreno da organização do trabalho, em que os camponeses devem intensificar as ocupações de terras, os estudantes, as ocupações das escolas, e os operários, as ocupações das fábricas. As mudanças estruturais começam na esfera econômica e devem extrapolar da esfera da produção para as esferas da circulação e consumo, da produção da vida material para a reprodução no âmbito da esfera ideológica.